

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

LUCIANO BORGES DE SOUZA

**GUARDIÃO DO MARACATU LEÃO COROADO E A LEI DO PATRIMÔNIO VIVO:
um estudo antropológico sobre uma política cultural em Pernambuco.**

Recife
2018

LUCIANO BORGES DE SOUZA

**GUARDIÃO DO MARACATU LEÃO COROADO E A LEI DO PATRIMÔNIO VIVO:
um estudo antropológico sobre uma política cultural em Pernambuco.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Linha de pesquisa: Patrimônio e Contemporaneidade

Orientador: Prof. Dr. Carlos Sandroni

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S729g Souza, Luciano Borges de.
Guardião do Maracatu Leão Coroado e a Lei do Patrimônio Vivo : um estudo antropológico sobre uma política cultural em Pernambuco / Luciano Borges de Souza. – 2018.
164 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Carlos Sandroni.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2018.
Inclui Referências e anexos.

1. Antropologia. 2. Festas folclóricas. 3. Patrimônio cultural – Proteção. 4. Política cultural. 5. Cultura popular. 6. Patrimônio vivo. I. Sandroni, Carlos (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-237)

LUCIANO BORGES DE SOUZA

**GUARDIÃO DO MARACATU LEÃO COROADO E A LEI DO PATRIMÔNIO VIVO:
um estudo antropológico sobre uma política cultural em Pernambuco.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Aprovada em: 27/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Carlos Sandroni (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Renato Athias (1º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Drª Tânia Kaufman (2ª Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Leonardo Leal Esteves (1º Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe

Profª Drª Juliana Andrade Leitão (2ª Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico à Dona Ana Borges, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

“Seja grato a tudo meu filho”, sempre me disse a minha mãe... Em sua sabedoria tão magnificamente construída durante a vida e tão serena e necessária, para mim, ao menos. Considero a gratidão uma das grandes virtudes de uma pessoa, e na medida do possível, procuro lembrar o conselho de minha mãe e acima de tudo tento fazer vibrar esse conselho nas minhas relações íntimas e nas de cunho mais público, como no trabalho, por exemplo.

O texto aqui urdido é uma trama, composto de várias pessoas fundamentais e indispensáveis na realização do meu sonho, do meu sonho em realizar o doutorado. Muitos encontros foram e na atualidade são vitais para a minha trajetória acadêmica e pessoal; espero conseguir contemplar nessas linhas todos que de alguma maneira me ajudaram nessa empreitada, espero contemplar as pessoas que me apoiam e me amam, mesmo que, em alguns momentos, essas pessoas não apareçam com seus nomes explícitos. Trazer alguns nomes à tona, me traria dor. Também tenho os meus segredos e os guardo muito bem.

As pessoas em que me agasalho, e que hoje são responsáveis pela escrita dessa tese, incluem professores, amigos, poetas, músicos, familiares, pesquisadores das mais distintas áreas, o cinema, a pintura, a arquitetura, as viagens, tudo isso efetivamente junto, em densidade absoluta, me ajudou a realizar a empreitada que é concluir um doutorado. Para tornar mais inteligível, começo pelo começo. Começo a agradecer o início de tudo, a força de tudo: Deus. Agradeço a Deus a oportunidade de estudar, de ter saúde e sabedoria para realizar a minha jornada acadêmica com ética e acima de tudo com respeito a todos que cruzaram e cruzam o meu caminho. Agradeço a Virgem Maria pela proteção permanente, especialmente no tocante aos desejos ainda não realizados. Sei que quando algo me é negado, é Nossa Senhora me protegendo do mal. Agradeço a toda encantaria que me guia, aos Orixás que vibram em mim e me inventam permanentemente. Agradeço a Yemanjá pela generosidade de me escolher como filho e habitar a minha cabeça.

Desejo expressar a minha gratidão aos colegas da época da graduação, com destaque para Nilton Júnior, hoje já formado, assim como eu, em História. Lembro

das conversas em sala de aula, nas cervejas tomadas, nas delícias compartilhadas. Júnior meu amigo, valeu demais! Agradeço também às professoras Eva Macário e Glória Medeiros por todo o apoio na orientação dos meus dois PIBIC's. Como lembrança da época em que estudava na FUNESO, pontuo o meu estágio na Casa do Carnaval, onde tive a alegria de realizar ótimos trabalhos e conhecer grandes profissionais. Eduardo Pinheiro, Mário Ribeiro, Leilane Nascimento, Paulinho, Clésia, Heraldo, Claudemir, Alzenide Simões, Conceição Fragoso, Anazuleide e Carmem Lélis, diretora da Casa do Carnaval na época, formaram por cerca de dois anos, uma base que me sustenta em parte, até hoje.

Apreendi muito com as pessoas citadas, inclusive a lidar com as diferenças, visto que, a equipe era formada dos campos de pensamento os mais diversos. Destaco também, dessa mesma fase, o meu encontro com Thiago Pereira, com quem tive a alegria de lançar o meu primeiro livro e simultaneamente vivenciar a realização de um grande sonho. Thiago é um parceiro que vou carregar para sempre no coração.

Expresso meu agradecimento a Márcio Lima, amigo que ganhei em 2009, ano em que cursava a especialização em Docência no Ensino Superior. Grande intelectual e professor de Inglês, Márcio é uma figura rara, dono de uma perspicácia que só os sábios têm. Deus foi muito generoso, colocando-o em minha vida. Antes de homenagear os meus amores do mestrado, desejo agradecer a minha mãe, Ana Borges por todo o apoio e amor incondicional. Só tenho três certezas na vida: da existência de Deus, da morte e do amor de minha mãe. Serei eternamente grato a Deus, por tê-la saudável, linda e feliz com a minha realização educacional e profissional. Mainha esse doutorado também é nosso! Nem imagino em realizá-lo sem a sua vigilância e doçura permanentes. Aproveito para pedir as desculpas pela falta de paciência nos momentos de cansaço e aflição para terminar esse trabalho e mais uma vez, reitero o meu sincero agradecimento. Declaro igualmente o meu amor, ao meu irmão único, Lucio Borges. Meu irmão, mesmo sendo diferente de mim em vários aspectos, sempre me proporcionou uma vivência apaixonante, vibrante e verdadeira. Aliás, verdade é o maior patrimônio que meu pai e minha mãe deixaram. Lucio e eu seguimos com essa espinha pela vida, espinha da qual, me orgulho muito. A você meu irmão, o meu afeto mais nobre e o meu apoio. Divido com você essa conquista.

Aos alunos do doutorado, meu agradecimento fraterno e um certo lamento. Lamento por não ter tido a oportunidade, tempo e energia para tentar e apostar numa convivência mais afortunada. Ao contrário da turma do mestrado, na qual, fui feliz.

Agradeço com toda a minha força, alegria e emoção a Virgínia Areias, minha Nega, minha Ginoca! Para você, todo o meu bem, todo o meu amor! Desde o primeiro dia, em que troquei a primeira palavra, você invadiu o meu coração, sem pedir nenhum consentimento e o melhor é que amei. Foi o maior encontro que tive em todo o mestrado, pois Virgínia me trouxe de volta uma alegria perdida, uma beleza escondida, uma beleza antiga. Uma nobreza e sofisticação que eu não tenho, ou melhor, tenho, mas distinta desta que Virgínia possui e que tanto admiro. Agradeço enormemente a Eutália Areias, por ter tido a generosidade de gerar e de brindar o mundo com uma criatura tão iluminada, tão boa, tão franca. Ginoca sou seu! Feliz de Léo que desfruta da sua intimidade e amor permanentes.

Sou extremamente grato a Eduardo Araripe, meu grande parceiro de ideias, de estudo e de obstinação. O nome Eduardo, significa guardião, nada mais apropriado, pois é exatamente isso que o mesmo faz: cuida das pessoas que o cercam, envolvendo e embalando amizades, família, amor e fé com a canção da esperança e da gentileza permanentes. A você Eduardo, expresso o meu afeto e agradeço por ter aberto a sua casa e me possibilitar convivências tão maravilhosas.

Outra pessoa caríssima hoje na minha vida é Marjones Pinheiro. Fico pensando que, se tivesse cursado o mestrado e o doutorado, exatamente no tempo que foi, não teria um dos maiores encontros da minha vida: o encontro com o olhar enigmático e misterioso de Marjones. Não teria encontrado um apoio para conversas tão maravilhosas e profundas, sem serem pesadas, intelectualóides e vazias. Com Jhones, eu chego à vida vivida, no que corta a carne nem anestésico, e ainda assim, saio melhor. Agradeço a toda a encantaria por ter você hoje no repertório da minha existência, agradeço a companhia nas taças de vinhos e cervejas saboreadas, agradeço a sua influência no que me configura. Conte comigo sempre. Para o que desejar. Remeto estas palavras, também, ao meu amigo Tiago Fernandes.

Aos professores quero agradecer a Tânia Kaufmman, que desde a seleção e a qualificação, sempre dispensou a mim, uma enorme sensibilidade e educação.

Remeto estas mesmas palavras à Professora Roberta Campos, que admiro e por quem nutro um sentimento muito fraterno.

Renato Athias, muito obrigado pelas colaborações, pelo título da tese!

Para a minha eterna orientadora intelectual e da vida, Cida Nogueira, deixo registrado o meu amor infinito e gratidão. Cida e eu compartilhamos a mesma falange mística: somos filhos de uma mãe, por isso somos generosos e amorosos e ao mesmo tempo impiedosos com quem nos é infiel. Cida, esse trabalho nunca seria possível sem você. Você sabe disso! Jarbas meu árabe sertanejo! Agradeço todo o apoio e a acolhida em sua casa. As conversas, os sorrisos e a sincera recepção das minhas dores e desapontamentos na minha caminhada acadêmica.

E por fim, e nem por isso menos importante, agradeço enormemente ao professor Carlos Sandroni pela acolhida, paciência e generosidade com que sempre me orientou e ajudou. Apesar de poucos, os encontros presenciais sempre foram muito felizes e proveitosos.

A Juliana Leitão e Leonardo Esteves, meu agradecimento eterno pela generosidade em participar da minha banca.

Finalizo pontuando a minha gratidão ao pessoal da secretaria do PPGA, ao pessoal dos serviços gerais, que tanto zelam pelo ambiente das aulas, aos ascensoristas e vigilantes, a todos, o meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é entender as modificações e adequações internas e externas constatadas nas práticas de oleiros e de mamulengueiros pernambucanos, sendo as práticas do atual guardião do maracatu Leão Coroado detentora de um maior destaque, por ser este último eleito como patrimônio vivo sem a necessidade de concurso. O fio condutor principal da análise gira em torno da mudança do conceito de patrimônio ao longo da história e de como esta mudança propiciou que não só objetos, mas também pessoas sejam patrimonializadas. As modificações estudadas se ativeram ao período de quando a pessoa e ou grupo torna-se patrimônio vivo. O Leão torna-se Patrimônio Vivo de Pernambuco, em 2002, sendo eleito por aclamação, ou seja, sem a necessidade de submeter-se ao concurso em si, caso de todos os escolhidos posteriormente ao ano de 2002. Política pública de vanguarda, a LPV desde a sua criação tenta, por meio do registro de pessoas e grupos, corresponder às expectativas globais, notadamente da UNESCO, de assegurar a manutenção de saberes, práticas, e, sobretudo, na passagem de conhecimentos tradicionais, atendendo assim, aos anseios do que a própria LPV preconiza. O método adotado foi a etnografia clássica realizada na sede do Leão e com outros envolvidos no processo de escolha dos patrimônios vivos pernambucanos.

Palavras-chave: Patrimônio Vivo. Pernambuco. Profissão. Cultura popular.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the internal and external modifications and adaptations observed in the pottery and *mamulengo* practices in the state of Pernambuco. The practices of the current guardian of the *Maracatu Leão Coroado* are more prominent, since it has been elected living heritage without the need of competition. The main thread of the analysis revolves around the change in the concept of heritage throughout history and how this change allowed not only objects, but also people to be considered heritage. The changes studied were related to the period when the person and / or group became living heritage. The *Maracatu Leão Coroado* became living heritage of the state of Pernambuco in 2002, being elected by acclamation, that is, without the need to submit to the contest itself, differently from all those chosen after the year of 2002. At the forefront of public policy, the *LPV* has tried to meet the global expectations, especially of UNESCO, since its creation, through the registration of individuals and groups, in order to ensure the maintenance of knowledge, practices and, above all, the continuation of traditional knowledge. Such attempt fulfills the expectations of the *LPV* itself. The method adopted was the classical ethnography held at the headquarters of *Maracatu Leão Coroado* along with others involved in the process of choosing the living heritage in the state of Pernambuco.

Keywords: Living heritage. Pernambuco. Occupation. Popular culture.

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 - Aloísio Magalhães	34
Fotografia 2 - Rodrigo Melo Franco de Andrade	26
Fotografia 3 - Cândido Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco	40
Fotografia 4 - Mário de Andrade	42
Fotografia 5 - Ascenso Ferreira e Dona Santa	47
Fotografia 6 - Marceneiro Japonês	64
Fotografia 7 - Raul Henry	67
Fotografia 8 - Raul Henry	68
Fotografia 9 - Raul Henry	69
Fotografia 10 - Isaar França	73
Fotografia 11 - Comissão LPV	77
Fotografia 12 - Jurada da comissão LPV	78
Fotografia 13 - Comissão iniciando o trabalho	81
Fotografia 14 - Deliberações	82
Fotografia 15 - Habilitados ao concurso de 2013	83
Fotografia 16 - Aramis Macedo	84
Fotografia 17 - Ana das Carrancas	92
Fotografia 18 - Ana realizando o seu ofício	93
Fotografia 19 - Jarbas Vasconcelos	95
Fotografia 20 - Tracunhaém	98
Fotografia 21 - Mestre Zezinho	99

Fotografia 22 - Fachada da casa de Zezinho	100
Fotografia 23 - Forno do ateliê de Zezinho	101
Fotografia 24 - Ateliê de Zezinho	102
Fotografia 25 - Ateliê de Zezinho	103
Fotografia 26 - Presépio	103
Fotografia 27 - Maria Amélia	105
Fotografia 28 - Maria Amélia	106
Fotografia 29 - Santa Rosa	107
Fotografia 30 - Acervo de Solon	111
Fotografia 31 - Peça inacabada	112
Fotografia 32 - Filhos de Solon	113
Fotografia 33 - Zé Lopes	115
Fotografia 34 - Zé Lopes	116
Fotografia 35 - Quitéria e Simão com Zé Lopes	117
Fotografia 36 - Zé de Vina	118
Fotografia 37 - Antiga sede do Leão Coroado	124
Fotografia 38 - Mestre Afonso	126
Fotografia 39 - Leão Coroado	127
Fotografia 40 - Mestre Afonso	138
Fotografia 41 - Leão Coroado	139
Fotografia 42 - Leonardo Dantas	142

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	NOTAS SOBRE ALGUNS TRABALHOS E TENDÊNCIAS ACERCA DA IDEIA DE PATRIMÔNIO	23
3	DA LEI DO PATRIMÔNIO VIVO: UM CAMINHO DO UNIVERSAL PARTICULAR	59
4	DOS PATRIMÔNIOS MOLDADOS A BARRO, MADEIRA E CHITA	90
5	DO CASO PARTICULAR DO GUARDIÃO DO MARACATU LEÃO COROADO: CAMINHOS PERCORRIDOS DO FAZER TÉCNICO SECRETO AO FAZER PÚBLICO INSTITUCIONAL	121
6	CONCLUSÕES	144
	REFERÊNCIAS	148
	ANEXO A – LEI Nº 12.196, DE 02 DE MAIO DE 2002	154
	ANEXO B – LEI Nº 15.430, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	162

1 INTRODUÇÃO

Os livros nascem uns nos outros, sendo o último filho do primeiro e assim, sucessivamente, defendia Virgínia Woolf. De forma semelhante, a tese aqui apresentada também nasceu por meio de um filho anterior, ou melhor, dizendo, por meio de um passado construído anteriormente. O Maracatu Leão Coroado, a sua história e as suas vivências e notadamente, o seu guardião Mestre Afonso Aguiar chegaram ao meu caminho acadêmico por meio de um acaso. Ainda à época da minha graduação no ano de dois mil e seis, eu cursando história, observei nos muros da faculdade que estavam abertas as inscrições para a realização do PIBIC. Não sabia ao certo o que eu estudaria, entre tantas possibilidades que o curso em história oferece, mas tinha uma centelha já acesa apontada para as temáticas da tradição.

Li o cartaz da inscrição da iniciação científica e pensei na hora sobre um tema que possuísse relevância, que tivesse sido pouco explorado pela história, enfim, inquietações presentes na maioria das pessoas dedicadas à pesquisa.

O acaso mencionado por mim a pouco se deve ao fato de o objeto Maracatu Leão ter chegado a mim e não o inverso, situação mais corriqueira. Digo que o Leão me escolheu, pois quando já estava no limite de finalizar a inscrição para o PIBIC, eu não possuía nenhum tema e muito menos um grupo ou pessoa com quem trabalhar. Foi quando se deu o inesperado! Numa noite de aulas, numa conversa informal com colegas da minha turma e de outras turmas mais avançadas, o assunto da iniciação científica veio à tona.

Neste grupo citado, havia Rodrigo, amigo querido e responsável pelo meu encontro com o Leão. Responsável porque ele estava com toda a inscrição para a iniciação científica pronta, contudo, subitamente decidiu que não desejava mais trabalhar o tema acerca do Maracatu Leão Coroado e me perguntou se não queria eu ficar com a inscrição, esta, praticamente pronta. Confesso que na hora fui tomado por uma certeza, até hoje, inexplicável. Simplesmente disse sim, aceito. Peguei das mãos de Rodrigo a inscrição, levei para a minha casa, li, alterei alguns pontos e com dois dias realizei a minha própria candidatura ao projeto de iniciação científica. Porém, passado este período de concretização da inscrição e definição do meu tema, houve um momento de certo constrangimento.

Ao desistir de trabalhar com o Leão, Rodrigo deixou junto ao grupo e ao atual líder da agremiação, Afonso Aguiar, uma impressão ruim. Ocorre que ao desistir de realizar a pesquisa, o meu amigo de faculdade, que já havia feito algumas visitas à casa de Afonso, não informou a este da desistência de levar adiante o trabalho. Comportamento, a meu ver, reprovável, pois não podemos dispor do tempo do outro em vão, sobretudo, em se tratando do povo da tradição, em sua grande maioria, pessoas portadoras de idades avançadas e com rotinas domésticas programadas, ou seja, qualquer encontro agendado gera um ônus na programação pensada. Então, a memória retida por Afonso em relação a Rodrigo era a de um estudante que não o tinha respeitado, notadamente, o seu tempo. Ciente disso, e esperando uma possível negativa por parte de Mestre Afonso em não desejar receber-me, mesmo assim, insisti e liguei para o mesmo.

Ainda hoje, passados os anos, tenho na memória a voz de Afonso ao atender a minha ligação. Voz impregnada de certa formalidade, visto que nunca tínhamos nos encontrado, mas simultaneamente uma voz acolhedora, de pai. Neste breve momento, expliquei o meu desejo em encontrá-lo, em conversar um pouco, e assim, expor ao próprio o meu objetivo de pesquisa. Recebo uma resposta positiva onde é agendado dia e horário. Recordo ser uma quarta-feira o dia da ligação, o encontro é marcado para o domingo seguinte.

Ressalto que mesmo sendo morador de Olinda, não conhecia a sede do Leão Coroado, lotada hoje no bairro de Águas Compridas, zona periférica do município. Chegado dia e horário do encontro, dirijo-me ao local informado por Afonso. Por desconhecer totalmente o local, me perdi completamente nas ruas e becos do bairro, pois, por mais inusitado que possa parecer quase ninguém na localidade sabia dizer onde ficava a sede do maracatu. E mesmo tendo o telefone da casa de Mestre Afonso, não me sentia com liberdade para ligar. Finalmente, quando já imaginava que o encontro não ia acontecer, pergunto pela última vez a uma senhora de ar simpático e acolhedor, que estava sentada numa cadeira de balanço à frente de sua casa. Cumprimento-a e exponho a minha aflição em encontrar o endereço. Neste momento ela me fita e aponta a casa e sede do Leão. Agradeço e sigo na direção indicada.

Chego e bato no portão, visto que a casa não tem campainha. Passados alguns minutos, surge uma moça e pergunta o que eu desejo. Digo ter um horário

com mestre Afonso e que o mesmo está ciente da minha visita. O portão é aberto, sou convidado a sentar numa cadeira posta na varanda da casa onde me é oferecido água, prontamente aceita.

Observo a estrutura da habitação, os móveis do terraço, uma máquina de costura, um estandarte descansando encostado à grade de proteção da sala e alguns pacotes de lantejoulas, linhas e agulhas, num sinal evidente de que alguém trabalhou até bem pouco tempo naquele espaço. Também não pude deixar de observar várias gaiolas com passarinhos, assinalando a paixão dos donos da casa por este tipo de animal de estimação. Instante depois surge Afonso Aguiar. Vestindo branco, de sandálias havaianas e um chapéu, Afonso, numa gentileza e simplicidade digna dos monarcas africanos, me cumprimenta com um sorriso e um bom dia caloroso. Respondo e agradeço a disponibilidade do mesmo em me receber em pleno domingo, agradecimento prontamente retribuído com um forte aperto de mãos.

Sentamos e passados o cansaço e a formalidade iniciais, digo a motivação do meu encontro, a pretensão de realizar um trabalho de conclusão de curso, enfim, falo acerca dos prazos, da possibilidade de fotografar e gravar as entrevistas, quando de repente, Afonso me olha e diz: “o importante não é nada disso que você está me dizendo, o importante é saber se os orixás vão permitir o seu trabalho aqui. Este trabalho só irá caminhar se os orixás quiserem”¹. Neste momento, comecei a entender algo fundamental no encontro humano: o respeito ao diferente.

Digo respeito e não relativização, conceito caro ao fazer antropológico, pelo motivo de à época ser graduando em história² e por conta disto não ter tido acesso aos assuntos específicos da Antropologia. Constatei simultaneamente ser Mestre Afonso um homem de uma sabedoria e sagacidade rara, dificilmente encontrada, aliado a um espírito combativo e crítico do mundo em que vive.

Ao iniciar a nossa conversa, me impressionou a capacidade de Afonso de articular vários assuntos concomitantemente sem a perda da linha de raciocínio. Finalizado este primeiro encontro, defendido o meu primeiro PIBIC, desde então, foi instaurado em meu trajeto antropológico a presença de Mestre Afonso. Destaco a sua ajuda ao longo de mais de dez anos de convívio, de profundos encontros, hoje

¹ Isto ocorreu em 2006.

² Na minha graduação não constava na matriz curricular a disciplina Antropologia.

configurados, como encontros de amigos. Sou amigo de Mestre Afonso e aposto que a recíproca acontece e é legítima. Sou eternamente grato a Afonso por todas as contribuições realizadas em minhas pesquisas até o momento.

A primeira contribuição ocorreu justamente por conta deste primeiro PIBIC, cujo tema era realizar o levantamento, mesmo que preliminar, da trajetória mais histórica do maracatu. Com os dados disponibilizados, notadamente pela oralidade, fui tecendo a manta da história do grupo e do seu atual guardião³.

A cada encontro ocorrido, a cada fala dita, fortalecia em mim o desejo de continuar na tarefa de entender, ou ao menos, buscar entender o saber e o fazer daquele homem detentor de uma missão tão nobre e especial. Passada a primeira iniciação científica, fiz outra, à época, abordando o papel e a importância da calunga dentro do maracatu. Já nas linhas finais deste trabalho, constatei que a sabedoria de Afonso estava muito para além do campo histórico, sendo a vastidão do conhecimento por ele apreendido algo dificilmente decifrado em apenas dois anos de convivência. Informo ainda que neste mesmo tempo da conclusão do segundo PIBIC, ocorreu um episódio precioso na minha caminhada: o encontro com a professora e antropóloga Maria Aparecida Lopes Nogueira⁴, ou Cida Nogueira, como é carinhosamente chamada. A partir do meu encontro com Cida, eu tive o encontro com a antropologia, com a ciência de entendimento do outro, do diferente e do igual. Por conta deste encontro, decidi ser na antropologia, na abordagem desta, o espaço de reflexão do meu próximo trabalho sobre o Leão Coroado. A história, naquele momento, mesmo sendo importante, inclusive, profissionalmente, foi tragada pelo espaço ocupado pela antropologia, sobretudo atualmente:

Num belo e lúcido ensaio intitulado “o conceito de história científica”, no qual o leitor encontrará uma argumentação muito convincente contra a ideia de que a história consiste numa ciência, Berlin afirma que “um indivíduo falho de inteligência comum pode ser um físico de gênio, mas nem sequer um historiador medíocre. Berlin certamente exagera subestimando a inteligência dos físicos de gênio, mas o fato para o qual chama a atenção é sem dúvida muito importante. Com efeito, no âmbito da investigação do socialmente real, em toda a sua concretude, a qualidade, o valor cognitivo do trabalho realizado depende, em

³ Refiro-me a Mestre Afonso de guardião, pelo fato do mesmo, atualmente, ser o guardião do segredo deixado por Luiz de França.

⁴ Atualmente, essa professora é colaboradora do PPGA da UFPE.

larguíssima proporção, de atributos intelectuais singulares, pessoais, do pesquisador, atributos esses que não podem, contudo, ser obtidos com base simplesmente numa formação profissional mais ou menos padronizada. Nesse sentido, podemos dizer dos investigadores sociais mais notáveis aquilo que já dissemos dos filósofos, literatos e artistas de talento: infelizmente, não dispomos de fórmulas para produzi-los em série. O aprendizado teórico, os mais lúcidos bem o sabem, não muda tal situação. As coisas são assim, sugerimos, porque o conhecimento teórico, passível de ser obtido no treino profissional, desempenha de fato um papel modesto e limitado na investigação do socialmente real, na caracterização e explicação causal de ambientes sociais particulares. (Gusmão, 2012. Pág. 45, 46)

Na fala de Gusmão, independente do grau de acidez que a mesma evoca, o que desejo reiterar são as qualidades necessárias apontadas pelo autor para o entendimento do que o mesmo chama de socialmente real, ou seja, a vida cotidiana, diária dos homens e mulheres da cultura popular.

O encontro com a perspectiva antropológica me proporcionou esta dilatação na visão de entendimento do outro, muito embora a história também aposte nesta compreensão, não encontrei, na mesma, apoio teórico e prático viável de realizar um trabalho etnográfico, este sim, um terreno eminentemente antropológico e mais de acordo com o meu próprio ethos. Realizar etnografia aproxima os envolvidos no processo e por conta desta aproximação há uma maior chance de sucesso na tarefa de entendimento e desvendamento do real. Concordando mais uma vez com Gusmão (2012), compreender a teoria, apenas, no caso do meu trabalho especificamente, seria pouco.

A junção da teoria e da práxis possibilitou uma abordagem mais totalizante, mais inteira. E nessa construção, o papel da professora Cida Nogueira foi primordial, pois assim que a conheci, ela passou a colaborar com o PIBIC que estava em andamento e em pouco tempo já me orientava no processo do mestrado, agora em antropologia, plenamente.

Para o mestrado tive como enfoque principal as práticas no âmbito mais secreto de mestre Afonso, o qual passei a denominar também de guardião do segredo. Busquei, sobretudo por meio da etnografia realizada, compreender a maneira como o atual guardião do Leão encaminha as suas práticas e fazeres, especialmente, no que tange ao segredo velado e como este segredo alimenta e

direciona as práticas religiosas e de homenagens aos eguns⁵ e à calunga⁶. Realizar essa pesquisa foi desafiador tendo em vista a dificuldade de trabalhar um segredo, e, portanto, não sabê-lo e, e ao mesmo, buscando compreender o mesmo.

Contudo, o trabalho em questão, a meu ver, foi importante, justamente por levantar questões referentes ao trabalho específico do guardião e não do grupo como um todo. A minha preocupação à época do mestrado repousou exclusivamente no saber/fazer de Mestre Afonso Aguiar, atual guardião do Leão. A relevância do trabalho do mestrado se deu ao preenchimento de uma lacuna existente na historiografia do Leão Coroado: uma narrativa voltada exclusivamente ao trajeto da pessoa que encarna, hoje, o papel de guardião da tradição dentro do Maracatu Leão Coroado, onde o indivíduo em si mesmo fosse o objeto da pesquisa:

Sei que a expressão “objeto da pesquisa” pode repugnar aos que trabalham com ciências humanas, se essa objetividade é entendida como tratar o sujeito à maneira de coisa, como redução de suas qualidades individuais para torná-lo objeto. Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças. (Bosi, 2006, pág. 38)

A decisão de tornar Afonso Aguiar o meu objeto de estudo principal surgiu com o segundo PIBIC, basicamente, reafirmou-se no mestrado e hoje, se consolida neste reencontro. Como já mencionei, no mestrado investi no segredo e nas práticas íntimas do guardião, para o doutorado, o investimento foi pensar as práticas e as agendas mais públicas do Leão.

O recorte principal se ateve ao período abarcado entre os anos de dois mil e dois ao ano de dois mil e dezesseis (quando realizei a última etnografia com o guardião). Dois mil e dois é uma data emblemática para o grupo, pois foi nesta data que o maracatu se tornou patrimônio vivo. E é prioritariamente sobre este momento, ou seja, da entrada do Leão Coroado para a lista de agraciados da LPV e as possíveis modificações ocorridas interna e externamente que repousa a minha

⁵ Denominação dada pelos candomblecistas aos mortos

⁶ Em linhas gerais, a calunga é uma Boneca que encarna a figura dos eguns.

reflexão. Informo ainda que para alcançar os objetivos da pesquisa, me vali da etnografia clássica como método de trabalho, pois ao etnografar, pude simultaneamente gravar as entrevistas, registrar em fotografias, e, principalmente, realizar a observação participante:

A antropologia estabeleceu sua identidade como ciência por meio de uma abordagem metodológica na qual a observação participante tornou-se elemento central. Enfatizando, entre outras coisas, a coleta *in loco* dos dados, pesquisadores, há quase um século, procuraram distinguir a natureza “profissional” do trabalho feito sob estas condições das opiniões “leigas” dos missionários, viajantes, agentes coloniais ou mesmo de alguns especialistas que, embora tivessem escrito longamente sob certos grupos, jamais haviam estado pessoalmente entre eles.

A observação participante, definida principalmente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski como a convivência íntima e prolongada do pesquisador com os seus “informantes nativos” ao refutar a “antropologia de gabinete”, permitiu o estabelecimento de um determinado tipo de relação na qual o antropólogo se colocava como um instrumento de pesquisa, propiciando à antropologia a perspectiva intersticial (o olhar desde dentro) que é sua ferramenta básica, sua marca registrada, desde então. (Silva, 2006, pág. 13).

Igualmente importante é mencionar que aliada à etnografia, fiz uso da hermenêutica como recurso adicional metodológico:

Introduzindo questões relativas à hermenêutica, Geertz procurou ver a cultura como um texto, uma tessitura de significados, elaborados socialmente pelos homens, e sua exegese, o ofício da antropologia. A interpretação antropológica configuraria, assim, uma leitura de segunda ou terceira mão feita “por sobre os ombros do nativo” que faz a leitura de primeira mão de sua cultura. (Geertz apud Silva, 2006, pág. 14).

Metodologia do entendimento, a meu ver, a etnografia abraça também a hermenêutica, pois etnografar é ler o outro, o universo do outro. Foi com esta armadura que procurei “enfrentar a tarefa de entendimento das narrativas” (Bosi, 2006) do guardião e para tal vali-me de autores como Malinowski, Geertz, Durkheim, tendo me ajudado ainda pensar os conceitos de cultura aos olhos de Manuela Carneiro da Cunha e Marilena Chauí.

Inspirado nos trabalhos de Ecléa Bosi defendido em mil novecentos e setenta e nove⁷, no de Maria Aparecida Lopes Nogueira e na obra *O tempo* de Norbert Elias, o desenvolvimento desta tese segue um modelo de escrita particular, pois tem algo de funil, visto que o tema parte das concepções mais amplas acerca da ideia de patrimônio até se debruçar sobre um saber muito específico que é o patrimônio hoje guardado por Mestre Afonso. Além de funil, a tese tem algo de novelo, pois assim como no mestrado e já à época influenciado pelas obras citadas acima, busquei escrever os capítulos sem subdivisões⁸, proporcionado assim, apostado, num encontro onde o texto e o leitor se fundam de tal modo que este encontro flua e proporcione ao leitor uma experiência hermenêutica, ou seja, ao não demarcar demasiadamente as fronteiras por subtópicos, desejo ao leitor a realização da tarefa de desenrolar o novelo configurado com o todo da tese. E que a cada fio puxado a própria interpretação do texto seja desvendada continuamente, com o mínimo de interrupções. Esta foi a aposta metodológica primacial.

Pois bem, dito isto, informo que a tese foi dividida em quatro capítulos, por uma conclusão e pela introdução, ora lida. No primeiro, abordei os caminhos percorridos para pensar o patrimônio brasileiro, tendo como fio condutor as contribuições de Aloísio de Magalhães, Rodrigo de Melo Franco com destaque para a criação do IPHAN e de como a criação deste órgão e contribuições do quilate de Mário de Andrade, por exemplo, possibilitou a ampliação da ideia de patrimônio, inicialmente pensada numa perspectiva mais fechada, tendo ao longo do tempo histórico tal perspectiva uma ampliação de fôlego.

No segundo capítulo, me dediquei a entender os caminhos percorridos até a promulgação da Lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco, tendo como fio condutor o capítulo anterior, no sentido de entender que uma lei com a peculiaridade da LPV⁹ é fruto direto da ideia mais ampla do que veio a ser considerado patrimônio. O percurso universal das leis de patrimonialização de pessoas e os seus saberes, sendo o Japão um exemplo, até quando esta influência chega ao território pernambucano culminando com o advento da Lei do Patrimônio Vivo é o foco principal deste momento da tese.

⁷ Esta tese foi publicada em forma de livro no mesmo ano da defesa da mesma.

⁸ No mestrado, este tipo de escolha para escrever a dissertação foi motivo de elogios por parte da banca. O que não me orgulha, mas me honra muito.

⁹ Lei do Patrimônio Vivo

No terceiro e quarto capítulos, a tarefa foi pensar a forma e a operacionalização desta lei dentro de algumas manifestações tradicionais da cultura popular de Pernambuco. A escolha das manifestações se deu por um critério muito simples de averiguação: constatei na lista de contemplados com o título de patrimônio vivo que havia muitos ceramistas agraciados e uma manifestação, caso dos mamulengos, - à época que eu tive acesso à referida lista-, não possuía nenhum contemplado. Só que em dois mil e dezesseis, Zé Lopes¹⁰ foi eleito patrimônio vivo e neste mesmo ano, eu assumi a direção do Museu do Mamulengo, referência mundial na arte dos títeres. Assim, por contornos da própria vida, fui conclamado a incluir esta manifestação na tese, o que só veio a enriquecer e ampliar a visão acerca das possíveis mudanças constatadas por pessoas que são registradas como um patrimônio. Incluir aos mamulengos me proporcionou uma valorosa chance de repensar a própria rotina do guardião do Leão Coroado, visto que pude realizar uma comparação das rotinas de mais pessoas agraciadas com o título de patrimônio vivo.

No quarto e último capítulo, me atenho especificamente às práticas do atual guardião do Leão Coroado, Mestre Afonso Aguiar, enfatizando, agora, as práticas mais publicizadas do seu fazer. A abordagem deste capítulo versa, prioritariamente, acerca do período posterior ao ano de escolha do Leão como patrimônio vivo pernambucano. É uma preocupação de este capítulo refletir sobre a forma de reacomodação do trabalho do atual guardião, visto que ao ser patrimônio vivo, o grupo representado na pessoa deste guardião, passa a ter uma agenda política e pública outrora não praticada.

Sobre as inquietações e reconfigurações da entrada da LPV no grupo é a que se atém esta parte da tese. Finalizo o trabalho com uma conclusão, onde realizo uma escrita em retrospectiva a tudo o que foi visto e reitero a minha conclusão acerca dos objetivos que encadearam a problematização do trabalho: entender as mudanças ocorridas nos grupos e pessoas que são agraciadas como patrimônio vivo pernambucano e, notadamente, entendendo a referida lei no âmbito de uma discussão mais ampliada da ideia de patrimônio e também de cultura.

¹⁰ Mestre mulengueiro de Glória do Goitá.

2 NOTAS SOBRE ALGUNS TRABALHOS E TENDÊNCIAS ACERCA DA IDEIA DE PATRIMÔNIO

“Nunca é demais começar pelas palavras”.

Alfredo Bosi

“O acervo dessas produções da sucessão já longa de nossos predecessores é que, ligando os brasileiros de hoje às populações que os antecederam, originários da própria terra ou provindas de outros continentes, em verdade autentica a existência do Brasil.”

Rodrigo Melo Franco de Andrade

“... existe vasta gama de bens – precedentes, sobretudo do fazer popular – que, por serem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, não são considerados como bens culturais, nem utilizados na formulação de políticas econômicas e tecnológicas. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos¹¹ de uma nacionalidade”.

Aloísio Magalhães

O trabalho acadêmico, de forma geral¹², busca atender a uma demanda social. Há um clamor, segundo a jornalista Mara Régia Di Perna¹³, que a academia devolva à sociedade mais ampla, o conhecimento produzido no âmbito universitário. Pensando nisto, e entendendo que estou cumprindo um papel social ao devolver o conhecimento forjado na academia, o movimento aqui esboçado será o de discutir algumas produções incluindo artigos, capítulos de livros, fragmentos de teses e dissertações sobre o tema central da minha empreitada¹⁴.

Revisitar os pensadores que se debruçaram sobre o que hoje me inquieta e me move, é acima de tudo, uma atitude de respeito. Respeito sobre as construções

¹¹ Grifo meu.

¹² Aprendi, desde cedo com as professoras Aparecida Nogueira e Roberta Campos, que imputar ideias absolutamente fechadas é um perigo e uma irresponsabilidade acadêmica. Este é um guia que rege o meu pensamento.

¹³ Esta afirmação foi retirada da entrevista concedida pela jornalista ao programa da TVE Brasil, em novembro de 2017.

¹⁴ Em alguns casos, não há citações literais dos autores usados, porém, mesmo quando não citados literalmente, há a influência do pensamento, e por consequência, uma contribuição à ideia defendida.

anteriores, pois, como salienta Adam Kupper (2008), não existe ponto zero em cultura, não há fóssil cultural. Somos frutos de um passado que nos prende. A máxima de Kuper nos leva a refletir sobre a minha busca, ou seja, às palavras centrais desta reflexão: patrimônio, lei, profissionalização da cultura popular¹⁵. A isto se presta este capítulo: compreender a trajetória da ideia de patrimônio e, notadamente, a maneira como esta ideia de patrimônio se flexibiliza ao longo da história.

Na mesma esteira se desenrolam as reflexões iniciais sobre a Lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco, no tocante ao cenário de incertezas que a lei pode indiciar, como por exemplo, a suposta intuição de que ao ser patrimonializado um bem cultural, o mesmo teria assegurado a sua perenidade e longevidade. Esta ideia de longevidade plena também é refletida acerca do maracatu Elefante, considerado até hoje, a maior nação de todos os tempos¹⁶. Junto a isto, tenho como fio condutor principal, a definição de cultura nos moldes defendidos pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha:

Acredito firmemente na existência de esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um certo grau de comunicação em grupos sociais, ou seja, algo no gênero do que se costuma de cultura. Mas acredito que igualmente que esta última não coincide com “cultura”, e que existem disparidades significativas entre as duas. Isto não quer dizer que seus conteúdos necessariamente difiram, mas sim que não pertencem ao mesmo universo de discurso, o que tem consequências consideráveis”. (Cunha, 2009. Pág. 313).

E ainda, igualmente importante, quando a mesma antropóloga ainda nos diz:

Há o problema comparativo de saber se saberes tradicionais e saber científico são unidades em si mesma comparáveis, com algum grau de semelhança. A isso, uma resposta genérica mais central é sim, ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambos são também obras abertas, inacabadas, se fazendo constantemente.

¹⁵ A tese não é especificamente sobre patrimônio, política pública em forma de lei cultural, profissionalização. A reflexão aqui empreendida fica na intersecção destes três temas.

¹⁶ Apesar do Elefante nunca ter sido patrimônio vivo, Mestre Afonso, atual guardião do Leão Coroado afirma jamais imaginar que um dia a nação Elefante acabasse. Veremos adiante que nem mesmo a tradição de anos de existência foi suficiente para assegurar a perenidade do grupo.

É curioso que o senso comum não as veja assim. Para este, o conhecimento tradicional é um tesouro no sentido literal da palavra, um conjunto acabado que se deve preservar, um acervo fechado transmitido por antepassados e ao qual não se deve acrescentar nada. Nada é mais que equivocado: o conhecimento tradicional consiste tanto ou mais em seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos. Modos de fazer. Outros protocolos. (Cunha, 2009. Pág. 302). Grifo meu.

Como já foi mencionado na quinta nota de rodapé deste capítulo, a tese não se debruça exclusivamente sobre o tema patrimônio. A mesma busca entender o patrimônio, notadamente o patrimônio vivo, numa perspectiva mais ampla. Onde saberes tradicionais e saberes técnicos não sejam vistos como antagônicos. Comungando com Cunha (2009), constatamos na citação acima, que todo repertório de conhecimento é inacabado e prestes a se refazer continuamente.

É justamente neste ponto, o da continuidade e do entendimento de tradição como uma construção aberta, dinâmica e não cristalizada, que a linha argumentativa desta tese se aporta. Ao longo do texto e dos capítulos, a busca foi demonstrar de que maneira a passagem do tempo possibilitou o entendimento de que um conhecimento imaterial, por exemplo, também pode ser um patrimônio. De que uma pessoa pode ser um patrimônio. Este tipo de leitura acerca do patrimônio é recente e inovador. Por isso mesmo, especificamente sobre a Lei do Patrimônio Vivo¹⁷, não há um acervo muito grande a ser visto, fato compreensível, já que a lei é muito nova, se configurando num capítulo recente na história da política cultural do país. Mas isto não deve ser motivo de desânimo, pois, entendamos que o nosso tempo não é o tempo da história. Se por exemplo, uma pessoa viver cem anos, ela viveu muito. Para a história, cem anos é uma nesga, uma pausa de um grande texto. Talvez, este seja um erro recorrente da nossa leitura do tempo, e por consequência da nossa impaciência em compreender o mesmo e as suas mudanças. Muitas vezes, aparentemente lentas:

Há uma grande falta de paciência com o ser humano e as suas mazelas, constatadas diariamente. Temos de ter comiseração com a nossa espécie. Perceba, há bactérias antiquíssimas, com milhares de anos. Já nós, humanos, temos o advento tão recente na terra, somos crianças na vastidão das espécies vivas que habitam o planeta. Ainda mais jovens são as nossas leis e códigos éticos e morais. Há de se ter

¹⁷ Alternarei, quando entender necessário, Lei do Patrimônio Vivo por LPV. Informo que no capítulo dois, falarei com detalhes sobre a lei.

um tempo para ajustes e melhorias de condutas e comportamentos. (Trecho extraído do programa Roda Vida, 1997).

A fala de Piñon é no mínimo reconfortante, por nos fazer refletir acerca da necessidade imperiosa do uso da paciência com o tempo das pessoas e das coisas. A antropologia é a ciência, que ao longo da sua constituição, se debruça sobre o tempo do outro. Hoje, sobretudo, este tempo é relativizado na busca da compreensão de lógicas operacionais que não são necessariamente a do pesquisador. De modo semelhante, quando o assunto é uma lei, caso desta reflexão, há de ser redobrada a parcimônia na busca de resultados mais imediatos, pois o fato de haver a abstração sobre um mecanismo jurídico, de este mecanismo ser remetido às esferas competentes de aprovação e execução, mesmo assim, nem todo este conjunto de esforços e protocolos é garantia que uma lei terá sucesso. Que terá longevidade e o mais importante, talvez, se será abraçado pela população atingida pela mesma. A lei ao ser promulgada, ganha biografia própria, e é a vida diária, com seu cotidiano e imponderáveis (Malinowski, 1984) das mais variadas ordens, que faz esta criar corpo, ter osso e sangue. Antes da promulgação e até o início do exercício de qualquer lei, o conjunto de ações antecedente ao desvendamento, são enleios, utopias não publicadas. Por vezes, sonhos nunca trazidos a lume. De fato, imaginar uma lei não confere à mesma o status de realidade, nem muito menos a garantia de sua aplicabilidade plena. Lei é utopia. Já nasce com o destino escrito: nunca será realizada em sua totalidade.

Importante ressaltar que se o mundo ordenado em formas de leis é um evento recente na história, notadamente no caso do Brasil¹⁸, este fato parece ter ainda mais força. Atrelado a isto, destaco ainda, o que configurou parte inicial da vocação da antropologia, vocação esta, direcionada, em geral, às manifestações de cunho mais folclórico, pitoresco e exótico¹⁹. Hoje, passado o tempo, esta vocação se ampliou

¹⁸ Refiro-me ao Brasil oficial, termo defendido em entrevista ao Roda Viva (2012) pelo mestre Ariano Suassuna. Compreendo e defendo que a história do nosso país vai além da chegada da esquadra lusa nos anos de 1500. Indícios encontrados no Vale do Catimbau, na Serra da Capivara e em Patos na Paraíba, por exemplo, são registros materiais da presença humana bem anterior ao período cabralino.

¹⁹ As abordagens com estes investimentos ocorreram com destaque nos primórdios da nossa disciplina. Hoje, professores e alunos estão mais vigilantes com as abordagens, buscando não exotizar o outro.

enormemente²⁰. Do seu embrião de preocupações, a antropologia outrora feita por antropólogos de gabinete, não se ateve a entender as leis no âmbito da modernidade. Das leis e seus desdobramentos, na academia nacional, ocupou-se a sociologia, o direito, sobremaneira e as ciências políticas. Sobre o assunto abordado acima, constatamos:

Na antropologia a discussão sobre políticas culturais tem ocupado, até agora²¹, lugar secundário, com pouco peso heurístico. Isto porque a cultura²² - quando tratada sob a perspectiva das políticas públicas - é entendida como algo subordinado a um ordenamento de práticas e de discursos administrados pelo Estado, o que para muitos, a distância de objetos de interesse antropológico. Provavelmente, por isso, o tema das políticas culturais tenha se aclimatado com maior propriedade em outras áreas do conhecimento. Há que se acrescentar ainda o caráter relativamente recente das tentativas da institucionalização destas políticas num viés mais democrático e pluralista. (Motta, Oliveira: 2015)

A partir do exposto, nota-se que a categoria cultura numa perspectiva de políticas públicas, aparece de forma ainda acanhada e recente na história da antropologia, atualmente ganhando novos contornos e novas expectativas. Nada que não fosse esperado, pois o fazer acadêmico está inserido num mundo político, tensional e repleto de jogos de interesses. Importante salientar que a seara das políticas públicas de Pernambuco²³, notadamente, possui uma rubrica fortemente antropológica, nos termos mais clássicos. Geralmente, quando a LPV é invocada, o que vem em seu bojo é uma ideia muito marcada de identidade, com barreiras muito delineadas; delineamento que não tem um sotaque cosmopolita, pois, sabemos que a identidade pode e é permanentemente construída e ressignificada (Hall, 1987). Esta evidência é constatada quando é eleito algum candidato que não condiz, numa linha direta, ao pensamento e modelo construído e concebido de identidade tradicional. Basta recordarmos dos anúncios, de eleitos como o cineasta Fernando Spencer e

²⁰ O trabalho do antropólogo, hoje, transita em várias searas. Desde a etnografia tradicional, caso desta tese, até pesquisas de cunho tecnológico e multissituados.

²¹ Minha tese tenta ampliar o panorama desta discussão e reflexão.

²² As abordagens da cultura via antropologia, tem privilegiado olhares mais tradicionais, eu diria. Tradicionais no sentido de focar em temas clássicos como religião, parentesco, questões de gênero, questões da antropologia indígena. O que eu particularmente aplaudo, mas, entendo que o corpo da ciência cresce e se robustece à medida que amplia o seu campo de entrada e discussão.

²³ Refiro-me a Pernambuco especificamente, pelo fato de a tese versar sobre a LPV. O que não significa que as esferas mais amplas das políticas culturais também, quando necessárias, não sejam contempladas no texto.

mais recentemente do ator José Pimentel²⁴, empossados como patrimônios vivos, nos anos de 2007 e 2017, respectivamente. Há um alarido, muitas vezes por parte do próprio Conselho de Cultura pernambucano, quando não se privilegia o que preconiza a LPV, sobretudo, no que tange ao quesito tradição e precariedade financeira. Destaco, que os dois quesitos mencionados, são altamente suscetíveis às margens hermenêuticas, pois o que é tradicional e precário para um grupo, necessariamente, pode não ser para outro:

Reafirmo que o RPV não é compatível com candidaturas (menos ainda com escolhas, por parte deste Conselho) que visem tão exclusivamente premiar a obra constituída, edificada, até o presente. Para todos que desejam receber lícitos e merecidos prêmios de reconhecimento de sua importante obra, ou seja, terem seu mérito cultural reconhecido através do seu relevante trabalho desenvolvido (e destaco que reconheço o mérito de cada candidato no presente processo) existe os prêmios Arianos Suassuna, Ayrton de Almeida Carvalho, Ordem do Mérito Cultural, dentre tantos outros. (Trecho do Voto proferido pelo Conselheiro e Vice-Presidente Aramis Macêdo Leite Júnior durante a Reunião de escolha dos novos Patrimônios Vivos de Pernambuco Edital 2017)²⁵.

Na fala de Aramis evidencia-se que o mesmo não desmerece o trabalho de nenhum artista inscrito, mas que é contra a possibilidade de um ator como Pimentel, por exemplo, ser eleito como patrimônio vivo²⁶, pois, para louvar a obra de atores, cineastas, bailarinos, existiriam outros meios aos quais recorrerem. No entanto, o argumento deste conselheiro não teve o resultado, ao menos para ele, esperado. Visto que junto a Pimentel²⁷, André Madureira²⁸ também foi agraciado com o prêmio, contrariando assim, uma expectativa em eleitos de ressonância mais tradicionais.

²⁴ Este assunto será aprofundado no capítulo específico acerca da LPV. No momento, este trecho tem objetivo mais ilustrativo.

²⁵ O voto do referido conselheiro foi-me enviado, na íntegra, por e-mail. O mesmo será posto nos anexos.

²⁶ Para ser eleito como patrimônio vivo, o bem cultural guardado pelo grupo ou indivíduo, precisa estar, de certo modo, em vias de desaparecimento ou sob forte risco da possibilidade de continuidade. No caso de Pimentel, só para citar este caso com exemplo, apesar da grandeza e importância artística do mesmo, o bem guardado por ele, a técnica de ator e da atuação estão longe da via do desaparecimento. Talvez, por isso, alguns conselheiros foram contra o agraciamento concedido.

²⁷ Como encenador e autor, notabiliza-se pelos grandes espetáculos históricos que monta ao ar livre. Como ator, ganha notoriedade por viver o papel de Jesus, por mais de três décadas, em encenações da Paixão de Cristo, que ele próprio dirige.

²⁸ André Madureira é fundador, diretor e coreógrafo do Balé Popular do Recife, que existe há mais de 25 anos e é reconhecido internacionalmente. A iniciativa de André em criar um método de dança, chamado “brasílica”, e um banco de passos permite a grande divulgação dos folguedos nordestinos.

Tradicionais²⁹ nos termos já explicitados, anteriormente. O concurso e os seus processos, desde a inscrição até a publicação da escolha, esboçaram uma discussão relevante: remeteu para um lado os que entendem a cultura num cunho mais romantizado e por vezes, purista, e do outro lado da fronteira os que entendem a categoria cultura como algo utilitário, até mesmo puramente funcional. Quantos não defendem que cultura é gerador de emprego, renda e de ascensão social. Penso que o problema não é defender um ou outro posicionamento, no entanto, o sucesso da implantação de uma política pública, se deva, em parte, a unir as duas pontas citadas acima. Nunca é demais ressaltar, que o Estado deve promover os mecanismos e condições para que a sociedade crie e mantenha o seu próprio acervo cultural:

O Estado não pode produzir cultura, a história já demonstrou que o Estado ao produzir cultura é um desastre por proporcionar o engessamento e cair, com muita facilidade, no propagandismo partidário. Ao fazer isso, perde-se a espontaneidade do fazer cultural, notadamente, nas camadas mais populares da sociedade brasileira. (Trecho da entrevista de Marilena Chauí, Roda Viva, 1999)³⁰.

A fala de Chauí nos revela algo extremamente delicado, especialmente em se tratando de leis de fomento à cultura, caso da LPV. Se por um lado cabe ao governo o fomento da cultura, por outro, não cabe ao mesmo produzir a cultura. Quando de fato, a política mais ampla, no qual estamos todos enredados é fruto direto de uma cultura, também. Acredito que há um embaraço, um novelo imenso todo entranhado de fios necessitando ser destrinchado, para que, a partir de um entendimento mais profundo do que seja efetivamente cultura e política cultural se possa efetivamente agir de maneira a diminuir os erros das práticas, ou melhor, do exercício pleno e efetivo das leis. Vale lembrar ainda que um projeto político cultural não é desprovido de uma intenção de uma filiação partidária, epistemológica e semântica. Como alerta Pinõn (1997), até as escolhas de uma palavra num texto, são escolhas morais e refletem um projeto de mundo. Por isso, que a depender do projeto de governo atuante, a cultura

²⁹ Há um núcleo duro de toda narrativa que muda muito lentamente. Por exemplo, no caso do maracatu Leão Coroado, existe a tradição de nunca dissociar o brinquedo e o candomblé. Muitas coisas já foram modificadas e redesenhadas, na tentativa de manter-se em atuação. Mas, no casamento Leão Coroado e o candomblé, o divórcio é algo impensado. Se isto ocorrer, é o fim do grupo.

³⁰ Programa de entrevista exibido pela TVE.

pode ser usada das mais variadas formas, tanto para exaltar como para denegrir certos grupos, assim,

As estratégias de governança neoliberal, correntemente adotadas pelos países latino-americanos nos anos 1990, ao reconhecer os direitos culturais das minorias étnicas e sociais e, dessa forma, a pluralidade da sociedade civil, tornam mais complexo o campo das lutas políticas. Conquistas asseguradas no plano formal, por exemplo, não necessariamente representam avanços imediatos na superação ou redução de desigualdades estruturais, tampouco provocam mudanças mais radicais na relação entre Estado e grupos étnicos, raciais ou populares. (Motta e Oliveira, 2015).

Pernambuco, por ser um ente federativo do Brasil precisa subordinar-se aos ditames deste último, pois apesar de vivermos num sistema republicano de governo, por vezes são dados ao presidente da república, poderes imperiais. Digo isso por perceber na iniciativa pública, da instrumentalização da cultura, um desejo, mesmo que velado, de manipular de alguma forma as ondas da mesma. Os projetos de política cultural parecem insistir em não atender ao chamamento de Chauí (1999) “não façam e sim incentivem a cultura”. Este é efetivamente um grande risco que as culturais, notadamente, as tradicionais correm:

Quando da intitulação do bumba meu boi como patrimônio cultural imaterial do Brasil, isto é, federal, em 2010, a então governadora Roseana Sarney, herdeira do patrimônio político de sua família, declarou que “a partir desse reconhecimento, a expressão maior de nossa cultura ganha força nacional, com raízes definitivas em nosso solo”. Em muitos casos, a instituição é iniciativa e realização exclusivas dos governos, visando a projetos turísticos, de captação de recursos ou de linhas de crédito, sem a participação efetiva dos portadores/proprietários dos bens patrimoniados. (Cardoso e Goulart, 2013).

Evidencia-se na fala acima que os projetos governamentais estão longe de serem despretensiosos, não nos cabe mais esta ingenuidade, infelizmente. Digo infelizmente, por apostar que podemos melhorar e que o caminho da boa política é possível, embora, careçamos de bons exemplos, ao menos por ora. Voltando ainda ao ponto da obrigação de perdermos a ingenuidade, nunca é demais lembrar que o político ao trabalhar nos termos recomendados por Chauí (1999), não faz mais que a

sua obrigação, nem a mais nem a menos, a sua obrigação para o qual foi eleito e empossado.

Ressalto ainda, que a cultura³¹, quando manejada politicamente de forma proba e reta pode vir a ser um caminho frutífero, numa espécie de bifurcação onde ninguém sai estrangulado. Havendo, de fato e de direito uma parceria honesta entre os que fazem as manifestações da cultura e o poder público, cada um entendendo exatamente o seu papel neste grande teatro da vida real, uma parceria desprovida de interesses de apropriação e aproveitamentos pessoais, instalando-se este cenário, podemos ter uma chance grande de sucesso e de direitos e deveres garantidos, sem a necessidade de uma aura de ajuda, de apoio, como muitas vezes são interpretadas as ações governamentais na área da política cultural. Até porque, ao mundo político só deve haver um caminho e a este não há espaço para abstrações hermenêuticas: cumprir exatamente o que manda a lei. Não há outro caminho,

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005). (BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

³¹ O sentido de cultura empregado aqui é no molde pensado por Manuela Carneiro da Cunha. Destaco ainda a maneira como esta antropóloga escreve, notadamente, no que se refere ao posicionamento firme e, simultaneamente, sereno. Ela não tem receio de dizer “acredito”, mesmo que tenham outros que não comunguem com o seu posicionamento e estilo de escrita.

O texto extraído acima é ressignificado e ampliado em seu sentido e no seu poder de atuação quando somado ao artigo 216 da mesma constituição:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II- Os modos de criar, fazer e viver;

III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas³²;

IV- As obras, objetos, documentos e edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas- culturais;

V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Evidencia-se assim, a obrigação sumária, para a área da cultura, determinada pela nossa Carta Máxima. Obviamente, e o cenário, sobretudo, o atual, não nos motiva aos brindes nem às alegrias desenfreadas, no entanto, ao sabermos, ao haver o empoderamento, termo muito em voga ultimamente, de que é previsto em lei, o investimento na área da cultura, incluindo todas as suas searas, - o véu possivelmente revestidor do político que investe a sua energia e disposição em pensar e aprovar leis para o bem desta área - se cai, ou se desvenda. Aparentemente desanimadora, as palavras ditas não espelham necessariamente uma realidade fechada e acabada, ao contrário, são palavras de vigilância, no intuito de contribuir no entendimento das formas como a cultura é hoje instrumentalizada, e como todo instrumento, pode vir a atender a projetos que não respeitem a grandeza e dignidade do povo brasileiro e, mais especificamente no caso deste texto, do povo pernambucano.

³² Em linhas futuras tratarei da Lei do Patrimônio Vivo, mais especificamente. De todo modo, é importante dizer por ora, que entendo a LPV como uma tecnologia, visto que em sua grande maioria, os escolhidos como patrimônio vivo mudam substancialmente, em alguma medida, os seus fazeres e rotinas.

Dito isto, é momento de falarmos um pouco dos trabalhos e pensamentos acerca dos temas recorrentes ao tema maior: patrimônio vivo, o que não implode a possibilidade de pensar nos temas transversais, simultaneamente. Elegi³³ como lócus de pesquisa, prioritariamente, o banco da CAPES³⁴. Somado a isto, utilizei artigos, textos de livros e de artigos publicados. Mencionadas as palavras guidoras e fontes de leituras, faz-se imperioso que agora comecemos o movimento do diálogo direto com alguns autores.

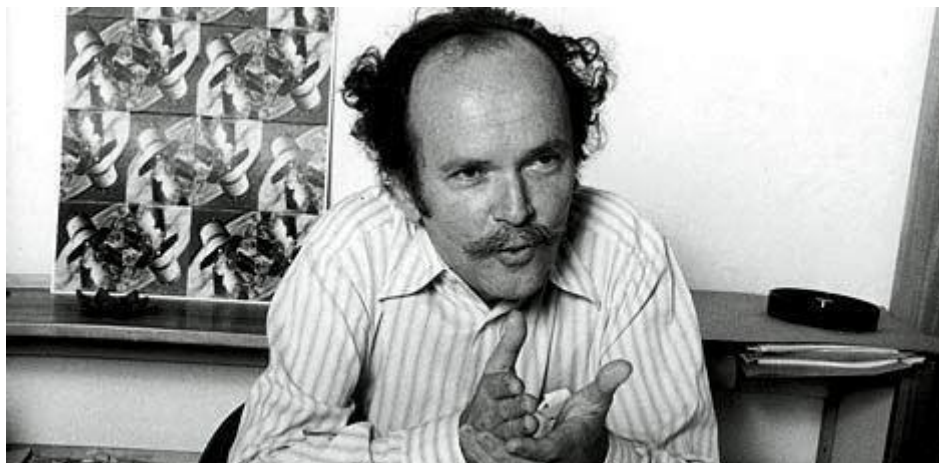
José Reginaldo Santos Gonçalves³⁵ em seu *A retórica da perda – os discursos do patrimônio cultural do Brasil* – realiza um mergulho na busca do entendimento do que seria a identidade nacional, e dentro disso o que constituiria o patrimônio integrante desta identidade, ou identidades, segundo Giddens (2002). Para Gonçalves (2002), a identidade pessoal pode ser encontrada no comportamento, ou nas reações das pessoas e dos outros, na capacidade que o indivíduo possui de manter sua biografia particular, ou o que o mesmo chama de narrativa particular. Até onde a narrativa particular alimenta e modifica a narrativa maior, a coletiva, é outra inquietação indireta do texto de autor.

Gonçalves (2002) situa os anos de 1970 e 1980 como marcos, pois seria a partir daí que as discussões sobre patrimônio cultural brasileiro ganham maior escopo e visibilidade, inclusive das mídias, em geral. No entanto, por escolha estética e utilizando-se da história, Gonçalves faz o percurso situando as contribuições acerca da discussão do seu texto, utilizando-se de um percurso mais didático, o que no meu entendimento demonstra generosidade com o leitor, por possibilitar uma leitura mais situada do tema. Falar em patrimônio, ou ao menos em sua esfera política, é falar de Rodrigo de Melo Franco de Andrade e de Aloísio de Magalhães.

³³ Ainda no mestrado, compreendi a importância primordial de recortar o campo e as leituras, objetivando uma escrita mais produtiva e dinâmica.

³⁴ Utilizei o tempo da LPV, desde a sua publicação em 2002 até o ano de 2015, como referencial maior para compor estas notas. Algum outro material, quando citado fora deste eixo temporal, será notificado para a ciência do leitor. Alerto ainda, que as aparições dos textos não obedecerão à ordem cronológica de quando da sua publicação. Aparecerão atendendo às exigências da análise realizada.

³⁵ Professor titular de antropologia cultura da UFRJ.



Fotografia 1 - Aloísio Magalhães

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/boa-mesa/noticia/2015/05/18/ocupacao-aloisio-magalhaes-no-mamam-181450.php>

Aos dois, Gonçalves remete a responsabilidade dos mesmos terem construído duas importantes narrativas:

A primeira, associada ao nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade e ao antigo SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi hegemônica desde 1937, ano da criação do SPHAN, até aproximadamente, a segunda metade da década de 70. A segunda está associada ao nome de Aloísio de Magalhães e ao processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural que, sob sua liderança, se desenvolveu desde os anos 70. Esse processo desencadeou um debate, de certo modo ainda atual, entre defensores de diferentes e opostas narrativas sobre o patrimônio cultural brasileiro. A partir da segunda metade da década de 1970, a narrativa assumida por Rodrigo e pelo antigo SPHAN foi desafiada por Aloísio e seus seguidores, que faziam uso de uma nova estratégia de narração de identidade nacional brasileira e, conseqüentemente, assumiam uma concepção diversa do patrimônio cultural. As posições assumidas nesse debate podem ser interpretadas como efeitos de diferentes estratégias de autenticação da identidade nacional. A autoridade cultural desses intelectuais é adquirida na medida em que persuadem sua audiência, seu público, de que eles são capazes de “representar”, através de seu discurso e de sua prática à frente da política oficial de patrimônio, da maneira mais “autêntica”, a identidade cultural da nação. (Gonçalves, 2002, p. 38).

A passagem acima explicita de forma veemente a importância de Rodrigo e Aloísio no panorama da discussão aqui levantada. No entanto é oportuno ressaltar que a chancela dos dois e a aura de autoridade encarnada por ambos, também espelha um tempo específico da cultura brasileira. Era o tempo de pensar as raízes

do país³⁶, de pensar a sua constituição. Foi o tempo de grandes narrativas, empreitada, hoje, dificilmente executável. E ao contrário de hoje, notadamente pela abertura causada pelo advento da internet e outros mecanismos de comunicação, falar sobre qualquer assunto, seja qual for não é mais propriedade exclusiva de ninguém, seja qual for o naipe e ou área do intelectual.

Vivemos um tempo de liberdade e criação artística bem maior do que na época histórica elencada por Gonçalves, mesmo que a despeito disso, muita coisa sem qualidade seja publicada e por conta disso, confundamos, muitas vezes, informação com conhecimento. Palavras que estão longe de serem sinônimas. Aloísio e Rodrigo foram gigantes em suas áreas, mas tiveram o destaque que tiveram, provavelmente, por conta do tempo específico vivido, por ambos.



Fotografia 2 - Rodrigo Melo Franco de Andrade

<http://ensaiospatrimoniais.blogspot.com.br/2008/08/110-anos-de-rodrigo.html>

Independente do perfil da contribuição específica de cada um há uma espécie de ponto pacífico acerca da contribuição de Mário de Andrade, nas discussões sobre o patrimônio brasileiro. Andrade é uma espécie de papa do projeto de pensar as tradições culturais, compreendendo esta tradição e este acúmulo de práticas e saberes, como patrimônio. Os anos de 1930 são marcos na causa do patrimônio visto

³⁶ Podemos citar Casa-Grande e Senzala de Freyre e Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, ambos publicados nos de 1930.

que em 1936, - ano da criação da primeira agência federal de proteção, - há o começo do entendimento, por parte do governo federal, de que o mesmo tinha obrigações com o patrimônio constituído pelo povo brasileiro.

Em 1938, Mário de Andrade, talvez, temeroso pelo desaparecimento de algumas manifestações populares, cai literalmente em campo e documenta em fotos e textos, várias manifestações de dança, sobretudo, do norte e nordeste brasileiros. Este esforço de Andrade, que contou com algumas participações preciosas, a exemplo de Claude Lévi-Strauss,³⁷ contribuiu enormemente para a sensibilização do olhar dos governantes brasileiros, no sentido de entender que o patrimônio não é feito apenas de pedra e cal, mas composto de saberes, técnicas, sentimentos e memórias.

Importante ressaltar que a cultura, o entendimento e o uso desta categoria para o período trabalhado por Mário, são bem diferentes da forma que Manuela Carneiro da Cunha³⁸ defende, por exemplo. Nas pesquisas dos anos 30, importante também que se diga, foi a década em que ocorreram congressos abordando a temática afro-brasileira, sob uma perspectiva folclorizante e marginalizada³⁹. De todo modo, seja por qual perspectiva for, no fundo o que se buscava era entender a identidade nacional:

...a identidade nacional brasileira impunha-se aos intelectuais brasileiros desde a independência política do país em relação a Portugal, na primeira metade do século XIX. Desde os últimos anos de império e desde a inauguração do regime republicano, em 1889, as discussões sobre este tema centram-se na ideia de “raça”. Ao longo da segunda e terceira décadas do século XX, o problema passou a ser discutido não mais em termos raciais, mas culturais, como uma busca da brasilidade, de uma “essência”, a “alma” ou simplesmente “identidade” da nação brasileira. (Gonçalves, 2002, p.41).

Oportuno destacar a palavra problema na citação acima. A discussão acerca da identidade reinante ou mesmo da ideia de uma raça ou de uma cultura, ou culturas, talvez termo mais feliz, é refletida a partir do peso da ideia de um “problema”

³⁷ No período, Lévi-Strauss era professor da USP.

³⁸ Refiro-me a definição de cultura encontrada na página 27.

³⁹ Mesmo já falecido à época da realização do referido congresso, as ideias de Raimundo Nina Rodrigues ficaram famosas por defender, inspirado em Lombroso, que o negro tinha a propensão de ser criminoso por conta sua formação genética e que, portanto, deveria ter contato com o povo branco para inspirado nestes, adquirir uma formação organizacional mais refinada e culta. Negros e mestiços seriam o motivo da inferioridade do Brasil. Teoria impensada no tempo de hoje, no século XIX, foi largamente aceita e exaltada por muitos. A referência para a ideia acima foi retirada do artigo A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues, publicado em <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-13-Marcia-Neves.pdf>.

⁴⁰. Ou seja, pensar a cultura é um “problema” e não um mecanismo de entendimento de um povo. E para inquietação de alguns, sobretudo, daqueles defensores da comodidade de ideias e conceitos fechados e acabados, pensar a cultura nos termos apontados por Gonçalves provoca certo desconforto.

Contudo, o encadeamento das ideias de Gonçalves nos leva a concluir que a cultura é fruto do tempo, da lei e da vida. Cabendo a nós, cientistas e pensadores da mesma, a tarefa de entender os seus processos e dinâmicas. Compreendendo, inclusive, a maturidade do tempo, do tempo das frutas (Piñon, 2000). Ponto pacífico, até o momento, é notar que já havia uma ideia de proteção do patrimônio, mesmo que a ideia de patrimônio ainda fosse limitada e fechada. Mas havia a iniciativa, ao menos.

Não é pouco lembrar, ainda, que todos os envolvidos nas discussões deste período, eram homens de situação financeira abastada e com frequência, viajavam à Europa, berço das várias discussões patrimoniais⁴¹, por ser detentora de um legado artístico de indiscutível valor. Os intelectuais e artistas brasileiros não desejavam imitar e nem ansiavam ser a Europa, isto é nítido nas iniciativas. A Europa era a grande inspiração, no entanto, a nossa busca, a busca brasileira era pelo regional, pelo autêntico e tradicional. Ou nos termos de Ariano Suassuna, o Brasil profundo (Nogueira, 2002).

A própria Semana de Arte Moderna de 1922 teve este viés. Formada, em sua grande parcela, por pintores, escritores, músicos e atores⁴², o grosso do corpo formador desta Semana era das famílias ricas de São Paulo. A exemplo de Suassuna, pensador de um ideal de Brasil profundo, tanto o autor d'A pedra do reino como Tarsila do Amaral, só para destacar, não são frutos deste Brasil defendido por ambos. Ou seja, a defesa e imaginação do Brasil ideal, portanto utópico, foi feita por pessoas que nunca viveram nesta parcela de realidade social. É a velha máxima,

⁴⁰ Refiro-me ao tom negativo que problematizar algo tinha à época. Hoje a palavra problema, sobretudo, no meio acadêmico, possui outro sentido, pois pesquisar algo implica em um problema existente.

⁴¹ Por exemplo, A carta de Veneza de 1964. Para mais detalhes ver: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008

⁴² Eugênia Álvaro Moreyra, atriz e diretora de teatro.

“uma coisa é pensar a fome, outra coisa é passar fome e lutar pelo seu fim”!⁴³. Mas foi esta a marca do início do IPHAN e da semana de arte moderna:

Em 1936, Mário de Andrade foi solicitado a preparar um projeto para a criação de uma instituição nacional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Esse documento foi usado em discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos dessa instituição. Em 1937, logo após o golpe de Estado que veio a instaurar o regime do Estado Novo, o Sphan foi criado por um decreto presidencial. A instituição estava subordinada ao então ministério da educação e saúde, tendo à frente Gustavo Capanema, que aí permaneceu até 1945, quando do fim daquele regime político. Em 1937, Capanema convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectual mineiro, ligado aos modernistas, para dirigir o Sphan.

A estratégia assumida por Rodrigo ao narrar o que ele chama uma obra de civilização é, por um lado, a de um observador objetivo e racional, cujo propósito é registrar, do modo mais rigoroso, os acontecimentos, personagens e objetos associados ao “patrimônio histórico e artístico”. Neste contexto, o Sphan é concebido como uma instituição dedicada à pesquisa científica sobre “os valores de arte e de história de nosso país”. No primeiro número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, publicada pelo Sphan, ele afirma que é necessário desenvolver o estudo sistemático da arte brasileira e acrescenta que, até então, esse tipo de estudo, no Brasil, não satisfaz os requisitos de um estudo objetivo. Por outro lado, Rodrigo concebe-se a si mesmo, assim como à elite intelectual de que faz parte, como o responsável pela missão de dar continuidade à “obra de civilização” que vem sendo desenvolvida no Brasil desde os tempos coloniais. (Gonçalves, 2002, p. 43, 44).

Ao lermos as passagens, evidencia-se que há uma tentativa clara na busca de pensar a cultura de forma mais profissional e até mesmo menos romântica e simplista. A abordagem deve ser objetiva, clara. Reverbera ainda a marca já apontada: a missão do intelectual de pensar a cultura do Brasil, pensar o Brasil vivido por muitos, embora, imaginado por poucos. Contudo, Rodrigo foi responsável pela organização de uma instituição fundamental na construção de pensar a cultura⁴⁴ em termos antropológicos e também por pensar nas formas de tratar esta de forma mais sistemática. O mesmo pode ser até acusado de ser elitista e de privilegiar um olhar mais europeizante da forma de preservação da cultura, porém, somos frutos da vida que temos ou que lutamos para ter. Arrastamos vários pedaços de vida. Rodrigo nem ninguém fogem a este aforismo. E mesmo sendo filho da alta casta, coube ao

⁴³ Frase proferida pelo presidente Lula em visita ao Recife em 2016.

⁴⁴ A cultura aqui é entendida numa acepção antropológica, ou seja, a cultura como um repertório de saberes, fazeres, de uma construção coletiva. Destaco que o que era pensado à época da criação do Iphan era pensar um instrumental para trabalhar a cultura e não a cultura como uma forma de política.

escolhido de Capanema, no âmbito de uma instituição federal, imaginar o patrimônio brasileiro nos moldes de um cômputo resultante das três grandes mães geradoras do Brasil (Ribeiro, 2015). Ele não se basta na historiografia oficial, sempre uma versão, como salienta Ecléa Bosi (1994), para defender os elementos constitutivos do patrimônio brasileiro. Ao contrário, defende, de forma universal, ou nos termos da antropologia, de forma relativa, o que viria a ser o nosso patrimônio.

Na defesa de uma cultura genuína nacional, Rodrigo briga por uma causa⁴⁵ e aposta na ideia de um Brasil eloquente resultante do encontro, nem sempre feliz, das correntes europeia, indígena e africana. Também foi feroz ao enfrentar os que criticaram a criação do Sphan. A alegação dos opositores ao trabalho de Rodrigo era de que o Brasil não possuía acervo patrimonial relevante, a exemplo da Itália e França, que justificasse a criação de um campo de trabalho, financiado com verba pública, com preocupações exclusivas com o patrimônio. Notadamente, o edificado. Rodrigo, de forma contundente defendia a ideia de que nosso patrimônio edificado não devia a ninguém, nem em importância e nem em grandeza. E de fato é mesmo. Basta irmos ao centro do Recife, só a guisa de mostra.

A Capela Dourada do Convento de Santo Antônio, se lotada na Europa, muito provavelmente, competiria no mesmo pé de igualdade com a capela Sistina de Michelangelo, situada no Vaticano. Porém, a procura e o reconhecimento da importância de um patrimônio não ocorrem rapidamente. Mesmo assim, Rodrigo à sua época já compreendia que o amadurecimento e o entendimento da importância do nosso patrimônio, viriam com o passar do tempo. Indiscutível é o valor do trabalho do mesmo, destaca Gonçalves (2002), que Patrimônio com maiúscula já foi pensado como sinônimo de Rodrigo Melo Franco Andrade ou, como alguns chamavam Patrimônio Rodrigo. Produto resultante do tempo e da ação das pessoas, as instituições também se modificam, transfiguram-se, podem melhorar, podem piorar, no entanto, não ficam estáticas, mesmo que trabalhem com questões de patrimônio e tradição, categorias excelentes no uso das rubricas preservação, resgate e por muitas vezes, sagrado.

⁴⁵ A abnegação dispensada por Rodrigo ao seu trabalho ficou famosa. Na biografia de Aloísio Magalhães, valores como renúncia, sacrifício e autonegação não são tão valorizadas quanto nas narrativas biográficas sobre Rodrigo. Este último é descrito como tendo renunciado à sua carreira como escritor para devotar-se à causa do patrimônio. (Gonçalves, 2002, p. 55).

Adotando ainda a esteira do pensamento de Gonçalves, este pontua a segunda fase do Sphan, indo de 1969⁴⁶ a 1979.



47

Fotografia 3 - Cândido Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2735>

Incontestavelmente, que ao mudar de direção e, sobretudo, de avançar na esteira do tempo, a forma como foi tratada a cultura e a “causa” do patrimônio muda consideravelmente:

Aloísio assumiu a direção do Sphan nos anos finais do regime político autoritário que vigorava no Brasil desde o golpe militar de 1964. Os últimos anos da década de 70 caracterizaram-se como um período de “abertura política” e de liberalização do regime político em vigor. Alguns intelectuais foram convidados a participar em alguns níveis de governo, notadamente na área da política cultural. Assim como o nome de Rodrigo está associado ao Sphan e a uma determinada política de patrimônio, o de Aloísio está intimamente associado com a política de patrimônio cultural implementada pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 70. (Gonçalves, 2002, p.50).

⁴⁶ Ano da morte de Rodrigo.

⁴⁷ A presença do Iphan se torna ainda mais relevante uma vez que o desenvolvimento dos estudos e das políticas em patrimônio teve interferência direta dos ideais modernistas de Mário. Não à toa foi escolhido por Gustavo Capanema, então ministro da Educação, para redigir o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional (SPAN), em 1936, que deu base para a redação do Decreto-Lei nº 25/37, documento que organizou a proteção patrimonial e norteia, até os dias de hoje, as ações do Iphan. As políticas, num primeiro momento, privilegiaram algumas narrativas para a proteção e tombamento dos bens culturais. Contudo, o texto do anteprojeto foi vanguardista no momento em que defendeu um olhar livre de estrangeirismos, dentro do próprio país, buscando compreender o Brasil, historicamente, por meio das manifestações populares de sua gente. (<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2735>)

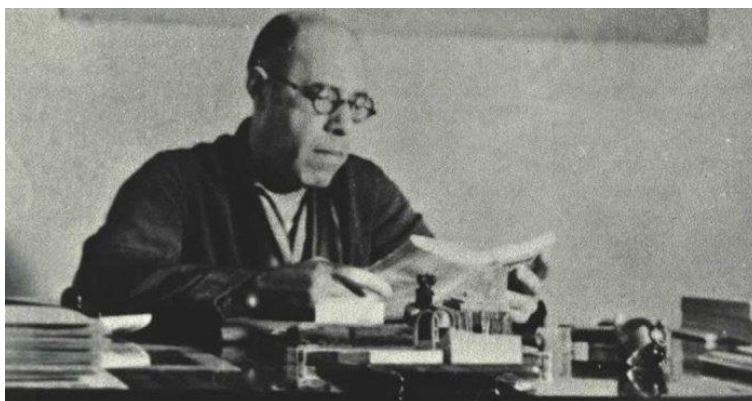
Além da condução da instituição em si, Aloísio também, ancorado em outras leituras e repertórios⁴⁸ que o levou a ampliar o foco analítico ao pensar a categoria patrimônio. Ele robustece a empreitada de Rodrigo e passa a denominar de bens culturais o que outrora fora nomeado de patrimônio histórico e artístico. Privilegia assim, sobremaneira, a ideia de bens, portanto de semântica mais perene e mais presente. Nas palavras do próprio Aloísio, os “bens culturais” são concebidos como indicadores a serem usados no processo de identificação de um caráter nacional brasileiro. Onde passado, presente e futuro se entrelaçam. Outra postura que muda radicalmente é a indicação dos profissionais componentes do quadro funcional do Sphan: todos devem envolver-se com as pessoas das localidades onde a instituição tenha ações patrimoniais (Gonçalves, 1996). Parece se evidenciar uma tentativa de diminuir o vácuo entre a instituição federal e o povo em geral, de incutir neste mesmo povo o empoderamento patrimonial, acarretando assim, o que se costuma dizer e convencionar: quem ama e conhece, cuida. Outro jogo semântico efetuado foi a troca de alguns termos, na perspectiva de atender melhor às demandas da época, e de hoje, por assim dizer.

Às ideias de civilização e tradição, Aloísio soma os conceitos de desenvolvimento e diversidade. Buscando fortalecer o caráter nacional, o sucessor de Rodrigo incute uma ideia de independência das chamadas nações do primeiro mundo, ou seja, o patrimônio, agora intitulado, também, de bens culturais, deve instrumentalizar um projeto de nação forte e autônoma. O patrimônio pensado neste período é utilizado para reforçar a estima do brasileiro. Viveríamos uma metáfora, onde para cada Capela Sistina italiana, teríamos uma Capela Dourada brasileira, no entanto, na perspectiva à época adotada, havia uma dilatação da louvação à pedra e cal, como já mencionado anteriormente. Para efeitos de comparação possíveis conclusões, a Sistina e a Capela dourada se pensadas pelo par Rodrigo/Aloísio, resultariam numa reflexão bem distinta, se tomarmos como base as imagens que o patrimônio tomou em cada gestão, reciprocamente.

Porém, algo que sutura os dois gestores do início do Sphan é o pensamento de que o Brasil possui uma história própria, sua e, portanto, um patrimônio urdido a muito mais tempo, do que os 500 anos propalada pela construção histórica oficial e

⁴⁸ Aloísio foi um grande designer, porém ao assumir o Sphan, a marca antropológica ficou muito presente.

celebrativa e porque não dizer preconceituosa. Na perspectiva de ambos, o eurocentrismo tem um forte enfraquecimento. Atitude corajosa para um período e sociedade geralmente fundados em um forte aspecto de tradição social e familiar. Comungavam deste ponto, discordavam de outro: do espaço que o patrimônio ocupa efetivamente na vida da população, sobretudo, das pessoas mais humildes financeiramente. Aloísio é incisivo ao afirmar que o suposto desinteresse das pessoas pelas questões patrimoniais, reside no fato do projeto inicial de Mario de Andrade não ter sido seguido, como pensara o escritor.



Fotografia 4 - Mário de Andrade (<https://livreopiniao.com/2015/02/24/eu-sou-um-escritor-difícil-70-anos-sem-mario-de-andrade>)

Notadamente, porque, a dimensão da cultura popular teria um espaço, que efetivamente, não correspondeu ao praticado. Pensamento corroborado na citação abaixo:

Aloísio critica a política tradicional do Sphan, porque, supostamente, ela deixa de lado certas dimensões do patrimônio cultural brasileiro – notadamente sua diversidade – assim como a importância e o papel desempenhado pelas diferentes formas de cultura popular. Ele acusa essa política de não ter seguido o projeto original de criação do Sphan, proposto por Mário de Andrade em 1936, onde aquelas dimensões eram contempladas. Para Aloísio, esse documento expressa uma concepção de patrimônio mais ampla que aquela que veio informar a política efetivamente implementada pelo Sphan de 1937 até os anos 60. Desse modo, ele usa Mário de Andrade como um precursor, afirmando que seu trabalho faz somente seguir as propostas contidas naquele documento. (Gonçalves, 2002, p. 54).

No geral, isto ocorre muito, ou seja, o distanciamento entre o pensado e o praticado. Seria reconfortante viver a certeza de que uma lei pensada, e a prática da mesma, marca da realidade cotidiana, fossem um rosto de única face. Sabemos que não é. O esforço, de todos, deve repousar em diminuir o fosso, que muitas vezes,

separa artigos, caputs e alíneas da necessidade e anseio da maioria, apesar da cultura⁴⁹ ser vista como um luxo a ser fruído por poucos, uma república, enquanto tal tem a obrigação prevista na constituição, como já vimos, de proporcionar a todos os cidadãos o refinamento, inclusive de programação de visão de mundo, que a cultura pode proporcionar.

Importante ainda ressaltar, que o patrimônio, ou a instrumentalização profissional do mesmo pode ser situado com as iniciativas vistas até aqui. Houve um projeto, considerado arrojado, para repensar a maneira como o próprio brasileiro se via e, sobretudo, como se via sabendo-se brasileiro de um Brasil detentor de um patrimônio de relevante beleza e importância histórica e artística. Podemos até arriscar e dizer que foi com o advento do Sphan e dos modernistas, que a ideia de valor artístico e cultural foi efetivamente relativizada.

Passamos a sentir orgulho de Aleijadinho, sem com isso, desmerecer a grandeza de Michelângelo. Pensou-se de maneira mais restaurativa e conciliadora, quando, a meu ver, buscou-se exaltar o nosso patrimônio, sem diminuir o de país algum. Isto demonstra grandeza de alma, grandeza de soberania e efetivamente demonstra uma forma de exaltar as diversas formas de ser e existir que configuram o planeta.

Na perspectiva de enriquecer a discussão aqui levantada, cito o texto de Paloma Goulart e Alexandre Cardoso, publicado em 2013. Os autores optam por imergir no texto de Gonçalves, mas, penso eu, por questões de espaço, visto que o referido trabalho se trata de um artigo, o emprego da narrativa é bem mais econômico. Contudo, há uma espécie de ponto pacífico entre as ideias defendidas e a reflexão de Gonçalves. Destacam o papel de Aloísio e Rodrigo na construção, ou no projeto de construção, de uma identidade mais totalizante, nacional. Os monumentos históricos, os bens a serem tombados foram os artefatos utilizados como elemento heurístico para suturar povo e história num esforço eloquente e devotado dos fundadores do Sphan, hoje Iphan. A riqueza da abordagem de Cardoso e Goulart vem da perspectiva escolhida: a perspectiva do direito, ou para ser mais preciso, da sociologia do direito. Há, inclusive, um destaque para a ação do tombamento de bens

⁴⁹ Ver Cultura com Aspas, Manuela Carneiro da Cunha.

históricos e de interesse coletivo e os rebatimentos, em algumas vezes, negativos, no que tange aos proprietários.

Apesar de não ser previsto a perda de propriedade, de uma casa tombada, por exemplo, mesmo assim, o tombamento pode passar o sentimento de perda, de uso e de mando integrais, pois, embora possa haver um orgulho de morar em sítio histórico, junto a esta honraria, no mesmo bojo, vem uma série de obrigações, incluindo aí, o comprometimento de não reconfigurar nenhuma parte do imóvel, salvo as exceções previstas em lei. É tão séria esta questão, que depois de tombado, só e unicamente o presidente da república do Brasil pode destombar uma peça. Perceba-se até o momento que as reflexões sobre patrimônio ainda possuem um investimento tradicional, ou por outro lado, como as discussões são relativamente novas, no tocante à ampliação da ideia de patrimônio, é esperado que não houvesse muitos textos com este conteúdo, embora o investimento intelectual, mesmo na atualidade persista em problematizações muito aproximadas:

...nas interpretações sobre os discursos dos superintendentes do Sphan, as respostas às questões sobre quem decide e como decide o que é e o que não é patrimônio cultural imaterial⁵⁰. Tal decisão política, produzida no topo das instituições estatais de execução de políticas culturais, seria apoiada uma aliança entre o poder público, de feições predominantemente autoritárias, comprometidos com projetos modernizantes e elites intelectuais afinadas em movimentos predominantemente nacionalistas. Tal decisão teria sofrido uma ampla inflexão ao longo de quase um século de existência, no sentido de incorporar plenamente na definição oficial de patrimônio cultural imaterial tudo aquilo que já estaria inicialmente colocado na própria formulação da política cultural dos anos trinta, inclusive o que hoje denominamos como patrimônio cultural imaterial. Tal decisão tem sido fortemente legitimada pelo argumento de perda, como um esforço devotado de profissionais especialistas para impedir a “perda total” que inevitavelmente se daria sem sua ação. Tal decisão corresponde à base social objetiva que produz e sustenta os direitos culturais (Cardoso, Goulart, 2013, p. 100).

Mesmo havendo a ampliação da ideia de patrimônio, a busca pela perpetuação da mesma ainda é ancorada em modos pouco ousados. Percebemos isto ao fazermos uma pequena consulta, de maneira informal, junto a um grupo de alunos, por exemplo,⁵¹. Ao mencionar a palavra patrimônio, em sala ou em conversas menos formais, o que vem nas respostas são as ideias de um patrimônio mais tradicional, da pedra e cal e, notadamente, barroco. Sobretudo, no Recife e Olinda, dois celeiros

⁵⁰ A afetividade pode vir a ser uma categoria preciosa de argumento para tombar ou registrar um bem.

⁵¹ Sou professor universitário e por conta desta função, estou sempre em contato com alunos de todas as idades, classes sociais e econômicas, das mais variadas.

deste movimento artístico. E curiosamente, pelo menos de forma preliminar e diletante, visto que não pretendo realizar nenhuma estatística, as pessoas, de forma geral, não sentem o sentimento de perda, ou do risco de perda, apontados na citação dos autores acima, que, de maneira geral, assim como eu, foram ensopados pelas águas de Rodrigo, Aloísio e Mário, este último elevado ao posto de mito fundador da invenção do patrimônio brasileiro.

Invenção, como nos alerta Gonçalves⁵², não no sentido de mentira, de inautênticos ou artificiais, ao contrário, mas, no sentido de entendermos que as tradições são invenções negociadas e que se têm, por vezes uma aura de verdade, é justamente, na medida do possível, o resultado da chancela de uma autoridade, neste caso, intelectual. Ou seja, o intelectual acaba por ser um mediador. Um organizador de ideias, um indivíduo, e no cenário aqui desvendado, um indivíduo chancelado pela profissão, respaldado pelo governo federal para determinar o que vem ou não a ser patrimônio. Incluindo aí, a decisão e os critérios a serem seguidos para o tombamento de algo ou registro de alguém, caso do Patrimônio Vivo.

Outra passagem interessante da citação e, na medida do possível, detentora de um tom profético, é quando os autores asseguram que o esforço profissional dos órgãos competentes gestores da cultura, no caso deste texto, a Fundarpe e o Conselho Estadual de Cultura, por exemplo, são garantias absolutas da permanência de uma manifestação. Ao comungar, integralmente com o texto de Cardoso e Goulart (2013), eu estaria apostando que o trabalho destas instituições, por si, seria a garantia da perpetuação do patrimônio, seja de qual natureza for. Adoraria desfrutar desta ideia de forma plena. No entanto, não posso. A realidade está posta, forçando-me assim, a entender que não há garantias absolutas. Este entendimento encontra respaldo empírico no caso do Maracatu Nação Elefante, recolhido ao Museu do Homem do Nordeste, depois da morte de Dona Santa. Sobre o Elefante, o maestro Guerra- Peixe aponta:

Dos antigos maracatus subsistentes no Recife, o Elefante é o que melhor atenta às tradições do cortejo. É também um dos alvos visados pelos que se ocupam dos estudos das folganças populares. Dadas essas razões e mais as facilidades que desde o início nos

⁵² Possivelmente influenciado pela obra *A invenção das tradições*, hoje clássica.

possibilitaram recolher documentos musicais⁵³, o Maracatu Elefante representa o nosso principal campo de pesquisas.

A fundação do Maracatu Elefante seja atribuída a Manuel Santiago, um negro que se insurgira contra a direção do extinto Maracatu Brilhante. Comandando um grupo de descontentes, organizou nova **nação**, cuja data teria ocorrido a 15 de novembro de 1800. Todavia, apesar de fundador, certo ou presumível, não desejara ou não pudera ser o rei⁵⁴, cargo que foi ocupado por outro homem, cujo nome está esquecido (Guerra-Peixe, 1980, p.35).

Ainda sobre o Elefante, ou melhor, sobre a maior figura deste maracatu, Guerra-Peixe faz um extrato da vida de Maria Júlia do Nascimento, Dona Santa, como ficou nacionalmente conhecida:

A 25 de março de 1877 nascia, no Recife, Maria Júlia do Nascimento, filha de pai africano e sobrinha de Santiago. O sucedido teve lugar no pátio de Santa Cruz, situado na Boa Vista, e a criatura recebia o tratamento familiar de “Santa” ou “Santinha”. Cedo, foi coroada rainha no Maracatu Leão Coroado, em substituição à soberana anterior, senhora idosa a quem a idade quase impossibilitava locomover-se. Do mesmo grupo fazia parte João Vitorino, com quem, Santa se casou. Ignoramos a posição de Vitorino no Leão Coroado, porém foi ele o escolhido para a soberania do Maracatu Elefante. Santa, então, abdicou do cargo real no Leão Coroado e transferiu-se para o Elefante, a fim de seguir seu marido e novo rei desse grupo. Apesar disso, nessa ocasião ela não viria a ser rainha, e apenas Vitorino foi coroado. Falecendo Vitorino em 1928, nenhuma coroação se processou depois para o preenchimento do cargo real, mas Santa continuou na direção do Maracatu, até que, finalmente, foi coroada neste grupo, em solenidade ocorrida em sua sede social, a 27 de fevereiro de 1947 – segunda-feira de carnaval. Importa chamar atenção para as circunstâncias de Santa haver sido coroada sozinha em ambas às vezes, enquanto os reis – do Leão Coroado e do Elefante – já haviam passado pelas respectivas cerimônias. (Guerra-Peixe, 1980, p.35, 36).

⁵³ O investimento de Guerra- Peixe foi no tocante à música, mesmo assim, o referido pesquisador não se liberou do uso da história para compor a sua obra.

⁵⁴

Aparentemente, rei e rainha seriam as figuras mais importantes de um maracatu. No caso do Leão Coroado, por exemplo, esta soberania é redesenhada. Neste maracatu, a figura da Dama do Paço, mulher escalada para carregar a calunga, no cortejo, se configura como a pessoa mais importante. O destaque dado é devido ao caráter sagrado que reveste a calunga e por tabela, a pessoa que tem a missão de levá-la nos desfiles do brinquedo.



Fotografia 5 - Ascenso Ferreira reverenciando Dona Santa. Fotografia de Lula C. Ayres. Recife, 1950. Acervo: Fundaj

A imagem e a narrativa acima são poderosas e inspiradoras. Um maracatu com a tradição e antiguidade que tinha, notadamente, por conta da biografia de sua dona⁵⁵ teria uma vida longa, para muitos, eterna e sem interrupções, caso do Leão Coroado. Ocorre que, se a certeza é porosa e efetivamente duvidosa para uma infinidade de áreas da cultura e da vida mais ampla, em se tratando de maracatu nação, caso da manifestação em questão, a garantia da continuidade, efetivamente, transita por instâncias que extrapolam a dimensão política da cultura e do governo. Os maracatus tradicionais são governados por seres místicos, pelos orixás, a quem se devem todas as obrigações e obediências. Não há espaço para negociações, se obedece e ponto final.

O maracatu nação é a manifestação, que de forma aguerrida e festiva, aquece e alimenta a lamparina de parte da memória africana, com destaque para a parcela pernambucana desta memória mais abrangente ou coletiva, como se convencionou intitular (Halbwachs, 1995). Então é de interesse de todos, governo e de parte da população que um maracatu nação do porte do Elefante não suma, ao contrário, a busca de deve ser por sua manutenção e perpetuação. E o Elefante sempre desfrutou de prestígio e apoio, especialmente, tendo como referência o período de sua atuação e o desprestígio pelo qual a cultura popular e de matriz africana sempre sofreram.

⁵⁵ A reverência era tamanha, que se costumava intitular Santa de A dona do Elefante (Spencer, 1981).

Então, se o Elefante teve um terreno fértil, possuiu um núcleo de história e mitologia dos mais bem construídos e acreditados, por qual motivo, mesmo assim, o grupo desaparece e é levado para o Museu do Homem do Nordeste? Por um sentimento que nenhuma lei e nenhum órgão de proteção e fomento podem controlar: O desejo. Mola propulsora que oxigena a vida e alimenta a fogueira com galhos de investimentos e esperanças diárias.

No caso do Elefante convencionou-se aceitar como verdade a narrativa que atrelava o fim do Maracatu Elefante, e o seu posterior recolhimento, ao desejo de Dona Santa. Desejo este, ao que tudo indica, enfronhado na ordem do orixá regente desta nação. Inclusive, Dona Santa deixa explícito, em testamento, o desejo de não haver sucessão no trono da nação, após a sua morte. E que o Elefante deveria, assim, ser recolhido ao museu. Este era o desejo e a ordem a ser cumprida. E foi. Em parte. Por volta de 1985, o Elefante é reativado, mesmo sob forte crítica de intelectuais e brincantes importantes desta manifestação. Ocorre que o retorno dura pouquíssimo e termina de forma trágica: com o assassinato da rainha Rosinete, que tinha a linha de Santa em sua gênese.

Independente do motivo, que neste caso foi lastimável, o mais importante a ser destacado é de que por maior que seja o esforço, não temos garantia de continuidade das manifestações, mesmo as que hoje são eleitas como patrimônios vivos. Pois para os imponderáveis da vida (Malinowski, 1976) e para a manutenção do óleo do desejo, ainda não há leis eficazes. Felizmente, talvez. Há de se frear o desejo purista de que por ser cultura e, especialmente, tradicional, que a mesma deva existir a qualquer custo.

Nenhum projeto de lei é garantia que a tradição permaneça. O projeto da política cultural de um país precisa ser acessível a todos os envolvidos no processo, necessitando de um programa, onde a cultura e todos os elementos constitutivos de seu fazer sejam demarcados. A política de um estado necessita de um discurso, uma marca clara que possibilite a todos o entendimento da mensagem defendida pelo órgão competente, no caso de Pernambuco, a secretaria de cultura, a Fundarpe e o Conselho de Cultura. Quando esta mensagem não é posta de forma clara, explícita, a

possibilidade de insucesso é muito grande⁵⁶. No texto *Cultura Política e Política Cultural*, Marilena Chauí, mesmo tendo a vivência de outra realidade, nos alerta⁵⁷:

O desafio imposto pelas condições históricas (sociais e econômicas) e pelo imaginário político (fortemente conservador, na cidade de São Paulo), exigia que em cada campo de atividade governamental fossem realizados três trabalhos simultâneos: a mudança na mentalidade dos serviços públicos municipais, a definição de prioridades voltadas para as carências e demandas das classes populares e a invenção de uma nova cultura popular. Do ponto de vista da cultura política, tratava-se de estimular formas de auto-organização da sociedade e, sobretudo das camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania participativa. (Chauí, 1995).

Apesar de o cenário geográfico ser outro, como já informei, constata-se na assertiva acima a ideia de um projeto de política cultural. Isto é louvável. É por onde os governos deveriam efetivamente caminhar, na busca de uma política de Estado e não de uma política de partido, que por ser temporária, marca da democracia, pode diluir e até mesmo extinguir projetos e ideias com ênfase nas qualidades fundamentais de uma política cultural genuinamente preocupada em atender a maioria e, acima de tudo, entenda a cultura não como privilégio e sim, como direito:

Há uma indistinção entre o público e o privado: não apenas os governantes e parlamentares praticam a corrupção sobre os fundos públicos, mas não há a percepção social de uma esfera pública das opiniões, da sociedade coletiva, da rua como espaço comum, assim como não há a percepção dos direitos à privacidade e à intimidade. Do ponto de vista dos direitos sociais, há um encolhimento público⁵⁸; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do privado, tornando a sociedade presa fácil do neoliberalismo e por ele fascinada. (Chauí, 1995).

Contudente e quase profética, a máxima de Chauí nos previne ou aconselha das possibilidades de uma armadilha muito comum na área da política cultural: confundir cultura tradicional, sobretudo, com espetáculo e festa. E efetivamente estão

⁵⁶ É tão grave este cenário de dificuldade no entendimento de certos discursos, que a Fundarpe, por exemplo, realiza de forma esporádica, cursos de capacitação no preenchimento de editais, formulários, etc.

⁵⁷ Este texto refere-se, em parte, à experiência que a mesma teve como secretária de cultura do estado de São Paulo no período de 1989-1992.

⁵⁸ Aos olhos desta pensadora, o poder público deve limitar-se ao fomento e não à produção da cultura. Pensamento comungado por mim.

longe de serem sinônimos. A festa é celebrativa por gênese e em sua grande maioria sem compromisso algum com a ideia de continuidade, enquanto a tradição é também festa, porém, igualmente é permanência. No tocante ao negligenciamento em assegurar a separação de onde começa o público e termina o privado, para tal prática existe um dano incomensurável. Um projeto político – cultural necessita, desde a sua origem, ser revestida com a aura pública, da coisa pública. Não deve haver outro caminho.

Porém há de se destacar ainda a pouca importância que a população, em geral, confere à coisa pública, ao público em si. No caso das discussões que envolvem questões de patrimônio, identidade, pertencimento, menos ainda, pois, como sabemos o tempo da lei e do amadurecimento e efetivação da mesma, não é o nosso. As eficácias de uma lei não ocorrem em consonâncias imediatas aos clamores sociais. Destaco ainda a possível boa vontade política para com o tema, mesmo assim, boa vontade e trabalho assíduos não garantem a maturidade do tempo. Portanto, paciência! Chauí (1995) prossegue em sua reflexão, elencando os vários motivos para uma possível ineficácia das leis, no âmbito da política cultural, tema em foco.

Há um destaque para o desprestígio das áreas, consideradas de interesse prioritário no que tange aos investimentos. Entre saúde, educação e segurança, não seria a cultura, a privilegiada. Pois arrastamos, muito possivelmente por conta da herança europeia, fruto da colonização, a ideia nefasta de atrelar cultura ao campo do supérfluo, ao campo dos deleites despropositados, à ideia de cultura como elemento destinado aos ungidos socialmente. A cultura, ainda de acordo com Marilena Chauí estaria ancorada em outra prática, muito recorrente, do nosso apego exagerado aos títulos, que em nosso cotidiano confundem-se com pronomes de tratamento:

O uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição, sendo o caso mais corrente, o uso de doutor nas relações sociais. O doutor é o substituto imaginário para os antigos títulos de nobreza de período colonial e da monarquia; manutenção de criadagem doméstica, cujo número indica aumento de prestígio, de status, etc. (Chauí, 1995).

Quando chamamos alguém de doutor, mesmo que este alguém, efetivamente, não seja um doutor, há uma espécie de naturalização e aceitação do fato. Contudo,

destaca Chauí, o doutor de hoje, culturalmente aceito e de algum modo, instituído por todos, é a forma pelo qual o mito de destaque social, atrelado ao condicionante social e financeiro é praticado. O doutor⁵⁹ de hoje, modo pelo qual manobristas, ascensoristas, porteiros, empregadas domésticas, entre outros, nos chamam⁶⁰ é o equivalente ao filho do colono rico europeu, que enviava para a Europa a sua prole masculina, geralmente, em busca do objetivo de formação superior. Ao voltar ao Brasil, o recém-formado era doutor. Assim, com a graduação, apenas⁶¹.

Ao formar-se, o filho pródigo retorna ao país e revestido culturalmente de uma profissão, geralmente, nas áreas do direito e engenharia: áreas de destaque profissional, até os dias de hoje. Vale ressaltar que a ideia de formação profissional mudou consideravelmente, ao longo do tempo, apesar, de persistirem ideias mais tradicionais acerca do que seria um profissional. Comportamento mais que esperado, pois o meio acadêmico deve prioritariamente, primar pela discussão de posicionamentos⁶² divergentes e não, necessariamente, criar prosélitos.

Aparentemente distante da discussão central deste capítulo, destaco, apoiado em Chauí (1989) que a forma como lidamos com as coisas do fazer educacional de um país e ou estado, notadamente, é também fruto de uma forma de construir a cultura. Que ao suturar-se com uma educação efetivamente de qualidade, resultaria em uma relação patrimonial muito mais interessante e profunda. É preciso conhecer para proteger. E este obscurantismo vai se resvalar, de forma ainda mais violenta na relação do Estado com a população, ou melhor, na ideia que a população faz deste Estado:

O Estado é percebido apenas sob a face do poder executivo, os poderes legislativo e judiciário ficando reduzidos ao sentimento de que o primeiro é corrupto e o segundo, injusto. Nenhuma das funções estatais, portanto, é conhecida. A identificação entre o Estado e o executivo, a ausência de um legislativo confiável e o medo do judiciário, somados à ideologia do autoritarismo social e ao imaginário teológico – político levam ao desejo permanente de um Estado forte para a salvação nacional. Por seu turno, o Estado percebe a sociedade

⁵⁹ Neste caso doutor é uma metáfora. Não se trata do doutor acadêmico. Este sim, doutor de fato e direitos.

⁶⁰ Eventualmente ouço, não só remetido a mim mesmo como a estranhos, o tratamento de doutor. Onde fica evidente a confusão entre o título acadêmico e uma ideia de que doutor é pronome de tratamento.

⁶¹ Digo apenas não em tom de desmerecimento, muito pelo contrário. Embora, não negue a intenção de exaltar a dificuldade em obter o título de doutor.

⁶² Posicionamento que deve ser respeitado e não desmerecido.

civil como inimiga e perigosa, bloqueando as iniciativas dos movimentos sociais, sindicais e populares. (Chauí, 1995).

Constata-se assim, a vivência de uma sombra no tocante às camadas componentes do nosso poder estatal. A população em geral não conhece as nuances deste poder e o pior, penso eu, ao não conhecer, exige pela metade direitos e entende, de forma conveniente, obviamente, os seus deveres. Criando-se com isso, uma espécie de véu, de cortina de fumaça cegante e conseqüentemente, errante.

Saliento ainda, a importância de entender que a lei, notadamente o ramo da lei preocupada com o patrimônio, não pode e nem deve ser obscura. Pois na justa medida em que o conhecimento e o esclarecimento da lei se juntam, a chance de sucesso é maior. Sucesso no sentido de cair na prática, nas mãos da população, pois como sabemos só a existência de uma lei, não garante a sua plena aplicabilidade.

A instalação deste cenário permitiria, talvez, uma convivência mais harmoniosa entre Estado e População, onde, efetivamente, um não enxergaria o outro como inimigo e sim, como partes conflitantes em alguns interesses e pacíficos em outros. Isto é possível, aposto. Pois, uma lei não praticada e reconhecida pela população é letra morta. Aparentemente amarga e desesperançada, a abordagem eleita por Chauí, ao contrário de abatimento, traz uma luz no tocante às leis patrimoniais. Luz tangente à participação, ou seja, a luz ocorre, ou ocorrerá à medida que cada ser social buscar para si mesmo a sua fatia de responsabilidade. A preocupação de Chauí, em alguma medida, encontra eco em outra pensadora, notadamente ao que tange ao empoderamento dos atores dos grupos da cultura popular:

Recentemente fui confrontada por participantes de um grupo de maracatu a refletir mais acuradamente (tanto do ponto de vista intelectual como ético). Fui convidar o grupo a participar do processo de inventário sonoro dos maracatus nação de Pernambuco e não só recebi uma recusa veemente como a justificativa apresentada assinalava no sentido de eles sabiam que tinham uma história e não se sentiam ameaçados de “perdê-la ou esquecê-la” já que a contavam para as crianças e os jovens, etc, etc, etc...Enfim, a pergunta que me era dirigida era: para que nós precisamos de você, intelectual, historiadora? A situação é sintoma da enorme desconfiança que os grupos de cultura popular desenvolveram diante de pesquisadores e produtores culturais que chegam em meio às comunidades, fazem entrevistas, filmagens, fotografam, vão embora e nunca dão retorno. (Guillen, 2011).

Nos anos 60 do século XX, onde foram realizados trabalhos célebres aqui no Recife, a exemplo, de *O folclore no carnaval do Recife* de Katarina Real e o já citado, *Maracatus do Recife*. Neste período, parece-me, existia uma espécie de orgulho, por parte dos grupos em serem escolhidos, de ser objeto de pesquisa. Destaco que tanto Real como Guerra- Peixe não eram recifenses, o que deveria em tese, tornar o processo muito mais difícil. No entanto, não é isto que reflete o relato de cada pesquisador ora lembrado. Há, de modo geral, uma grande receptividade de todos os envolvidos, e elencados, para ser parte componente das pesquisas iniciais e posteriormente, da publicação destas pesquisas em forma de livro.

Destaco algo, ao menos para mim, imperioso: se há uma pesquisa a ser feita num determinado grupo da cultura popular, e por alguma razão, o grupo fecha as portas para o pesquisador, o problema, efetivamente, é tão somente do pesquisador. Este terá de tentar uma nova estratégia de entrada no mesmo grupo, mudar de grupo, ou, em muitos casos, mudar de grupo e de objeto. Ou seja, o problema repousa no colo e na vida do pesquisador, pois com pesquisa ou não, geralmente, os grupos avançam, dificilmente é por conta da presença da academia, pesquisadores, etc.

O maracatu Elefante é emblemático para exemplificar isto. Muito provavelmente, o texto separado da fala de Guillen, que classifico como uma espécie de desabafo, comungado hoje em dia, por muitos de nós, não ocorreria a 40 anos. Independente da Lei do Patrimônio Vivo, foco principal deste trabalho, houve um reposicionamento dos grupos frente à presença dos pesquisadores. Isto é louvável e deve ser incentivado: a busca por relações mais simétricas e respeitadas. A realidade hoje vivida no trabalho de campo, nas mais variadas áreas⁶³, demonstra a tomada mais consciente do discurso acerca do grupo ou da tradição mantida. A tradição neste caso é fundamental, pois é por meio da mesma, em sua maioria, que as narrativas encontram a viga de sustentação possibilitadora da manutenção da mesma. Tradição inventada, sim, mas não no sentido de falsificar algo, ao contrário, no sentido que:

Muitas “tradições” consideradas antigas e veneráveis possuem, na verdade, origens relativamente recentes, devendo a falsa imputação de idade ser compreendida no quadro de uma análise de estruturas de

⁶³ O trabalho de campo tem sido usado como método pela Educação, sociologia, jornalismo, publicidade, entre outras áreas do saber.

poder e dominação ideológica. Esse livro⁶⁴ ajudou certamente a pavimentar o caminho de inúmeros outros trabalhos que se dedicaram, desde então, a denunciar o caráter “inventado”, “fabricado” ou “socialmente construído” de diversos tipos de tradições. Não por acaso, a palavra passou a ser escrita frequentemente entre aspas, como que a sublinhar a distância tomada por cientistas sociais em relação a semelhante bizarria. (Sandroni, 2013, p)

A própria invenção de uma lei é um tipo de fabricação, de produção intelectual de alguém. E arriscaria em abolir as aspas da escrita da palavra invenção. Pois, em alguma medida, inventamos muitas coisas e acontecimentos, não para mentir, mal necessário, mas para adornar e adensar o já existente. E não só a invenção é imprescindível à vida, mas, notadamente a reinvenção permanente e constante. Toda tradição, para ser assegurada, carece de reinvenção (Hobsbawn e Ranger, 1997). Reinvenção para manter pelo núcleo mais importante da narrativa central de uma manifestação, para adaptar o tradicional aos chamamentos de uma sociedade espetacularizada (Debord, 1997) e pouco apego às falas de longa duração. Nesta perspectiva, o caráter obscuro da ideia de invenção se esvai se amplia e clarifica (Aquino, 1968).

Tendo os aparelhos musicais utilizados pelos maracatus do Recife, como elemento heurístico, (Sandroni, 2013), problematiza a questão da introdução de alguns instrumentos no corpo percussivo. Como exemplo, é citado o caso dos *abês*. Este instrumento, ao que tudo indica⁶⁵, nunca fez parte, de forma habitual, da composição da melodia dos maracatus tradicionais recifenses. No texto, o pesquisador, respaldado por vários depoimentos, confirma o que eu, em campo, já tinha testemunhado: a ausência de *abês* nos ensaios e desfiles do Leão Coroado. O referido instrumento musical entra para os desfiles por pressão das comissões de jurados dos mesmos. Sendo o músico Naná Vasconcelos um dos grandes responsáveis pela adoção destes instrumentos, num dos momentos mais midiáticos do Recife: a abertura do seu carnaval.⁶⁶

⁶⁴ HOBBSAWN, E. & RANGER, T. (Org.), **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁶⁵ Afirmação dada por Mestre Afonso, atual guardião do Leão Coroado. A referida entrevista ocorreu em janeiro de 2017.

⁶⁶

Por esta razão, a ideia de tradição, nos moldes já defendidos, entra em cena com muita força. A tradição aqui, se posta de maneira imperiosa, implodiria todos os grupos que desejassem concorrer. Numa ideia livre de negociação interna, na busca das manutenções do que de fato deve ser permanente, o *abê* acaba sendo introduzido em vários maracatus, quase de forma orgânica e unânime. Neste caso, a tradição precisou ser reinventada, cabendo ao líder do grupo, colher futuramente os saldos desta decisão. Importante ressaltar, que o uso deste instrumento musical ainda sofre outras implicações, sendo a causa de gênero, uma das maiores controvérsias. O uso do *abê*, ao que parece, não é exercido por homens. Apenas por mulheres e, em muitos casos, em grupos exclusivos de mulheres percussionistas.

Apesar de parecer irrelevante, a questão aqui a ser pensada repousa na associação entre a delicadeza e o colorido do instrumento e a mulher, sendo, a princípio, interdito ao homem, o direito de fruir desta experiência sensorial e estética. Mas, enfim, o primordial aqui, é o entendimento do cenário político e, em parte instrumental, que obrigou aos maracatus concorrentes do carnaval recifense, a incluírem em seu corpo musical, o *abê* como elemento percussivo. O que se evidencia é uma falta de cuidado, da comissão organizadora do carnaval, em procurar saber junto aos mestres da tradição, o que de fato pode ou não ser incorporado e ou retirado, pois não podemos perdemos de vista, que falar de maracatu nação é falar de candomblé, e falar de candomblé é falar em religião e em religião não se mexe. É uma tradição que não pode ser rescindida⁶⁷.

Talvez seja a religião, a única tradição em que mover uma simples parede, constitua demolir a casa inteira. No caso do Leão Coroado, na pessoa de Mestre Afonso, seu atual guardião, resolveu não participar mais do concurso do carnaval da prefeitura do Recife e, também, decidiu retirar a participação do brinquedo⁶⁸ da noite dos tambores silenciosos⁶⁹. Atualmente, Mestre Afonso comanda a noite dos

Afirmção dada por Mestre Afonso, atual guardião do Leão Coroado. A referida entrevista ocorreu em janeiro de 2017.

⁶⁷ Chauí, 1999.

⁶⁸ O termo se refere às manifestações populares da cultura. Os integrantes, sobretudo, os mais velhos, chamam o maracatu de brinquedo. Numa ideia de ludicidade e de respeito.

⁶⁹ Cerimônia realizada no carnaval, onde ocorre um encontro de vários maracatus no pátio do Terço, no Recife. O termo silencioso vem do silêncio que os grupos fazem, exatamente à meia noite, numa louvação aos ancestrais, outrora, escravizados.

Tambores Silenciosos de Olinda. A atitude corajosa do guardião do Leão, por seu turno, gerou perdas, obviamente.

Contudo, Afonso prefere perder certos prestígios a arriscar ser penalizado pelos Orixás, por desobediência ao não atendimento em manter algumas tradições intocadas. A decisão geradora que desencadeou na saída do Leão do circuito mais midiático do carnaval ocorre, intuo, pelo perfil de Mestre Afonso, que não se intitula um homem de carnaval, muito pelo contrário. O carnaval para ele é mais um cenário para que o maracatu venha ao encontro do povo, e em alguma medida, seja mantido os fios da memória do grupo e do povo pernambucano em geral.

Pela convivência construída com o guardião do Leão, sinto-me habilitado⁷⁰ a dizer que o mesmo é um mestre, na acepção mais pura da palavra. No sentido de que, nunca testemunhei uma mudança impensada acerca das tradições do Leão Coroado. Afonso é assim, um mestre. Detentor de um saber raro. E foi por conta desta maestria, apoiado nesta confiança e aposta em estar fazendo o correto e apropriado, que o mesmo decidiu retirar o Leão de praticamente todas as competições e desfiles mais espetacularizados. Numa inversão poderosa de posições: o serviço ao concurso não deve ser o motivo do maracatu existir e desfilar, muito pelo contrário, a motivação deve ser a de adequação e vigilância permanentes, por parte das comissões organizadoras, em não ferir o tradicional em nome do espetáculo. Parece-me que Mestre Afonso grita solitário num vazio, onde poucos ecos ressoam e onde poucas mãos são dadas. Entendo que apenas um mestre, poderia tomar uma atitude tão corajosa.

A importância da maestria nesta área é fundamental em vários alcances e esferas, sobretudo, na instância interior do grupo, pois precisa haver o reconhecimento, por parte dos integrantes do mesmo e, tão importante quanto, deve haver o reconhecimento dos pares, dos outros mestres, não só de maracatu, mas também de outros campos de atuação da cultura popular. Acerca da construção da maestria, encontramos tal afirmação:

Cada indivíduo se destaca pelo que tem de mais evidente e se afirma a partir dessas potencialidades. Tais saberes não se ordenam numa hierarquia de importância; são competências que de acordo com o contexto impactam de maneira distinta nas relações interpessoais,

⁷⁰ Convivo com o Mestre faz dez anos. Esta vivência será narrada, sobretudo, no capítulo quatro.

interorganizacionais e produtivas. Os saberes potencializados de cada mestre se distinguem um do outro e isso não lhes descredencia o mérito do reconhecimento, da afirmação social. Como característica peculiar está o sentimento de pertencimento, de integridade no ser-fazer, no compromisso de manter viva a chama da tradição com a iniciação de neófitos. (Nascimento, 2012).

A fala acima deflagra a especificidade do trabalho realizado por Mestre Afonso, notadamente, na esfera pública de sua atuação. Mais à frente veremos este ponto de maneira mais elaborada. Importante agora é ressaltar o destaque dado aos ingredientes indispensáveis na e da construção e reconhecimento da maestria em alguns indivíduos. Sobre o líder de cada instituição e ou brinquedo da cultura popular repousa um peso enorme que é o peso da obrigação de saber de tudo, ou quase tudo, acerca da manifestação. No caso específico do guardião do Leão Coroado, Afonso possui a maestria qualitativa no que tange o seu fazer. Há uma sabedoria muito própria, muito peculiar e, notadamente, um sentimento de pertencimento ao posto ocupado.

Poucos profissionais têm o senso de responsabilidade e noção exata do espaço que ocupam. Quantas pessoas estudam determinado assunto e se formam, simplesmente, pensando em *status*, poder e distinção social. Há inúmeros exemplos de pessoas que iniciam uma carreira e, passado algum tempo, refletem e percebem que será mais feliz e mais revestido da aura da maestria exercendo outro trabalho. Isto, até hoje, nunca foi mencionado por mestre Afonso. Nunca ouvi do mesmo este tipo de inquietação. Ele realiza o trabalho e ponto final. Não havendo muito espaço para inquietações descabidas e, sobretudo, para tristezas desmesuradas. Eventuais aborrecimentos surgem, em muitas vezes, das relações entre as exigências que o trabalho impõe e as necessidades de adequações para uma apresentação, por exemplo⁷¹. Fora isso, Afonso segue realizando o seu trabalho, ou nos termos de Ecléa Bosi (2006), a sua memória-trabalho de forma séria e competente, não deixando, efetivamente, nada a dever a nenhum profissional forjado nas melhores universidades.

A pedagogia do aprendizado do guardião do Leão é tramada nas linhas da vida. Consequentemente, por ser forjado em outras bases, o líder da nação carrega

⁷¹ Cito apenas as apresentações, pois, como já mencionado, o Leão não participa de nenhum tipo de concurso. Sendo inclusive, as exigências, muitas vezes extremas de adequação, a motivação da saída do grupo desta seara do carnaval pernambucano.

uma maestria diferente da de um médico, de um advogado, de um antropólogo, pois o que nos diferencia é o de lugar de formação. Efetivamente, falamos de lugares diferentes e, me parece, que Afonso, por não carregar as angústias iminentes à maioria dos profissionais, priva de um grau maior de autonomia e felicidade.

Do mesmo modo, ocorre o movimento inverso. Afonso é blindado pelas categorias apontadas por (Nascimento, 2012), categorias estas que não compõem obrigatoriamente o currículo de formação de outros profissionais. Sobretudo, a universidade brasileira, que ao longo dos anos, vem sendo alvo de crítica, (Chauí, 1999) por conter, quase que exclusivamente em suas matrizes de formação, componentes estritamente técnicos em detrimento de uma formação mais totalizante e ancorada em bases humanísticas e artísticas. Perdemos com o tempo, a capacidade de suturar o pensamento acadêmico, num investimento, onde ciência e arte, matemática e poesia, filosofia e antropologia, por exemplo, deem de novo as mãos, numa ciranda planetária, onde o conhecimento integral é o maior convidado e o foco a ser perseguido é o bem-estar da humanidade. Afonso, ao contrário da maioria dos profissionais, atende à demanda, a urgência defendida por Morin (2007), em seu projeto de educação, onde os saberes ao invés de serem pensados de forma separada, ao contrário, são gerados de forma complexa e contraditória. Ressalto ainda, que ao focar na profissão, ou na possibilidade de uma profissionalização do trabalho do guardião em meio ao cenário de uma cultura com aspas (Cunha, 2009), o caminho percorrido foi e está sendo numa seara nova, pois como vimos desde o começo destas linhas, o patrimônio cultural e todas as cores surgidas do mesmo, de maneira geral, foram pensadas numa perspectiva mais festiva, e porque não dizer, folclorizante. Digo isso, sem nenhum tom acusatório, ao contrário. Comungando mais uma vez com Nélida Piñon (1998), o tempo das frutas não é efetivamente o nosso, e definitivamente, o tempo da lei e da história, muito menos.

Em virtude do que foi lido e apresentado por ora, ressaltamos que a ideia de patrimônio, efetivamente, sofreu uma forte alteração em seu sentido e, sobretudo, em sua forma de poder de atuação. Houve um ganho significativo no que Manuela Carneiro da Cunha intitula de relações equitativas (2009), pois ao patrimonializar saberes e pessoas, seara da LPV, há uma oportunidade permanente de forjar um diálogo entre o tradicional, caso da grande maioria das pessoas registradas como patrimônio vivo, e as demandas atuais das políticas públicas culturais.

3 DA LEI DO PATRIMÔNIO VIVO: UM CAMINHO DO UNIVERSAL AO PARTICULAR

Nesta seção abordaremos os caminhos percorridos e as inspirações que influenciaram a promulgação da Lei 12.196 de 02 de maio de 2002, intitulada Lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco. Tendo ainda como fio condutor as linhas do capítulo anterior e a abordagem de conceitos de cultura⁷² ressalto a importância de refletirmos sobre o cenário em que, uma lei com a proposta da LPV, foi feita. Em retrospectiva, destacamos todo o trabalho engendrado pelos precursores e pensadores do patrimônio brasileiro, Aloísio Magalhães, Rodrigo Melo Franco e Mário de Andrade, que como vimos, realizaram um trabalho extenuante na perspectiva de dilatar a concepção de patrimônio, e por consequência, o seu próprio alcance de atuação⁷³.

O fato é que antes das contribuições dos intelectuais citados, antes da sensibilização criada por eles, acerca da ideia mais ampla de patrimônio, o cenário para que uma lei nos moldes da LPV fosse sequer pensada, dificilmente aconteceria. Por isso, não há como falar política cultural e patrimonial sem citar estes expoentes.

Por cenário, destaco ainda, que as discussões levantadas no bojo da lei do patrimônio vivo levam em consideração, preocupações já reinantes em outros países. Distantes do Brasil geograficamente, muito embora, próximos em algumas preocupações. Uma das apreensões que uniu e ainda une vários países é a inquietação constante com a possibilidade de desaparecimento de algumas manifestações culturais. Notadamente a cultura popular e tradicional são elementos de preocupação. A UNESCO é enfática ao defender e definir a sua concepção acerca da cultura popular e tradicional:

O conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade cultural e social; as normas e os valores transmitem-se oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem entre outras, a

⁷² Nesta seção utilizo outras definições de cultura, porém, essas definições dialogam com a ideia de cultura geral do texto. Notadamente na ideia de cultura com aspas.

⁷³ A própria criação do IPHAN é prova disso.

língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.⁷⁴

Eminentemente antropológica, a definição da UNESCO nos remete quase de forma simultânea à definição, hoje clássica, de cultura. Para Edward Tylor (1871), a cultura é um complexo, um conjunto, uma reunião de todos os elementos da citação acima. A palavra complexo tem a sua gênese na palavra *complectare*, do latim. Ao remeter a ideia de cultura como complexo, e tendo esta ideia alinhavada ao que foi dito até agora, nos deparamos com a definição de cultura de Edgar Morin, que pensa a mesma de forma complementar. Cultura para este é soma, é totalidade. Somos todos produtos e produtores de cultura, sendo a ciência, a governança, a educação formal e etc., inclusive, realizações culturais. A cultura pensada neste termo, como um sistema aberto (Nogueira, 2002) evoca a imagem de uma cultura, ou política cultural em estado de ebulição. A ideia de estabilidade plena se esvai. Apesar de constataremos que “na luta entre ordem e caos, o lugar da cultura é inequivocamente do lado da ordem” (Bauman, 1998, pág. 175, apud CARVALHO, 2003, pág. 08).

Destaco o desafio inquietador de pensar a cultura, notadamente a tradicional, geralmente tida como imóvel, cristalizada, no panorama por ora aqui apresentado. Talvez por isso, o conceito de cultura detém-se preferencialmente na descrição de padrões e normas, alerta (Carvalho, 2003). É mais cômodo manter-se em uma área de conforto, onde a aparente certeza das coisas seja uma máxima. Porém, a vida é inconstância, erro e desacerto, sobretudo, em se tratando de uma lei carregada de particularidades e de vanguarda. A LPV é particular na medida em que comporta em seu bojo artigos, alíneas e caputs que possibilitam que uma pessoa, que o outro seja um patrimônio, patrimônio em si mesmo, vivo. Se compararmos a ideia de patrimônio anteriormente vista, constatamos a presença de uma ampliação dos órgãos fomentadores na busca de repensar a noção primeira de patrimônio e é de vanguarda porque Pernambuco é o primeiro estado brasileiro a instituir a patrimonialização de pessoas. Um marco nacional e referência para outros estados da federação. Conectado com uma discussão já em pauta no mundo, o governo de Pernambuco imprime à gestão da época um sotaque, inclusive, mais cosmopolita ao mandato. É

⁷⁴ UNESCO, 1989. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Paris, 15 de novembro de 1989. Disponível em [HTTP://unesdoc.unesco.org](http://unesdoc.unesco.org), apud Acselrad, 2009, pág. 09.

inegável o poder positivo que pode ser alcançado pelo político que tem o seu nome atrelado ao campo da cultura popular e patrimonial. Por isso,

“(...) as políticas de patrimonialização de pessoas ou grupos da cultura popular e tradicional, amparadas por lei de registro estaduais, surgem no rastro de uma série de discussões acerca da salvaguarda do patrimônio imaterial que encontram repercussão no âmbito local. Em Pernambuco, a Lei do Patrimônio Vivo surge como uma tentativa pioneira, no contexto brasileiro, de instituir no âmbito da administração pública estadual, o instrumento do registro, procurando fomentar diretamente as atividades de pessoas e grupos culturais representantes da cultura popular e tradicional, contribuindo para a perpetuação de suas atividades”. (Acseirad, 2010, p. 09).

O governo pernambucano amplifica a discussão levantada pela citação acima, por propiciar aos fazedores da cultura popular e tradicional uma possibilidade de manejo mais seguro dos seus saberes. A preocupação do governo para com a manutenção dos mais variados saberes constitutivos desta fração da cultura mais ampla, na verdade atende a um clamor internacional. Pois,

Em 1972 a preocupação com a preservação e a valorização do patrimônio cultural se tornou causa mundial. Vários países firmaram, na 17ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, a Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Em 1989, na 25ª Reunião da Conferência Geral da também na UNESCO, foi definida a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, a qual fundamentou as ações de preservação de bens culturais dessa natureza em todo o mundo. Em 2003 foi promulgada a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, levando países como o Brasil a atuar de maneira sistematizada para a proteção e preservação das práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. A experiência japonesa de salvaguarda do patrimônio cultural serviu de base para a UNESCO elaborar, a partir de 1993, proposta de dispositivo para o reconhecimento e o apoio financeiro aos detentores de conhecimentos tradicionais. Recomendou-se aos países membros desta organização que indivíduos ou grupos fossem declarados oficialmente tesouros humanos vivos e, passassem a receber ajuda financeira do Estado para que pudessem transmitir seus conhecimentos às novas gerações. Essa forma de preservação, basicamente centrada na figura do mestre como transmissor de saberes, é também seguida por países como Coréia, Tailândia e Filipinas. No Ocidente, países como a França adotaram sistema similar – no caso o programa “Les Métiers d’Art”⁷⁵, voltado para incentivar os mestres a transmitirem conhecimento a jovens aprendizes e para incentivar a reinserção do produto desses ofícios tradicionais no mercado. (Nascimento, 2012, pág. 83,84).

⁷⁵ Ofícios da arte.

Coube a Raul Henry, então secretário de educação e cultura⁷⁶ do governo Jarbas Vasconcelos, a tarefa de instituir e fazer vivenciar em terras pernambucanas, o cenário de políticas culturais com uma rubrica mais cosmopolita e mais consonante com o ideal de um mundo globalizado.

A promulgação da Lei do Patrimônio Vivo do Estado espelha as preocupações apontadas por Nascimento, permite a circulação e divulgação dos saberes e fazeres dos grupos da tradição que de forma geral, sobretudo antes da lei citada, amargavam um grande ostracismo social, político, cultural e ideológico. Há também algo importante na fala de Nascimento no que tange ao mundo do trabalho, pois, na LPV, claramente inspiradas em modelos europeus e asiáticos, fica evidente a preocupação dos órgãos de proteção e fomento que exista uma manutenção associada a uma independência financeira gerada, preferencialmente, pela dedicação do mestre em possibilitar não apenas a passagem do saber, mas que o produto desse saber, o produto de um ceramista ou mamulengueiro, por exemplo, chegue ao público mais amplo, gere renda e por consequência, autonomia de atuação. O advento da LPV também reflete uma preocupação que já constava na agenda de várias lideranças mundiais:

As "Leis de Tesouros Humanos Vivos" também conhecidas como "Leis de Mestres" ou "Leis de Patrimônio Vivo" surgiram na segunda metade do século XX após a preocupação de alguns países com o fenômeno de desaparecimento de habilidades específicas de suas próprias culturas. Tais projetos buscavam, sobretudo, o reconhecimento formal de indivíduos portadores do patrimônio cultural imaterial por meio da criação de políticas nacionais de transmissão dos saberes e fazeres da cultura tradicional.

Um dos primeiros projetos de proteção jurídica para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial foi estabelecido no Japão, em 1950, com a aprovação da "Lei Japonesa para a Proteção das Propriedades Culturais". O sistema que esta lei estabeleceu baseava-se no princípio de que a proteção do patrimônio cultural (tanto material como imaterial) era uma responsabilidade do Estado e que, portanto, instituições do governo deveriam elaborar processos para selecionar, proteger e valorizar grupos ou indivíduos com notáveis habilidades e/ou conhecimentos sobre o patrimônio cultural nacional.

Após a implementação dos projetos no Japão e na República da Coreia, Tailândia, Filipinas e França desenvolveram seus programas

⁷⁶ Raul Henry foi secretário de educação estadual de janeiro de 2001 a abril de 2002. Porém, em 2002, Henry ocupava o posto de deputado estadual, ocasião em que propõe e consegue aprovar a LPV.

nacionais para a proteção dos portadores de conhecimentos do patrimônio cultural imaterial. Desde 1993, Romênia, República Tcheca, Nigéria e Senegal também aprovaram legislações para estabelecer seus próprios sistemas.

No contexto latino americano, o Chile, em 2010, criou seu programa nacional de Tesouros Humanos Vivos com a Resolução nº 2656. Segundo o Conselho Nacional da Cultura e das Artes do país, o programa premia, anualmente, 3 indivíduos e 3 comunidades que são “portadores de conhecimentos, expressões e/ou técnicas arraigadas nas tradições culturais representativas de uma comunidade ou grupo determinado”. O reconhecimento concedido pelo sistema é para toda a vida. Cada ganhador individual recebe um auxílio econômico único no valor de 3 milhões de pesos chilenos (cerca de R\$14.700). Em contrapartida, cada comunidade nomeada com o título recebe o benefício único de 7 milhões de pesos chilenos (aproximadamente R\$34.300). Dominga Neculmán e a União de Artesãs de Quinchamalí são exemplos de indivíduos/grupos reconhecidos pelo programa.

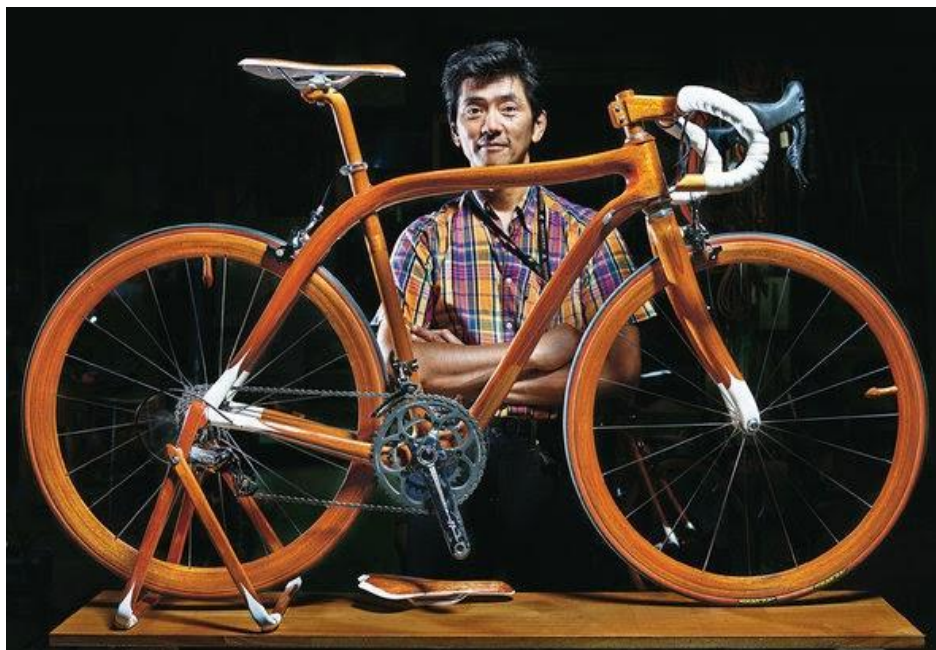
No Brasil, conforme divulgado pelo museu A CASA em novembro de 2012, o sistema Tesouros Humanos Vivos ainda não foi implementado no âmbito federal. Entretanto, o Plano Nacional de Cultura, de 02 de dezembro de 2010, coloca entre suas estratégias e ações o reconhecimento da “atividade profissional dos mestres de ofícios por meio do título de ‘notório saber’” e o estabelecimento de “leis específicas” e “bolsas de auxílio”. Atualmente, apenas estados como Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia possuem políticas locais de reconhecimento e valorização de mestres.⁷⁷

Evidencia-se na citação acima que o cenário pós-guerra, a própria Revolução Francesa⁷⁸ e a mudança de tempos, e de interesses profissionais e artísticos deixou, e ainda deixam em risco, várias manifestações culturais. Como exemplo, podemos

⁷⁷ http://www.acasa.org.br/biblioteca_texto.php?id=555. A casa Museu do Objeto Brasileiro é um projeto desenvolvido para ser a nova sede desta associação sem fins lucrativos sob direção geral de Renata Mellão. O novo espaço abrigaria o setor de exposições, com interesse pelo objeto de gênese artesanal, semi-artesanal ou industrial, visto como uma expressão cultural. Privilegia a produção brasileira, ou o foco no e sobre o Brasil. O olhar poderá se estender a outros países desde que haja uma pertinência para maior compreensão da situação brasileira. Não se interessa apenas pelo objeto em si, mas também pelo processo e contexto em que ele é criado, feito e consumido. Está interessado também na rede de mediações culturais que hoje potencializa e viabiliza a sociabilização das produções culturais. Esta descrição do objeto de A casa foi retirada de <https://www.archdaily.com.br/br/769355/a-casa-museu-do-objeto-brasileiro>.

⁷⁸ O saque e invasão a vários castelos, durante a Revolução francesa, propiciou um cenário de destruição inquestionável. Técnicas de marchetaria, de manutenção de relógios, de fabricação de móveis e vestuários ficaram fortemente ameaçadas por conta do falecimento de alguns mestres e por conta da falta de tempo de repassar esses saberes.

citar o próprio Japão, grande inspirador mundial da causa patrimonial de saberes e técnicas. Em reportagem exibida em 2014⁷⁹ foi narrada a história do senhor Sanno,



Fotografia 6 - Marceneiro japonês

marceneiro japonês, fabricante de bicicletas. Ao falar fabricante de bicicletas, podemos ser levados a pensar em que residiria a importância desse fazedor de bicicletas, pois, bicicleta é um objeto muito fácil de ser encontrado em qualquer loja de boa parte do mundo. Ocorre que as bicicletas do senhor Sanno são especiais por serem fabricadas todas em madeira de lei, mogno para ser mais preciso, mogno esse importado do Brasil.

Na reportagem fica evidente a preocupação e o desejo do marceneiro em querer repassar o saber técnico acumulado. Porém, não há para quem ensinar. Segundo o próprio senhor Sanno, atualmente, os jovens japoneses só pensam em ter lucros rápidos e profissões que detenham grandes prestígios sociais. E conclui dizendo que ninguém mais quer passar três meses, - tempo médio de ficar pronta uma bicicleta -, envolvidos num único projeto. Mesmo que cada bicicleta saia da

⁷⁹ Jornal Hoje da TV Globo

oficina por cerca de quarenta mil reais, nem mesmo esse atrativo financeiro é suficiente para seduzir a juventude.

Deste modo, não havendo uma atitude do governo em incentivar e fomentar a criação de espaços apropriados, permitindo assim que discípulos sejam forjados e o saber/fazer das bicicletas de madeira de mogno possa não desaparecer com a morte do mestre. Destaco ainda que assim como o Elefante desapareceu com a morte de Dona Santa, como visto anteriormente, a tradição por si mesma não é garantia de manutenção e perenidade. O interesse dos mais jovens é vital para que a chama da tradição não se apague. Vale ainda ressaltar, e agora voltando diretamente à citação vista acima, que alguns países seguindo a esteira japonesa, também criaram as suas próprias leis de manutenção e repasse dos seus próprios saberes. No caso do Brasil, especificamente, ainda não existe uma lei federal que trate do patrimônio nos termos defendidos pelo Japão e outros países. As iniciativas em solo brasileiro fizeram o caminho inverso, partindo dos estados federativos, para que em breve possamos chegar a uma iniciativa nacional. E nessa iniciativa, Pernambuco⁸⁰ é louvável e vanguardista. Por isso, pela importância de Pernambuco nesta seara aqui apresentada, eu investi num encontro muito difícil de ser realizado: etnografar, mesmo que rapidamente, a fala do autor da LPV. Com muito esforço, este desejo foi alcançado.

Tive a oportunidade de realizar um encontro com o autor da Lei do Patrimônio Vivo, atualmente, vice-governador do estado de Pernambuco. Por se tratar de uma autoridade política com muitos compromissos diários, me vali das amizades⁸¹ para tentar o encontro, que para mim, era precioso. Passados quase seis meses de tentativas, em outubro de dois mil e quinze, quando eu nem focava muita energia nesta entrevista, o telefone toca. Era Marjones Pinheiro dizendo que tinha uma vaga na agenda de Henry, mas que tinha de ser naquele mesmo dia, ou seja, era naquele momento ou, talvez, nunca mais. De pronto, disse que sim. Que certamente iria. Cerca de umas duas horas, após a ligação, eu já me encontrava no Palácio Frei Caneca, sede da vice-governadoria, situado na Avenida Cruz Cabugá. Como de costume, traço um questionário imaginário para ordenar o meu discurso, sobretudo,

⁸⁰ Primeiro estado brasileiro a criar a LPV.

⁸¹ Agradeço ao antropólogo e jornalista Marjones Pinheiro por ter conseguido marcar a referida entrevista.

para otimizar a fala. Até porque eu não tinha muito a fazer. Pois mesmo que eu tivesse um questionário pronto para ser usado, o mesmo estava no meu computador em casa. E da forma como foi confirmada a entrevista, eu não tive a chance de engendrar grandes aparatos, fui eu mesmo, surpreendido pelos imponderáveis da vida (Malinowski, 1976), provando que a mesma está longe de ser plenamente controlada. Por isso, fui com o que tinha em mãos naquele momento: o meu celular, caneta e papel. Chego à recepção do palácio e me apresento.

O recepcionista pede que eu aguarde um instante. Agradeço e sento num sofá grande encontrado logo na entrada. Aproveito para observar o prédio, com as suas linhas inspiradas na arquitetura modernista e constato que o mesmo carece de vários reparos, de um maior cuidado do seu jardim e paredes. O prédio é bem bonito, muito embora careça de maiores cuidados estruturais. Não pude deixar simultaneamente, de recordar que eu mesmo, anos atrás, passava diariamente pela Cruz Cabugá, à época como estudante do ensino médio. Hoje, passados alguns anos, estou prestes a encontrar-me com o vice-governador de Pernambuco. A vida surpreende, neste caso, de forma muito positiva. As recordações ora descritas são subitamente interrompidas pela voz do recepcionista ao dizer que eu já poderia subir. Neste intervalo, Marjones Pinheiro, autor do encontro, também chega ao palácio. Subimos juntos. Ao abrir o elevador, nos deparamos com outra sala, esta, contando com uma secretária, assessora e um policial militar que faz a guarda pessoal de Henry. É-nos oferecido café e água, prontamente aceitos. Passado cerca de cinco minutos, a porta do gabinete é aberta e a assessora pede que entremos. Agradeço e logo em seguida, tomo assento na mesa específica para a tratativa da agenda pública do vice-governador. Mais um instante, Raul Henry chega e cordialmente



Fotografia 7 - Raul Henry, autor da LPV. Acervo do autor. Recife, outubro de 2015.

cumprimenta a todos com um caloroso sorriso e com uma aparência jovial, apesar de carregar um semblante cansado, possivelmente pela falta de horas de descanso mais adequados. Levanto da cadeira onde estava sentado, apresento-me e digo a motivação da minha visita. Nesta hora, de forma muito humorada, Henry diz “quisera eu que todas as minhas entrevistas fossem para falar de um assunto tão agradável. Quisera eu!”. Como resposta, falo da minha alegria em entrevistá-lo e da satisfação de não ser o portador de assuntos desagradáveis, muito pelo contrário. Um sorriso farto de todos os presentes ecoa na sala.



Fotografia 8 - Atencioso e sereno, marcas do entrevistado. Outubro de 2015. Foto: Marjones Pinheiro.

Passada a fase mais formal do encontro, e entendendo que o vice-governador não dispunha de muito tempo, pergunto sobre a motivação, sobre o que o levou a encabeçar o projeto de lei que hoje, inclusive, leva o seu nome:

Bom, Luciano, eu diria que a motivação ocorreu, em grande parte, do meu contato com os dirigentes da UNESCO, sobretudo, no período de 1999, ano em que eu fui nomeado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, como membro do Conselho do patrimônio artístico e cultural. Esta posição me obrigou a ter vários contatos com pessoas e entidades que pensam a causa do patrimônio. Notadamente, o patrimônio cultural e tradicional⁸².

Não posso deixar de registrar o poder da etnografia. A cada palavra dita, eu confirmava e festejava a minha própria insistência em ter este encontro. A entrevista poderia ter sido por telefone ou por outro meio, contudo, o poder do encontro presencial, ainda é insuperável. Ao rever as fotos registradas, por exemplo, toda a imagem, o cheiro da sala, o barulho dos automóveis, tudo retorna, pois como salienta

⁸² Entrevista concedida por Raul Henry em outubro de 2015.

Prigogine (1984), só a arte é capaz de congelar o tempo. Neste caso, a fotografia, não necessariamente como obra de arte, visto que a mesma está longe de ter a qualidade para receber tal classificação, mas como testemunha efetiva de um tempo. De um acontecimento, ao menos para mim, importante. Com relação à narrativa de Henry, torna-se claro que a preocupação patrimonial o encontrou e não o contrário. A demanda da agenda profissional de um determinado momento o forçou a pensar as questões, posteriormente, efetivadas em forma de lei.

Prossigo no diálogo partindo para um novo questionamento. Pergunto sobre o acompanhamento da lei de sua autoria e os seus desdobramentos atuais, com destaque para o formato do conselho de cultura, a participação da Fundarpe, sobre as modificações, possivelmente ocorridas nos grupos e pessoas que são registradas, valor da bolsa, entre outros:

Veja Luciano, nenhum legislador fará o que você está perguntando, ou muito dificilmente. A lei ao ser promulgada ganha vida própria, não cabendo, entendo eu, ao autor da mesma ficar monitorando os seus desdobramentos. Até porque, depois desse momento, eu passei a ocupar e vivenciar outras funções, exigindo de mim novos compromissos e agendas.



Fotografia 9 - Raul Henry, autor da LPV. Acervo do autor. Recife, outubro de 2015.

Fico sabendo de um acontecimento específico, ou algum possível embate entre o Conselho Estadual de Cultura e a Fundarpe, mas isto não pode mais tomar o meu tempo, pois a minha posição atende a outros chamamentos. Com relação ao seu questionamento sobre o processo de julgamento e escolhas, eu diria a você que deve ficar tudo como está. Ou seja, só podemos fazer o que a lei manda.

A LPV determina que os integrantes do Conselho de Cultura emitam a palavra final acerca dos eleitos como patrimônio vivo. Concordo que a Fundarpe participe, como já vem fazendo, habilitando os inscritos e enviando ao órgão competente da deliberação final. A participação da Fundarpe amplia e fortalece a participação mais popular, por ser um setor da administração pública mais próximo dos cidadãos. Com relação ao valor da bolsa, foi um grande problema chegar a um valor exato. Quanto vale a detenção de um saber? Nos perguntávamos! Mas, depois de algumas discussões internas com as comissões da Assembleia Legislativa, concluímos que o valor deveria ser correspondente ao valor do salário de um professor estadual⁸³ com doutorado. Considerei uma decisão justa.⁸⁴ Com relação a sua inquietação acerca das modificações internas do grupo, confesso nunca me ative a pensar sobre o assunto. Justamente por existir a Fundarpe, que por força da lei, deve monitorar os grupos eleitos. Não saberia lhe afirmar se uma pessoa ao se tornar patrimônio vivo se tornaria um profissional. Inclino-me a pensar que não. Espero que o seu trabalho possa ajudar nesta tarefa!

Nestas palavras finais, preciso confessar que me emocionei, justamente, por ser também professor. Outros parâmetros poderiam ter sido utilizados, porém, a escolha de ter o ofício do magistério como farol é valorativa e, não podemos deixar de citar, que muito possivelmente foi esta uma escolha de cunho mais populista. O próprio Japão, influenciador direto dos moldes da LPV, é um país que exalta muito o trabalho do professor. E a própria palavra professor diz muito em si mesma. Professor é alguém que professa a fé na capacidade de aprendizado do outro. Não seria esta também a função principal de um eleito a patrimônio vivo? Criar mecanismos de ensino e aprendizagem, assegurando o repasse do saber, até então, guardado. Este trecho da fala, ao que tudo indica é ponto pacífico.

Os possíveis pontos suscetíveis a uma polêmica giram em torno do Conselho de Cultura Estadual e as suas relações⁸⁵ com a Fundarpe e com a sociedade civil mais ampla. Tendo a polidez na fala, quando o assunto é o Conselho de Cultura, Henry prefere simplesmente se ater à força da lei e não emite nenhuma espécie de

⁸³ Excluem-se os valores pagos aos professores universitários estaduais.

⁸⁴ Trecho final da entrevista concedida em outubro de 2015.

⁸⁵ Não analisarei nenhuma outra relação e possíveis conflitos que não remetam exclusivamente, ao processo de escolha dos patrimônios vivos.

juízo pessoal de valor. Mesmo sabendo que a lei acompanha o mundo e as mudanças impostas por este, e, portanto, passível de modificações em suas preposições originais. Raul Henry é tão sagaz acerca do tema desta entrevista que o mesmo deixa claro, sem nenhuma cerimônia, o fato de não acompanhar os desdobramentos da lei pensada por ele. Quando perguntei sobre os eleitos como patrimônio vivo ou sobre as possíveis adequações que a lei precisaria ter, ele é categórico em dizer que o autor de uma lei deve deixar para o próprio tempo da história este tipo de julgamento. Não cabe ao autor de uma lei esta vigilância.

Finalizo a etnografia, pois o horário a mim reservado já havia passado e sempre tenho em mente que o tempo do outro sempre deve ser respeitado. Raul Henry se levanta e, novamente, remete um sorriso franco e gentil a todos e me diz que o mantenha informado sobre o andamento do trabalho e que se precisar, poderia procurá-lo mais uma vez. Igualmente de pé, devolvo o sorriso, agradeço e me retiro da sala. Já de volta da entrevista, venho conversando no carro com Marjones e juntos catalogamos os pontos principais da fala do vice-governador, inquietações estas expostas acima, e, em parte, nas linhas seguintes. Talvez um momento de certo constrangimento tenha existido na entrevista.

Hoje olhando em perspectiva, posso afirmar isso. Notadamente, falar no Conselho de Cultura trouxe certo desconforto, visto que, a grande maioria dos integrantes são pessoas próximas do próprio Henry e de Eduardo Campos. E sendo próximos, ouvir uma crítica ao Conselho e aos seus integrantes é, em alguma medida, também ser pessoalmente censurado.

Dito isto é importante falar um pouco sobre este conselho, ora criticado, ora exaltado pela população e pelos intelectuais atentos ao tema desta tese. O Conselho Estadual de Cultural foi fundado em 1967 tendo Gilberto Freyre como seu primeiro presidente⁸⁶. Desde o início teve em seu quadro, pessoas de notório saber e destaque social a começar pelo seu próprio fundador. A grande crítica sofrida pelo conselho⁸⁷, ao longo da sua história, residia basicamente na forma da sua composição em si. Até bem pouco tempo, os conselheiros eram indicados

⁸⁶ <http://blogdoconselhodecultura.blogspot.com.br/2010/02/tombamentos-realizados-pelo-conselho.html>

⁸⁷ Ao longo desta pesquisa só consegui falar com Marcus Accioly falecido em outubro de 2017 e com Leonardo Dantas, atualmente integrante do Conselho. Destaco que a conversa com ambos foi por telefone, de forma rápida e imbuída de algo fundamental para a vida, com salienta Hegel (1975), a boa vontade em querer ajudar, colaborar com o outro.

diretamente pelo governador de Pernambuco, pelo secretário de cultura do estado, ou alguma outra autoridade ligada a esta área. O escritor Marcus Accioly foi presidente por vários mandatos, chegando a ocupar o cargo de forma vitalícia, inclusive. Ocorre que o referido poeta era primo de Eduardo Campos⁸⁸, figura política tradicional do cenário pernambucano e detentor de influência suficiente para abonar o tipo de comando exercido dentro do Conselho.

Contudo, é do próprio princípio democrático que haja sempre um rodízio de comandos e de formas de gestão. No entanto, mesmo sendo composto por intelectuais, e, portanto, pessoas detentoras de esclarecimentos suficientes para entender esta premissa republicana, nenhuma modificação estrutural interna foi constatada ao longo de vários anos. Sobretudo em referência a possibilidade de sucessão de Accioly da presidência do Conselho. Acerca deste cenário, consegui entrevistar uma integrante do conselho, à época, presidido por Marcus Accioly.

A entrevistada foi a cantora Isaar de França, que muito gentilmente me recebeu em seu apartamento, situado no bairro de Derby. Semelhante ao encontro com Raul Henry, o encontro com Isaar só foi possível pelo intermédio de um grande amigo e à época desta entrevista, colega de trabalho⁸⁹. Marcado o dia e horário nos encaminhamos ao encontro de Isaar. Ocorre que eu entendi o endereço errado e fomos parar Pedro e eu, do outro lado da cidade. Aflito, liguei para Isaar explicando a situação e perguntando se a mesma ainda poderia me receber. Do outro lado da linha ouço uma voz calma dizendo que eu não me preocupasse e que viesse, onde já era aguardado.

Agradei e desfeito o contratempo, me dirigi ao local correto. Ao identificar o prédio exato, interfono e sou autorizado a subir. Não preciso mais apertar nenhuma campainha, pois a sala já está aberta numa demonstração de enorme gentileza. Pedro, que já conhecia Isaar, me apresenta e neste instante um sorriso é remetido a mim. Sou convidado a sentar e nos é oferecido café e água. Pedro aceita os dois, eu, apenas a água. Passados alguns minutos, digo os meus objetivos em estar ali e a importância do encontro. Pergunto como se deu a entrada da mesma no Conselho e

⁸⁸ Campos foi governador de Pernambuco por duas vezes em 2006 e em 2010. Falece em agosto de 2014.

⁸⁹ Pedro Dias, intermediador da entrevista, é bonequeiro e ator.

da relação da Fundarpe e do referido conselho no tocante ao processo de eleição do patrimônio vivo:

Bom, Luciano, eu entrei no Conselho por indicação de Ariano Suassuna. Na época da indicação, eu fazia parte das Aulas Espetáculo conduzida por ele. E foi relativamente fácil a minha entrada. Ele falou diretamente com Accioly e em pouco mais de uma semana, eu já estava fazendo parte das sessões.



Fotografia 10 - Isaar França em sua residência em conversa com o autor em 2014.

Acervo próprio.

Entre no conselho em 2008 e lá fiquei até 2014, cumprindo o mandato de seis anos. Aos poucos fui me familiarizando com as coisas e processos e constatando, agora de perto, o que eu já ouvia da sociedade mais ampla. Como por exemplo, o caráter vitalício da presidência de Marcus Accioly era um dos pontos mais citados, por todos os que eu ouvia. Contudo, o conselho o reconduzia permanentemente ao cargo de presidente, alegando o tempo grande de presença na casa, a antiguidade e tradição familiar e laços políticos, enfim, o fato é que Accioly é uma figura que desfruta de um status diferenciado lá dentro.

Neste instante, devido ao tempo corrido da entrevista, sou mais enfático e pergunto especificamente sobre a eleição dos patrimônios. Qual a sua percepção do processo:

Primeiro gostaria de deixar claro que de forma geral, todos os inscritos já são patrimônios vivos. O que o governo faz é referendar, por meio do título, esta condição. Também destacaria o critério de relevância cultural, como o maior ponto para possibilitar que alguém, ou algum grupo, seja eleito. Ouvi muito isto nas reuniões. Agora há algo que, me parece, ser desnecessário: a composição da comissão especial do RPV por parte da Fundarpe. Não é necessário este trabalho, pois o próprio Conselho tem pessoal gabaritado para realizar a escolha dos eleitos.

Para ser sincera com você, a lista encaminhada com a indicação de possíveis eleitos, sequer é levada em consideração. No meu entendimento, a comissão da Fundarpe deveria se ater ao processo de habilitação dos candidatos. E simplesmente, enviar a lista ao conselho sem endossar nenhum candidato. Pois como já te disse, esta parte do trabalho deles não tem relevância nenhum para os atuais conselheiros⁹⁰.

Terminada a entrevista, agradeço mais uma vez e saio da sala com as anotações feitas e as reflexões já em construção. A fala de Isaar é carregada de polidez e diria ainda, muito contida. Muito embora em nenhum momento, a mesma tenha se esquivado de se posicionar sobre as perguntas feitas.

O relato confirma a inquietação já levantada, no tocante ao aspecto vitalício da presidência de Accioly e lança luz em outro ponto, até hoje, pouco discutido, e por consequência, sem vistas a uma possível resolução: o papel efetivo da Fundarpe no processo de escolha dos novos patrimônios vivos, pois, fica notório que a comissão especial criada por esta instituição para participar do processo, se mostra irrelevante aos olhos do Conselho de Cultura⁹¹. De fato, é preconizada a participação da Fundarpe de forma expressa na lei, como identificado no capítulo sete listado abaixo:

§ 4º Caso o número de candidatos apresentados considerados habilitados pela Comissão Especial, de que trata o § 2º deste artigo, exceda o número máximo anual permitido de novas inscrições no RPV-PE, a comissão, no seu relatório estabelecerá recomendações de preferência na inscrição com base:

I – na relevância do trabalho desenvolvido pelo candidato em prol da cultura pernambucana;

II – na idade do candidato, se pessoa natural, ou na antiguidade do grupo; e,

III – na avaliação da situação de carência social do candidato.

§ 5º O relatório, de que trata o § 2º deste artigo, contendo, se for o caso, recomendações quanto à preferência na inscrição no RPV-PE na forma prevista no § 4º deste artigo, será apresentado pela Comissão Especial que o elaborou em audiência pública a ser realizada no

⁹⁰ Entrevista realizada em dezembro de 2014.

⁹¹ Ressalto que me refiro ao cenário vivido no Conselho de Cultura no período desta entrevista.

Conselho Estadual de Cultura que emitirá resolução sobre a idoneidade dos candidatos a registro no RPV-PE apresentados naquele ano e sobre quais deles devem ter concedida sua inscrição no RPV-PE naquele ano.

Sobre o panorama descrito neste trecho da lei, pude etnografar a deliberação do relatório executado pela Fundarpe em 2013. Intitulada de Comissão Especial de Registro do Patrimônio Vivo, a referida comissão foi composta por Eduardo Sarmiento e Leonardo Esteves, ambos antropólogos, por Débora, pesquisadora em cultura popular, Adiel Luna, cantor e compositor e por Júlio Vilanova, professor da UFRPE. O processo de composição da comissão é relativamente simples. A coordenadoria de patrimônio da Fundarpe, por meio de consultas internas e tendo o aval de seus superiores e conhecimento da Secretaria de Cultura, faz uma convocação, podendo ser até por telefone. Como já mencionei, não há grandes burocracias. Realizada a composição deste quadro, terminado o período de inscrições ao certame, começa o processo de análise efetivamente. Os meus registros se deram em dois dias consecutivos, ou seja, dias sete e oito de novembro de 2013. Todo o processo ocorreu na sede da Fundarpe, situada na rua da Aurora, área central do Recife. Importante mencionar que a minha autorização em etnografar esta deliberação foi relativamente tranquila, não constatei uma maior resistência por parte de Janine Primo, à época a coordenadora do processo.

Esta experiência etnográfica foi particularmente interessante, pois se tratava de refletir antropologicamente sobre um objeto específico a lei do patrimônio vivo, porém, problematizada por um grupo de iguais a mim. Até então, meu campo tinha sido forjado pelo diferente de mim⁹², ou melhor, por pessoas detentoras de saberes e práticas distintas das minhas. Ou seja, somos todos amarrados pelas teias da cultura, o que nos iguala, e simultaneamente, esta mesma cultura nos diferencia. Por isso mesmo, o meu investimento na etnografia clássica, presencial. Fazer etnografia com este investimento é fazer a antropologia vibrar, é vivenciar

“uma ciência em que os objetos também são sujeitos, e cujo projeto de conhecimento implica a apreensão dos fenômenos estudados simultaneamente “de fora” e de “dentro”, a experiência da pesquisa jamais se limita a procedimentos padronizados e automáticos de coletas de dados ou médias estatísticas, devendo necessariamente incorporar a incidência subjetiva dos fatos observados” (Bevilaqua, 2003, pág. 52).

⁹² Esta observação também se refere aos campos que ainda virão nas próximas páginas.

A máxima de Bevilaqua foi constatada por mim, justamente por perceber nas tentativas de resoluções da comissão, a dificuldade em enquadrar estatisticamente, na busca do escalonamento de posições, por exemplo, o confronto entre o critério frio da lei e as subjetividades imanentes de cada candidatura. Sem contar o fato de ser o próprio avaliador, uma pessoa com critérios, restam poucas dúvidas, mas também portador de subjetividade.

O primeiro encontro da comissão foi marcado para ser iniciado às oito horas do dia sete de novembro de 2013. Mas devido ao trânsito caótico do centro do Recife, o encontro começa por volta das nove e meia. Eu já tinha chegado antes das oito horas, por considerar oportuno observar os primeiros momentos, e também pela necessidade de me apresentar à coordenadora e explicar mais uma vez o meu objetivo em estar ali. Trocamos algumas palavras interrompidas por alguma demanda que pedia a presença de Janine. Digo a mesma que estou bem e ficarei num canto da sala para observar o encontro.

Chegam todos e se reúnem ao redor de uma mesa larga. Não pude deixar de observar a pouca privacidade disponível para o trabalho. O local do encontro, ao menos deste em que participei, ficava dentro da biblioteca da Fundarpe. Houve, eventualmente, um excesso de pessoas entrando e saindo de forma pouco controlada. Mas, nada tão grave que invalidasse o trabalho. Não percebi nenhum tipo de reclamação por parte da comissão acerca deste local. A percepção é minha, unicamente. Senti, igualmente, a sensação de ser um estranho ali, apesar de ser, como já mencionado, o universo mais próximo ao meu.



Fotografia 11 - Comissão em início de trabalho. Novembro de 2013. Acervo do autor.

Para iniciar a sessão, Janine pede a palavra e explica o encaminhamento do dia, aproveita o momento para explicar a motivação da minha presença ali. Todos, sem exceção, me cumprimentam e me dizem para ficar à vontade. Agradeço a acolhida e desejo sorte a todos e sabedoria para ser o mais assertivo nas escolhas. Mesmo tendo esta gentileza narrada, não pude deixar de notar certa tensão, certo desconforto inicial, característico de ambientes e locais de tomada de decisões.



Fotografia 12 - Concentração total ao processo vivenciado. Novembro de 2013.

Acervo do autor.

A cada instante, caixas e mais caixas chegam à sala para serem analisadas. Vidas de homens e mulheres que momentaneamente serão pensadas à luz de critérios e categorias previstas nas Lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco. A conversa flui e pontos como a subjetividade da própria lei são discutidos. O próprio edital também é fruto de críticas, notadamente no tocante às exigências para a inscrição do candidato.

Ao exigir declarações e documentos comprobatórios de participações e das contribuições culturais, por exemplo, pode-se prejudicar um grupo ou pessoa que tenha a sua tradição ancorada na oralidade, realidade da maioria dos inscritos. Estes assuntos são matéria dos avaliadores, inclusive, é sugerido por Janine que as modificações indicadas sejam postas em relatório. A preocupação desta comissão especificamente, me pareceu genuína: há de se ter uma forma menos burocrática que permita a participação de todos os mestres e grupos da tradição. O Conselho de Cultura também é mencionado, mais especificamente sobre a prática do mesmo de não levar em consideração a lista de indicados da comissão especial.

Ajustados os assuntos, apresentações realizadas, começa o trabalho de escolha em si. Depois de algumas deliberações, decidiu-se de forma colegiada que o critério da contribuição cultural seria o peso maior para indicar os três possíveis eleitos. Concluiu-se que o critério de carência é importante, mas que ao privilegiar este ponto em detrimento da contribuição cultural, poderia se cometer uma injustiça. Não poderia um mestre ter uma relevância cultural e simultaneamente ser detentor de uma condição financeira estável? A coordenadora Janine Primo e eu⁹³ somos os únicos calados neste momento.

Depois, os avaliadores são divididos em dois grupos, sendo um composto por Adiel, Débora e Leonardo e o outro por Eduardo e Vilanova. Essa divisão é importante, explica a coordenadora, para facilitar a escolha dos habilitados inicialmente, para depois, feita uma varredura inicial das inscrições, chegarmos aos indicados. Já feita a divisão por grupo, é lido o nome de cada inscrito e, posteriormente, cada avaliador faz um relato breve acerca do grupo ou pessoa que ficou sob a sua responsabilidade inicial.

Não deixei de constatar o compromisso ético de todos os envolvidos neste processo, notadamente, no que tange à defesa dos inscritos. Não há nenhuma escolha especial por parte do avaliador. Não há nenhuma deliberação prévia nesse sentido. A caixa ou pasta com os documentos dos candidatos são entregues de forma aleatória, independente da possível relação que um jurado tenha com algum possível eleito. Neste instante senti a preocupação com a lisura do processo, com a sua transparência e honestidade. A reunião segue num clima aparente de descontração e concomitantemente de tensão com defesas individuais apoiadas sempre em relatórios e na documentação previamente entregues no ato da inscrição. As justificações tendem a repetir-se no tocante aos critérios elencados previamente.

A escolha final dos indicados será colegiada, mas nesse momento, nota-se um esforço pessoal em defender o candidato, por ora, ali representado pelo avaliador. Alguns nomes começam a ser apontados. Por volta das doze horas, há um intervalo para o almoço. Os acompanho neste momento de intermitência. No almoço o assunto das escolhas, praticamente não é mencionado, parecendo ser uma alternativa do

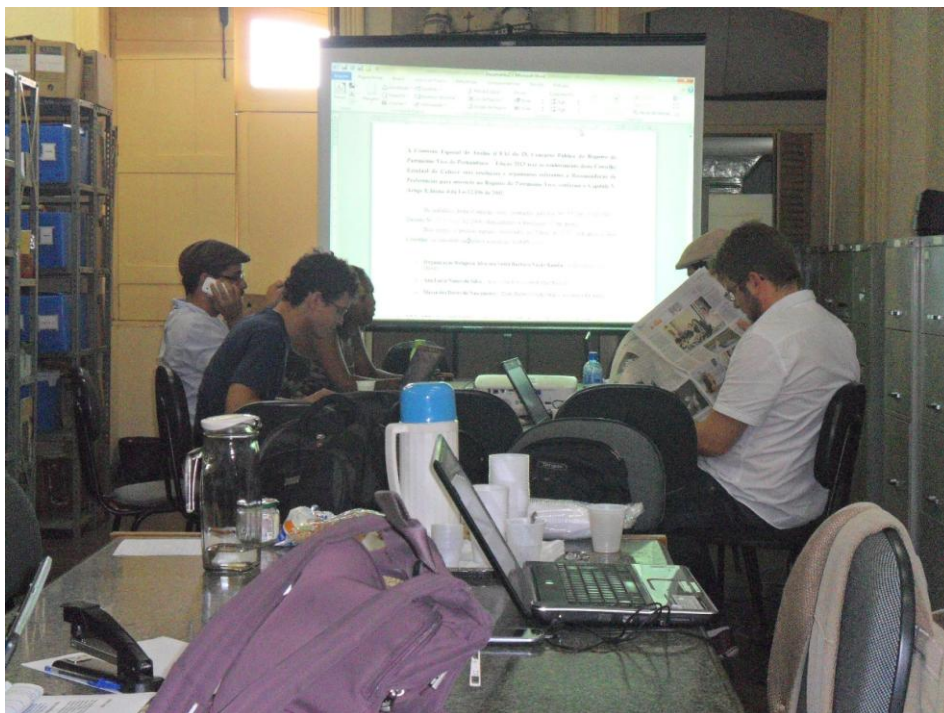
⁹³ Para ser mais exato, não mencionei uma palavra sequer durante todo o trabalho deste campo. Ative-me a olhar, ouvir e escrever inspirado em Roberto Cardoso de Oliveira.

grupo deixar para a volta do descanso, a retomada da demanda que os liga momentaneamente.

Já de volta aos trabalhos, a comissão reforça a disciplina na tentativa de elencar e publicar o nome dos três indicados ao título de patrimônio vivo. Após a escalação parcial de cerca de quinze escolhidos, os integrantes da comissão, agora individualmente, passam a redigir o seu próprio relatório na busca de escolher o seu candidato, ou seja, a pessoa ou grupo que aos olhos da LPV correspondem e merecem ter a alcunha de patrimônio vivo pernambucano. Passada a fase dos relatórios, em seguida presenciamos as leituras de cada avaliador.

Neste momento, mesmo mantendo a cortesia marcante do início da reunião, percebi uma certa hostilidade na recepção das falas referentes a alguns candidatos. Quando por exemplo, um candidato é defendido por ser mais velho, e supostamente, por ter maior conhecimento acumulado, um outro jurado, quase no calor da fala do jurado que por ora tem a palavra, o interrompe dizendo que a idade também pode ser um entrave no tocante à exigência de repasse do saber acumulado pelo candidato mais idoso. O oferecimento de água e café é providencial neste momento, uma espécie de bálsamo para acalmar o espírito. Olho para o relógio na parede e verifico que os ponteiros cravam exatas dezessete horas. A sessão é finalizada, bolsas e computadores são arrumados, fisionomias cansadas são constatadas. Todos se cumprimentam com gentileza, e um até amanhã é ouvido na sala.

No dia oito de novembro, segundo e último dia previsto para a escolha dos possíveis eleitos a patrimônio vivo, chego por volta das oito horas na sede da Fundarpe. Na sala encontra-se Janine Primo, coordenadora do processo. A mesma me pergunta gentilmente se preciso de algo, se estou confortável para continuar a etnografar o encontro. Agradeço a gentileza dizendo que estou muito bem e, mais uma vez, reforço a importância da liberação consentida. Sento na cadeira a mim reservada, reviro anotações e ideias. Passados trinta minutos, por volta das nove horas, todos os jurados encontram-se reunidos.



Fotografia 13 - Comissão em momentos antes de começar os trabalhos. Novembro de 2013. Acervo do autor.

A gentileza percebida no encontro anterior permanece, muito embora, o aspecto exausto de todos, denuncie o reflexo do cansaço da demanda empreendida no encontro anterior. A sessão é aberta com a proposta de elencar os cinquenta e quatro habilitados dos sessenta e dois inscritos, realizar o escalonamento destes candidatos e anunciar os três escolhidos. Destaco que a leitura dos relatórios individuais, onde cada jurado expõe as suas motivações e escolhas são feitas em voz alta, muitas vezes de pé. Lembro-me de José Saramago (1992) que defendia a leitura em voz alta como uma técnica importante de persuasão, pois dizia este escritor que a leitura em voz alta desencanta a palavra, rompe o casulo permitindo à mesma o encontro com outro.



Fotografia 14 - Deliberações finais da comissão. Novembro de 2013. Acervo do autor

Lidos os relatórios, os jurados de forma colegiada começam a redigir o texto geral, onde apontam os habilitados e os indicados. Como indicação da comissão foi escolhida a coquista Ana Lúcia, a parteira Maria das Dores e a Nação Xambá. No parecer geral, cada palavra é elencada cuidadosamente no intuito de tentar convencer o Conselho Estadual de Cultura acerca da escolha feita pela comissão ali formada. Várias sugestões são feitas visando à melhora do texto. Terminado este trabalho de escrita do texto coletivo, depois, é realizada a leitura geral do mesmo. A tarde cai rapidamente, anunciando o começo da noite e a constatação de uma exaustão do pensamento e a necessidade de uma sinalização para a conclusão dos afazeres.



Fotografia 15 - Habilitados do concurso de 2013. Fonte: <http://www.cultura.pe.gov.br/>

Por volta das dezoito horas do dia oito de novembro de 2013 é encerrada oficialmente a sessão de habilitação e escolha dos possíveis patrimônios vivos de Pernambuco. Agradeço mais uma vez a todos pela receptividade e os parabênz pelo empenho e dedicação.

Um assunto recorrente nas falas dos jurados, quando não focava exatamente na escolha em si de um candidato ou grupo, repousava na preocupação em tentar chegar o mais próximo possível de uma alternativa que viesse, também, a agradar o Conselho Estadual de Cultura deste período específico em que a etnografia foi realizada. Porém, como já esperado e apontado por integrantes de outras comissões,

como os professores Carlos Sandroni, orientador desta tese e de Maria Aparecida Lopes Nogueira⁹⁴, a escolha da comissão especial composta pela Fundarpe não foi levada em consideração. E nesta edição, especificamente, esta prática se mantém. Tanto é que os eleitos de dois mil e treze foram o maestro Formiga, Lula Vassoureiro e a Sociedade Musical Cinco de Novembro, contrariando totalmente todas as recomendações da Fundarpe. Em relatos colhidos tanto na etnografia realizada nos dias sete e oito de novembro de 2013, como com o atual membro do Conselho, Aramis Macedo, e mesmo nunca tendo tido acesso às listas de todos os concursos⁹⁵, fica constatado a total recusa por parte dos Conselheiros Estaduais de Cultura às indicações da Comissão Especial idealizada pela Fundarpe.



Fotografia 16 - Aramis Macedo, integrante do Conselho Estadual de Cultura.

Em entrevista concedida no ano de dois mil e dezesseis, o conselheiro da imagem acima, concede-me uma entrevista, onde explica melhor o cenário atual do Conselho de Cultura de Pernambuco:

Boa tarde, Luciano. Antes de tudo é uma honra participar deste trabalho, deste olhar sobre a Lei do Patrimônio Vivo. Eu estou fazendo parte do atual formato do Conselho, visto que até bem pouco tempo atrás, para compor um lugar na referida entidade, a única forma possível era por meio de uma indicação. Notadamente de uma indicação política, caso de Isaar, como você mesmo me informou.

⁹⁴ Em conversa informal, a referida professora disse ter participado de uma comissão em que nenhum indicado pela mesma foi levado em consideração.

⁹⁵ Ative-me à lista de 2013, visto que a mesma atende ao recorte do trabalho de campo deste texto.

Porém, no fim de dois mil e doze para o começo de dois mil e treze, já com o Sistema Nacional de Cultura aprovado pela Câmara dos Deputados, Pernambuco se viu obrigado a mudar radicalmente a forma de composição e manutenção do antigo Conselho, fundado em mil novecentos e sessenta e sete e que tinha, como um dos maiores absurdos constatados, a posição vitalícia de Accioly na presidência. Este tipo de configuração e clara predileção por um integrante vão de encontro ao que preconiza o SNC⁹⁶ em seu bojo e em sua inspiração, ou seja, o artigo 216 da Constituição de 1988⁹⁷. O governo de Eduardo Campos não teve escolha, tendo que repensar antigas formas estruturais para assim, conseguir incluir Pernambuco no Sistema Nacional de Cultura. E assim foi feito. A primeira atitude foi modificar a composição da forma de ser um integrante do Conselho de Cultura de Pernambuco. Agora não é mais possível ter uma composição exclusivamente feita por indicação. Ocorre que para ser conselheiro é aberto edital no site da Secretaria de Cultura, depois o candidato passa a participar de uma série de fóruns de discussão, seguido de uma votação. Os mais votados assumem um lugar com mandato de dois anos, inicialmente. A outra metade do Conselho, esta sim, pode ser composta por indicação direta do governo.⁹⁸

Evidencia-se na fala de Aramis que a atual configuração do Conselho de Cultura não foi uma escolha, à época, do governo de Campos. Este se viu obrigado por força da lei a reconfigurar a estrutura da política cultural de Pernambuco. Ao ser paritário, ou seja, composto de pessoas das mais variadas áreas da sociedade civil e complementado por pessoas de indicação direta do governador, secretários e etc., do estado pernambucano, este cria condições de juntar-se a outros entes da federação, já ajustados às exigências do Sistema Nacional de Cultura. Contudo, nesta mesma entrevista, pergunto ao Conselheiro Aramis, mais diretamente sobre o processo de escolha do patrimônio vivo:

Veja Luciano, eu continuo com o pensamento de que a Fundarpe deveria se ater, apenas, ao processo de habilitação. Feito isto, deveriam recolher a documentação dos candidatos e enviar ao Conselho, este sim, com pessoal gabaritado e amparado por lei, para escolher os agraciados ao título de patrimônio vivo. E isto é tão sério que, apesar de nunca ter ido a fundo nesta pesquisa, posso assegurar que nunca coincidiu de um candidato indicado pela Fundarpe ser acatado pelos integrantes do Conselho. Nem antes e nem na atual formação. Há um consenso entre os conselheiros de que a Fundarpe extrapola o seu papel ao convocar uma comissão para uma função que não lhe compete. Nem entro no mérito da capacidade das pessoas chamadas para compor a comissão, não é esta a questão. O que chamo a atenção é o papel de cada entidade. Se compete ao conselho

⁹⁶ <http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-cultura>

⁹⁷ https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp

⁹⁸ Trecho da entrevista concedida em 2016.

a palavra final de escolha, não há necessidade alguma de uma lista preliminar de indicação.

Percebo que no panorama da relação Fundarpe e Conselho, há uma falta de clareza no papel efetivo da escolha final dos patrimônios vivos. Como mencionado anteriormente⁹⁹, cabe ao gestor público fazer o que a lei manda, unicamente. Portanto, se a lei manda e diz ser competência do Conselho de Cultura a escolha, a Fundarpe ao indicar os possíveis candidatos, parece, invade uma seara que não é sua. E não é sua, por força da lei. Isto deveria ser ponto indiscutível, mas a etnografia realizada mostrou-me que a contenda está longe de ser solucionada.

Outro ponto, de forma geral revestido de polêmica, deve-se ao caso de alguns eleitos¹⁰⁰. Foi anunciado no concurso de dois mil e dezessete, a escolha do ator José Pimentel¹⁰¹ ao título de patrimônio vivo de Pernambuco. Uma escolha como esta, hoje, já sacramentada e oficializada com a entrega do título por parte do governador de Pernambuco, Paulo Câmara, rememora e acalora o discurso acerca de quem é de fato o grupo alvo a que se destina a LPV. As discussões envolvendo a escolha de Pimentel são similares, quando em dois mil e sete, foi eleito o cineasta Fernando Spencer. A dúvida inquietadora versa sobre alguns artigos e, porque não dizer, sobre a proposta geral da Lei do Patrimônio Vivo Pernambucano.

Antes de qualquer possível acusação, me adianto em dizer que reconheço a importância dos dois artistas citados acima, ambos detentores de saberes e repertórios valorosos. A minha inquietação acerca das escolhas citadas é nutrida ao me deparar com a lei de forma mais reflexiva. Parece não haver margem para muitas dúvidas de que eleições como a de Pimentel e Spencer se configuram em escolhas, no mínimo, pouco referendadas, pois de acordo com o artigo 1º da lei 12.196:

Será considerado, para os fins desta Lei, como Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito no RPV-PE, a pessoa natural ou grupo de pessoas naturais, dotado ou não de personalidade jurídica, que detenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e para a preservação de

⁹⁹ Refiro-me, sobretudo, ao depoimento de Raul Henry.

¹⁰⁰ Apesar do campo desta tese versar especificamente sobre a escolha do patrimônio vivo realizada em 2013, ou seja, ano previsto pelo cronograma para realização do trabalho etnográfico, decidi ampliar um pouco a discussão ao incluir o ator José Pimentel, eleito em 2017.

¹⁰¹ Este caso foi mencionado de forma introdutória no primeiro capítulo. Porém, aqui o mesmo é aprofundado.

aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade estabelecida no Estado de Pernambuco¹⁰². (Grifo meu)

Não sendo o artigo acima citado suficiente, continuo ainda apoiado no pronunciamento de Aramis, quando este se refere ao inciso VII do artigo 2º do decreto regulamentador¹⁰³. Para o conselheiro Aramis Macedo o decreto revela o espírito da lei, pois determina sem muita margem para interpretações eloquentes, o que é, ou melhor, quem é de fato merecedor de ser alçado ao posto de patrimônio vivo:

A pessoa natural ou grupo de pessoas naturais e que sejam capazes de transmitir seus conhecimentos, valores, técnicas e habilidades, objetivando a proteção e a difusão da cultura tradicional ou popular pernambucana, com prioridade para os artistas, criadores, personagens, símbolos e expressões ameaçados de desaparecimento ou extinção, pela falta de apoio material ou incentivo financeiro por parte do poder público ou da iniciativa privada¹⁰⁴.

Neste trecho da lei evidencia-se ao que se destina registrar a luz do patrimônio vivo pernambucano, uma pessoa ou grupo. É muito direta a intenção da lei quando a mesma explicita a preocupação em amparar do perigo do desaparecimento e extinção alguma expressão da cultura popular e tradicional.

No caso de Pimentel e Spencer, eleitos como patrimônios de Pernambuco, nos dois casos, a pergunta que fica é se os mesmos são produtores de cultura popular e tradicional, como por exemplo, o Leão Coroado¹⁰⁵, com mais de cento e cinquenta anos de existência contínua e para esclarecimentos, cento e cinquenta anos vividos com enormes dificuldades financeiras, até os dias atuais. Parece evidente que a LPV se destina a grupos e pessoas com o repertório semelhante aos do Leão. Pois, ao eleger Spencer e Pimentel, há um louvor à obra constituída em si, efetivamente, e não, ao que tudo indica, uma preocupação em repasse de saberes tradicionais em vias de extinção. Até porque teatro e cinema, áreas de atuação dos dois artistas, não estão em vias de desaparecimento, para nossa enorme felicidade.

¹⁰² Trecho da lei retirado do pronunciamento do Conselheiro Aramis Macedo. Este pronunciamento refere-se aos escolhidos ao título de patrimônio vivo de 2017.

¹⁰³ Texto anexado ao final da tese.

¹⁰⁴ Trecho da lei retirado do pronunciamento do Conselheiro Aramis Macedo. Este pronunciamento refere-se aos escolhidos ao título de patrimônio vivo de 2017.

¹⁰⁵ No capítulo quatro, tratarei exclusivamente do Maracatu Leão Coroado.

A LPV também não existe para louvar passados gloriosos, apenas. O passado acumulado é importante para adensar uma maestria, para isso não restam dúvidas. Mas este passado não deve ser elemento isolado para escolher um patrimônio vivo. Para exaltar uma obra constituída, nos termos de Pimentel e Spencer, por exemplo, existem outros caminhos, outras leis. Sem contar o aspecto de carência financeira, ponto que não é decisório, mas de relevância. Não posso afirmar a situação financeira de Pimentel e nem de Spencer, sobretudo, por se tratar de matéria de foro íntimo e altamente relativizável, mas, até onde sabemos, nenhum dos dois teve um histórico de dificuldades financeiras extremas.

No entanto, mesmo sob fortes críticas de dentro (por parte de alguns conselheiros, a exemplo de Aramis) e de fora¹⁰⁶ do Conselho de Cultura Pernambucano, dois artistas, a priori, não habilitados para serem patrimônios vivos, assim foram eleitos. Constatamos ao longo dessas linhas que a lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco dialoga diretamente com as preocupações da UNESCO e de outros países, a exemplo do Japão, inspirador de destaque. Contudo, verificamos ainda a máxima de que a lei é uma utopia e, portanto, nunca será plenamente esgotada em seu uso. Por ser pensada por pessoas e postas em prática pelas mesmas, os códigos, artigos, alíneas, caputs de uma lei, por mais diretos que sejam reservam uma margem para a hermenêutica particular. Não podemos esperar o contrário.

A interpretação particular de cada conselheiro e de cada componente da comissão da Fundarpe são os responsáveis diretos pelos eleitos, até hoje, ao título de patrimônio vivo. Erros e acertos podem ter havido, quem não os comete. Notadamente no que tange aos possíveis deslizos nas escolhas de candidatos que fogem ao espírito da LPV, mesmo assim, estes possíveis deslizos só podem ser constatados, pois de fato, algo vem sendo realizado. Só pela iniciativa em criar uma lei como a do patrimônio vivo, Pernambuco, sobretudo por ser o primeiro do Brasil, é merecedor de honra e louvores. Constata-se também a dilatação da ideia inicial de patrimônio abordada no primeiro capítulo desta tese. Ao ler em retrospectiva, parece inimaginável que uma lei, nos termos da LPV, fosse um dia promulgada em nosso estado. E a mesma está aí viva, pulsando e aberta, como todas as leis devem estar para as modificações e imposições que a passagem do tempo histórico confere. Nas

¹⁰⁶ A professora Aparecida Nogueira do PPGA da UFPE foi crítica aos eleitos em questão, por tudo já exposto.

próximas seções iremos abordar a LPV na prática, ou seja, na vida de quatro eleitos, buscando compreender as possíveis modificações internas e públicas de quando da escolha como patrimônios vivos de Pernambuco.

4 DOS PATRIMÔNIOS MOLDADOS A BARRO, MADEIRA E CHITA

E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. (Gênesis, 2, 7)

Dizem que quando Olorum encarregou Oxalá de fazer o mundo e modelar o ser humano, o orixá tentou vários caminhos. Tentou fazer o homem de ar, como ele. Não deu certo, pois o homem logo se desvaneceu. Tentou fazer de pau, mas a criatura ficou dura. De pedra ainda a tentativa foi pior. Fez de logo e o homem se consumiu. Tentou azeite, água e até vinho de palma, e nada. Foi então que Nanã Burucu veio em seu socorro. Apontou para o fundo do lago com seu ibiri, seu cetro e arma, e de lá retirou uma porção de lama. Nanã deu a porção de lama a Oxalá, o barro do fundo da lagoa onde morava ela, a lama sob as águas, que é Nanã. (Prandi, 2001. Pág. 196)

“O boneco é anterior ao homem” (Mestre Solón de Carpina, s/d)

Desde a criação da LPV, em 2002, constata-se uma falta de equivalência no que tange à contemplação das manifestações. Ocorre uma quantidade expressiva de artistas dedicados a um determinado ofício, caso dos ceramistas e oleiros, assim como ocorre um desprestígio e uma demora em eleger representantes de outras manifestações. Por exemplo, o universo dos mamulengueiros¹⁰⁷ teve, apenas muito recentemente, uma pessoa registrada como patrimônio vivo.

O fato é que da lista de registrados, o universo da olaria é fortemente contemplado. Não havendo uma justificativa plena para esta constatação. Historicamente, de forma vernacular, a humanidade sempre teve uma relação de harmonia com o barro. As grandes civilizações da antiguidade demonstraram isso (Burns, 2007). Usado como brinquedo ou mesmo em grandes construções, até hoje, o barro acompanha a humanidade em suas realizações.

Assim como o barro, o universo dos bonecos, também, sempre constituiu o fazer das civilizações mais antigas, como nos alerta Hermilho Borba Filho em seu

¹⁰⁷ A lei é de 2002 e somente em 2016, Zé Lopes foi contemplado.

Fisionomia e Espírito do Mamulengo. Neste capítulo analisaremos as possíveis modificações ocorridas no trabalho de Ana das Carrancas, Zezinho de Tracunhaém e Zé Lopes de Glória do Goitá.

A escolha dos dois primeiros se deve ao que apontei no início deste parágrafo, ou seja, a preponderância na escolha por parte do Conselho de Cultura Estadual, neste viés artístico. A escolha do último se deve ao já mencionado, contudo, há um elemento somador: atualmente, eu ocupo a direção do Museu do Mamulengo e por força da minha função, me lancei na aventura antropológica de ir ao encontro dos mestres titeriteiros do interior pernambucano. Ocorreu que o trabalho de campo, inicialmente para registros do museu, me impactou e afetou-me enormemente.

Percebi ao encontrar os mamulengueiros, uma semelhança entre os seus fazeres e a arte do barro. Pois, tanto os oleiros como os mestres do mamulengo materializam parte do imaginário pernambucano. Temas religiosos, de casamento, de humor são rubricas encontradas facilmente nos dois fazeres. Falam de nós e, portanto, são bons para pensar antropológicamente.

Já na partida da lei, Ana das Carrancas é eleita como patrimônio vivo. Nascida em 18 de fevereiro de 1923, em Ouricuri, é batizada de Ana Leopoldina dos Santos. Motivo da escolha: a ligação ancestral na fabricação do imaginário humano.



Fotografia 17 - Ana das Carrancas (<https://anadascarrancas.wordpress.com/ana-das-carrancas>).

A intimidade com o barro veio pela via materna, por ser a mãe de Ana, uma trabalhadora da arte de fazer panelas de louça. Do contato diário com o fazer da mãe, Ana, como a maioria das crianças, materializa a sua imaginação por meio do barro, argila, massas de modelar.

Neste momento, o mundo vivido cotidianamente é o grande companheiro, sendo bois, cavalos e santos, as primeiras realizações da mulher, que mais tarde viria a ser intitulada a Dama do barro.



Fotografia 18 - Ana trabalhadora (<https://anadascarrancas.wordpress.com/ana-das-carrancas>).

De origem humilde, como os demais artistas do mesmo nicho de atuação de Ana, e tendo a fé católica, notadamente, como guia espiritual, em um momento de sua vida, ocorre algo que reconfigura a sua existência:

Migrante, partiu em busca do rio. Crendo muito em seus santos, encontrou-os todos no Velho Chico, a longa estrada de água que se fez abrigo à sua imaginação e criatividade. Logo que chegou a Petrolina pediu a São Francisco de chagas e a padre Cícero que mostrasse uma forma de ganhar dinheiro, pois estava sofrendo com a concorrência de outras louceiras. Nos anos 60, Petrolina viveu uma série crise de barro que obrigou a muitas louceiras, a optar por outras alternativas para viver. Ana foi a primeira a enxergar o velho Chico como a solução para a escassez daquele produto.

Foi embaixo de um pé de mussambê, planta típica do sertão, que a história de Ana das carrancas começou. As feições das carrancas,

talhadas até hoje pela artista, foram conseguidas enquanto ela agradecia pelo barro encontrado às margens do rio. Sentada à beira rio, fez um barquinho de barro e colocou o nome de gangula. Pensou: – “Nesse barco viaja um velho com um menino pra vender jerimum. Botei um velhinho dentro com os jerimuns, uns bolinhos de barro para fingir que era jerimum; e o menino. E fiz a cobertinha de barro, pensando que era palha, e a carranca na frente deu sorte)¹⁰⁸.

Em alguma medida, o trabalho de Ana cria uma ressonância ou um diálogo direto com as palavras inauguradoras deste capítulo, pois, ao criar do barro as suas imagens, ao permitir que o pensamento abstrato da imaginação se cristalize numa escultura, Ana também se torna uma deusa, uma Nanã, um Deus criador a quem todos devem a vida, a respiração, o destino. Talvez, por isso, o trabalho da Dama do barro seja heurísticamente interessante, sobretudo, quando pensado pelo viés antropológico por ser,

A antropologia a ciência do fenômeno humano. Em contraste com as disciplinas que limitam porções de entendimento no fenômeno, a antropologia considera a história, a psicologia, a sociologia, a economia, etc., não como domínios, mas como componentes ou dimensões de um fenômeno global. (Morin, 1970, pag. 14). Grifo meu.

Pensar a trajetória antropológica de Ana das Carrancas é pensar o total, não há fraturas no seu investimento artístico. E é totalizante no sentido complexo da palavra, ou seja, daquilo tecido em conjunto (Morin, 2000), onde nenhuma das partes constitutivas do objeto analisado é desconsiderada. Entendo que ao elencar a fé, o caminho de Ana em busca de uma vida financeiramente mais interessante, a relação de aprendizado com a mãe, todos estes pontos, aparentemente distintos e soltos, suturam-se por imposição da própria vida.

O ideal iluminista de separar razão e emoção, fé e ciência, amor e ódio, poesia e texto científico não encontram um terreno feliz para germinar. Somos complexos, somos consciência e inconsciência (Freud, 1900). Vidas como a de Ana exemplificam estas máximas. Nunca tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente, visto que a mesma falece em 2008 e, portanto, eu ainda nem tinha em planos o presente estudo. Neste caso, não tenho como afirmar e nem analisar a fala de Ana acerca da sua

¹⁰⁸ <https://anadascarrancas.wordpress.com/ana-das-carrancas/>

patrimonialização, especialmente no tocante a uma possível profissionalização de seu saber/fazer.

Contudo, em pesquisa em um site de compras¹⁰⁹, constatam-se esculturas da artista em valores que giram em torno de R\$2.000,00. Partindo do princípio das dimensões das obras oferecidas e do material utilizado, simplesmente barro cru, podemos deduzir que o relativo alto valor da peça está atrelado ao nome/marca de Ana das Carrancas. Este tipo de fenômeno ocorre, apenas, com os grandes nomes das artes plásticas, por exemplo. Se paga pelo nome e não, efetivamente, pelo artigo em si. O fato de ser eleita patrimônio vivo, título concedido a alguém detentor de um saber diferenciado, muito possivelmente foi um elemento adensador da sua incursão em espaços considerados de destaque social.



Fotografia 19 - Senador Jarbas Vasconcelos
(<https://anadascarrancas.wordpress.com/ana-das-carrancas>).

¹⁰⁹ [https://lista.mercadolivre.com.br/escultura-de-ana-das-carrancas#D\[A:escultura-de-ana-das-carrancas\]](https://lista.mercadolivre.com.br/escultura-de-ana-das-carrancas#D[A:escultura-de-ana-das-carrancas])

O senador Jarbas Vasconcelos¹¹⁰ é um dos nomes públicos que consumiu o trabalho de Ana das Carrancas. Seria muita ingenuidade imaginar, a despeito do gosto e apreço deste político pela cultura popular, para que somado a isto não haja o desejo de unir à sua própria trajetória e mandato uma imagem como esta. Não penso que ser eleito pela LPV garanta este tipo de trânsito, embora esteja inclinado a pensar que o cenário propiciado aos eleitos a patrimônio vivo de Pernambuco permita este tipo de encontro. Visto que a própria entrega do título é realizada pelo governador em exercício.

Como já mencionado, o trabalho etnográfico com Ana não foi por mim realizado, pelos motivos já expostos. Os imponderáveis da vida (Malinowski, 1976) se impuseram entre a artista e o meu desejo de encontrá-la. E em não havendo o encontro, algo precioso se perdeu para sempre: a chance da realização de uma etnografia.

Sou a favor da etnografia¹¹¹, pois enxergo na realização da mesma, uma chance preciosa de vivenciar o fazer antropológico:

Há algo de curioso na Antropologia: ao mesmo tempo em que se vangloria de ter uma das tradições mais sólidas entre as ciências sociais – na qual reconhecem cronologicamente os mesmos autores “clássicos” quer se esteja no Brasil, nos Estados Unidos, na Índia ou na Inglaterra - , a disciplina abriga estilos bastantes diferenciados, na medida em que fatores como contexto de pesquisa, orientação teórica, momento sócio-histórico e até a personalidade do pesquisador e ethos do pesquisado influenciam o resultado obtido. (PEIRANO, 1991, p.01). Grifos meus

Não existe cultura sem encontro. Sobretudo o encontro intelectual no âmbito leitor, estudante, escritor de referência. Não existe cultura sem corpo. Não existe ciência sem o encontro de atores. Mas me parece, e falo parece sem nenhum receio de errar, pois como salienta Paulo Freire (2006), “é um dano à ciência ter pensamentos fechados e acabados sobre a realidade forjada diariamente”, que na

¹¹⁰ Recordemos que é no mandato de Jarbas Vasconcelos, à época, governador de Pernambuco, que a LPV é aprovada e posta em prática.

¹¹¹ Inclino-me a comungar com a Dr^a Roberta Campos quando a mesma defende que a antropologia nasce de fato com o trabalho de Malinowski, pois é com ele que se evidencia com maior clareza o lugar da relatividade na análise de cunho antropológico. Onde o exercício do olhar, ouvir e escrever se tornam mais plenos (Oliveira, 2000).

antropologia o encontro, e com excelência **o encontro etnográfico**, seja terreno fértil para pensar a condição humana em todas as nuances, cores, facetas e possibilidades de ser e exercer a vida sobre a terra. É prioritariamente na busca de entender o brilho dos contrastes do encontro de diferentes e simultaneamente iguais, que a etnografia se destina.

A cultura nos iguala e nos diferencia de forma contínua, somos presos ao mesmo e ao diferente, sempre. E é no fazer etnográfico que podemos vivenciar estas afirmações. Porém, se por um lado não vivi nenhum momento com Ana das Carrancas, hoje, por meio da tecnologia viabilizada pela internet, pude realizar uma etnografia nos padrões mais contemporâneos. Muito embora, eu defenda a etnografia clássica.

Ao contrário do desencontro ocorrido com a Dama do Barro, tive a honra de encontrar, presencialmente, dois patrimônios vivos, que assim como Ana das Carrancas faz do barro o seu instrumento diário, o ingrediente para transformar pensamentos em arte material. São eles Zezinho de Tracunhaém e Maria Amélia, também de Tracunhaém.

Visitei Tracunhaém em 2015, numa manhã de sábado. Como de costume, ligo para o entrevistado, antes, para saber se o mesmo pode me atender. E o previsto acontece: ouço do outro da linha uma voz calma e forte autorizando a minha visita. Digo previsto, pois, desde que faço etnografia com os artistas populares, nunca fui destrutado e nem tive um pedido de entrevista negado. Há uma generosidade nestas pessoas que emociona. Existe a boa vontade, energia fundamental geradora para que tudo aconteça (Hegel, 1996)



Fotografia 20 - Lago de onde é retirado grande parte do barro usado para a confecção das peças artísticas. (Tracunhaém, 2015. Foto do autor).

A mesma gentileza não é recorrente em todos os lugares, infelizmente. Menciono a título de exemplo, a ausência total de gentileza e boa vontade em conversar sobre o tema deste trabalho, por parte da maioria dos membros do Conselho Estadual de Cultura. O que chama a atenção é a aparente falta de entendimento do referido conselho em se perceber como o elo entre a sociedade mais ampla e os artistas, deixando a função e o trabalho para os quais foram eleitos, no mínimo a desejar.

O comportamento deste conselho à época da tentativa de etnografia¹¹² vai de encontro ao ideal da boa vontade. Provando que a compreensão e o exercício do próprio trabalho e ofício não estão, necessariamente, atrelados ao repertório educacional formal, visto que todos os membros desfrutam de altos níveis culturais, porém, educação formal e institucionalizada não se desdobram, obrigatoriamente, em generosidade e atenção às demandas alheias.

Mas, deixemos isto de lado e voltemos às experiências bem mais felizes e produtivas. Visto que a minha pretensão em mudar o cenário posto, é nula. Ao chegar em frente a casa do meu entrevistado, bato ao portão e um rapaz, um dos

¹¹² Tentei diversas vezes um encontro. Todos frustrados.

filhos do artista me recebe, pede para eu sentar e oferece água. Aceito a dádiva e observo a simplicidade enfronhada numa casa limpa, arejada e detentora de uma aura acolhedora. Logo em seguida, Zezinho aparece com um sorriso franco e me brinda com um bom dia.

Cumprimento-o com um aperto de mãos. Elas guardam as marcas do seu ofício: uma firmeza carregada simultaneamente de uma delicadeza necessárias para dar forma e contorno às peças, somadas a uma pele finíssima, resultante dos anos de contato com o barro, que sabido por todos, possui propriedades comprovadamente esfoliantes. Explico a motivação da minha visita e quase simultaneamente o relato começa. Pergunto a ele sobre o início da carreira, as suas técnicas e motivações. Deixei o mesmo completamente livre para falar, pois entendo que o uso de questionários fechados, no contexto do meu trabalho, iriam mais atrapalhar do que ajudar. Não houve momentos para barreiras imaginárias. O encontro etnográfico ocorreu:

Estou muito feliz com a sua visita, fique à vontade para perguntar o que desejar...



Fotografia 21 - Mestre Zezinho. (Tracunhaém, 2015. Foto do autor).

Eu comecei o meu trabalho de ceramista já adulto. Nasci em 1939 e só por volta dos anos de 1960 é que passei a me dedicar ao barro. Antes trabalhei com tudo para sustentar família e filhos. Fui barbeiro, cortador de cana e pedreiro, entre outras coisas.

Já instalado no centro de Tracunhaém, eu conheço a ceramista Lidia...



Fotografia 22 - Fachada da casa de Mestre Zezinho. 2015. Foto do autor.

Observando o seu trabalho, eu começo a fazer pequenas imagens, normalmente relativas ao cotidiano aqui mesmo da cidade.

Por ser muito católico, sempre tive a predileção por fazer imagens de santos, anjos, a Virgem Maria, presépios. Tenho predileção pela figura de São Francisco.

É uma das minhas favoritas! Com relação às técnicas por mim utilizadas, lhe asseguro que foi o tempo, o meu grande mestre. Perdi muitas peças no forno...

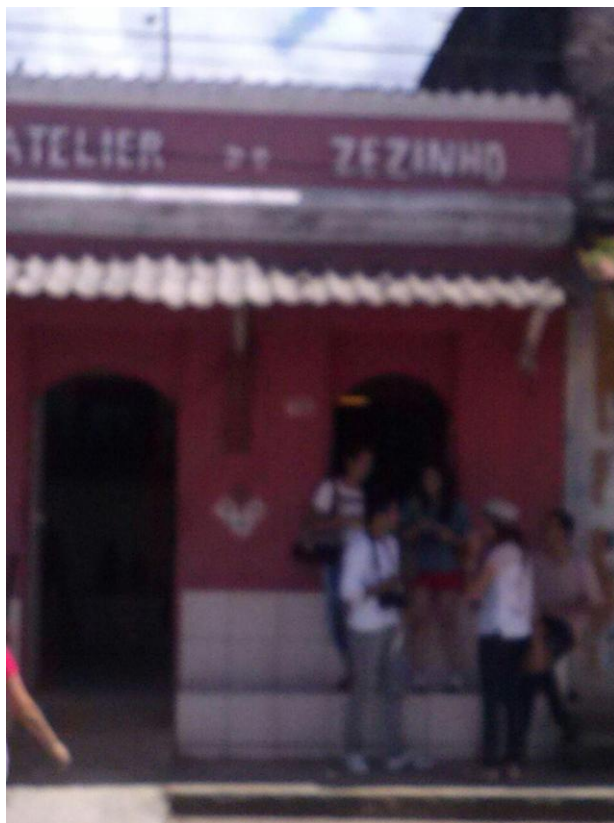


Fotografia 23 - Eu tendo a honra de abrir o forno e retirar parte das peças. Foto:
Rosana Rodrigues, 2015.

ou cozinha demais ou de menos..hoje, passado o período de aprendizados e ajustes, eu já sei de cabeça a hora de retirar do forno o material. Praticamente, hoje, não existem mais erros.

Aproveito o momento de descontração e pergunto especificamente sobre o recebimento do título de patrimônio vivo:

Olhe meu filho, recebi o título em 2007 e a fiquei muito honrado, pois de forma geral, só somos valorizados quando morremos. Então, é muito bom ser lembrado em vida... Depois que morre, não vale mais nada homenagem. Agora, a ajuda da bolsa não é suficiente para sustentar a família. Seria muito bom, mas não é o caso. Temos de trabalhar muito para complementar a renda. Inclusive, tenho até o ateliê para ajudar nas vendas.



Fotografia 24 - Foto do autor, 2015.

A sorte que tenho, é que grande parte da família abraçou o meu fazer. E hoje por conta de ser patrimônio vivo, tenho por obrigação repassar o meu saber para os mais jovens. Não quero que a minha arte morra. Enquanto depender de mim, ensinarei tudo que sei como um dia eu mesmo, também, aprendi.



Fotografia 25 - Filho de Zezinho ensinando a arte aprendida com o pai. Foto do autor, 2015



Fotografia 26 - Presépio realizado pelos filhos de Zezinho. Foto do autor, 2015.

A fala de Zezinho em alguma medida, ou talvez em sua totalidade, encontra eco em outra artista de Tracunhaém: Maria Amélia. No mesmo dia em que visitei Zezinho, por serem localidades próximas, entrevistei também a ceramista Maria Amélia da Silva, nascida em 1924, no mesmo local onde mora e produz a sua arte, até hoje. Como já foi mencionado, cumpro o ritual de ligar para o entrevistado, no intuito de alinhar o melhor horário, para informar o assunto da entrevista, o tempo estimado, etc.

Do mesmo modo que a ligação de Zezinho sou brindado com a voz firme e gentil de uma pessoa muito próxima à Amélia, seu filho Ricardo. Acertado os detalhes, chego para o encontro. Lembro-me de ser recebido por uma casa em festa e tranquilidade. Festa no sentido de praticamente não ter uma recepção muito formal. Cheguei e, simplesmente, a casa e os parentes de Amélia estavam de braços abertos para conversar comigo.

Apesar de simples, a residência carrega uma nobreza, uma dignidade característica do povo interiorano. Recordo de ouvir o silvo da panela de pressão e o cheiro delicioso do feijão sendo cozinhado para o almoço do dia. Ao avançar mais nos cômodos da casa, deparo-me com uma senhora de cabelos brancos, vestida de forma simples e confortável e sentada num banco de madeira à frente de uma obra, ainda, em processo de acabamentos.



Fotografia 27 - Maria Amélia. Foto do autor, 2015

Apresento-me e a cumprimento com um aperto de mão firme. Neste instante, tenho a mesma experiência sensorial: sinto a maciez quase idêntica das mãos de Zezinho, nas mãos de Amélia. Mãos igualmente finas, porém, detentoras de um rigor único, pois, “A técnica tem má fama; pode parecer destituída de alma. Mas não é assim que é vista pelas pessoas que adquirem nas mãos um alto grau de capacitação. Para elas, a técnica estará sempre intimamente ligada à expressão”. (Sennet, 2012, pág. 20).

É justamente acerca da técnica e do alto grau de qualidade e sofisticação que o trabalho carrega que encaminho a minha conversa. Deixei a artista completamente livre para narrar a sua própria trajetória:

Eu sou filha do mestre Dunde e desde pequena via o meu pai trabalhando. Me lembro do seu modo de revolver o barro, do tempo do cozimento das peças, do trabalho de localizar a matéria para realizar as esculturas.



Fotografia 28 - Maria Amélia imersa em suas lembranças. 2015. Foto do autor.

O primeiro contato com o barro ocorre de forma a mais natural possível, pois, para me distrair, o meu pai me mandava modelar pequenos bichinhos, bonecos, personagens que serviam de brinquedo para mim. Não tínhamos dinheiro para comprar quase nada, então, tinha de inventar a minha própria diversão. Depois o que era brincadeira de menina virou trabalho, trabalho sério. Tanto é que até hoje, continuo trabalhando o dia todo aqui nesta sala que você está vendo. Hoje ao invés de bichos e personagens populares, a minha arte é basicamente inspirada em santos e anjos.



Fotografia 29 - Santa Rosa. Acervo do autor.

A conversa fluiu. Mas, devido ao horário do almoço, e entendendo que o pesquisador não deve ser inconveniente, procuro otimizar o tempo, sobretudo, por se tratar de uma entrevista que é realizada com uma pessoa de mais de 90 anos. Pergunto diretamente sobre os impactos desde a data em que foi agraciada como patrimônio vivo em 2011:

Olhe meu filho, eu achei ótimo ter esta ajuda, mas não é suficiente não, viu? Veja você mesmo... Estou aqui com esta idade, trabalhando o dia todo para completar a renda da família. Acredito que todos gostam de serem reconhecidos em vida, é ótimo, não resta dúvida. Mas lembre que temos de fazer oficina, receber pesquisadores, políticos, e ainda produzir muito para as feiras de artesanato. E fazer cerâmica demanda tempo e energia física. Com a idade isto fica muito difícil. Então, posso

lhe dizer que o recebimento da bolsa ajuda muito, o reconhecimento é ótimo. Muito embora a vida siga difícil.

Constata-se uma correspondência entre o relato de Zezinho e Amélia no tocante aos impactos a partir do reconhecimento enquanto patrimônio vivo pernambucano. Ambos são categóricos em afirmar que o impacto do valor percebido é pouco significativo. No entanto, quanto ao orgulho de ser patrimônio vivo, de ser escolhido e eleito, quanto a isso, restam poucas dúvidas da importância desse agraciamento:

O carpinteiro, a técnica de laboratório e o maestro são artífices porque se dedicam à arte pela arte. Suas atividades têm caráter prático, mas sua lida não é apenas um meio para alcançar um outro fim. O carpinteiro poderia vender mais móveis se trabalhasse com maior rapidez; a técnica podia dar um jeito de transferir o problema para o chefe; o regente convidado talvez tivesse mais probabilidade de voltar a ser contratado se ficasse de olho no relógio. Com certeza é possível se virar na vida sem dedicação. O artífice representa uma condição humana especial: a do engajamento. (Sennet, 2012, pág. 30). Grifo meu.

Vivemos num mundo capitalista, portanto, pautado na ideia de lucro e benefícios, e onde, sobretudo, a produção de peças se transforme em produtos e este em dinheiro e lucro farto. Contudo, vidas com o investimento artístico de Amélia vão de encontro à lógica capitalista. Ela, nos termos de Sennet (2012) produz em um tempo diferenciado, na busca de uma perfeição e esmero pouco testemunhados, atualmente. Atrelado a isto, há no seu trabalho, o comprometimento apontado pelo autor da citação acima, notadamente, no que tange ao engajamento.

Apesar de no bojo da lei não aparecer a palavra “engajamento” textualmente, ao criar a obrigação do repasse dos saberes detidos, o engajamento tende a se instalar, ou se já instalado, tende-se a reforçar o mesmo.

Em mestre Zezinho e Maria Amélia reside o amor ao ofício, sentimento que nenhuma lei no mundo pode assegurar. Amor é movimento interno. Por sorte e para o bem das artes, no caso de Amélia¹¹³, há a possibilidade de repasse do saber constantemente, já que o filho da mesma é um artesão e ao que tudo indica, seguirá

¹¹³ Mestre Zezinho da mesma forma também possui herdeiros do seu ofício.

os caminhos do avô e da mãe. Importante ressaltar que apesar de próximos geograficamente, os dois mestres de Tracunhaém têm pouco contato.

Há uma distância, inclusive, no resultado e investimento dos fazeres, o que implode a ideia de homogeneidade nos investimentos artísticos da cultura popular. Zezinho prefere realizar santos num viés mais tradicional, numa perspectiva mais barroca europeia. Já Amélia prefere as feições mais próximas do sertanejo, do nordestino. Apesar do panejamento da roupa das santas, por exemplo, também remeter a uma concepção barroca. O barroco, inclusive, além de influenciar o imaginário religioso, também, mais especificamente em Pernambuco, é o responsável indireto pelo surgimento do mamulengo em terras brasileiras (Borba Filho, s/d). Aparentemente distantes, é o advento do barroco pernambucano que propicia o ambiente para os primeiros mamulengueiros surjam.

Como já é sabido, o cenário do barroco é eminentemente religioso. Contudo, no caso do Brasil, ou mais especificamente do nordeste do mesmo, o barroco ganha contornos e colorações que o distanciam em grande medida da sua origem na Itália. Dramático e teatral, o barroco tentou instrumentalizar a fé católica na tentativa de frear o avanço luterano, e além de esculturas, pinturas, arquitetura fez uso de marionetes articuladas para narrar a vida de Jesus e dos santos. Ou seja, a arte das marionetes da Europa nos chega por intermédio dos franciscanos, hoje, instalados no convento da Ordem de São Francisco de Olinda¹¹⁴.

Como um vento incontrolável, característico das criações da vida, as marionetes franciscanas, ora utilizadas para efeitos de controle e catequização, saem dos altares e ganham os adros das igrejas. Deixam de serem marionetes europeias e religiosas e se ressignificam com o que denominamos, hoje, de mamulengo¹¹⁵. Simultaneamente a este evento ocorre algo precioso: o alargamento das temáticas dos espetáculos, pois, os assuntos outrora estritamente religiosos dão lugar a dilemas cotidianos como a traição, amor, desigualdades sociais, festas populares, morte, o mundo fantástico de diabos e assombrações.

¹¹⁴ Hermilo Borba Filho em seu *Fisionomia e Espírito do Mamulengo* (s/d) afirma ser impossível determinar exatamente o aparecimento inicial das marionetes no Brasil.

¹¹⁵ Ocorria, por vezes, de as engrenagens do conjunto de marionetes quebrarem, e sem manutenção adequada, obrigavam os frades a utilizarem e manipularem nas mãos, as peças. Mamulengo seria assim a acomodação e junção de duas palavras: mão e molenga.

O mamulengo fala de nós por possuir, em sua gênese, uma rubrica fortemente antropológica:

O boneco tem uma vida. É uma transferência na infância e uma fixação na idade madura. A boneca de pano pode ser tudo: desde a filha à mãe, desde a comadre à irmã, amiga ou inimiga. O boneco é um ser misterioso, feito, às vezes, à nossa imagem e semelhança, mas de qualquer modo um ente arbitrário e poético. Isto o simples mudo, manejável de acordo com nossas forças.

O boneco visto no espetáculo transforma-se de ser passivo, dependente, obediente às nossas mãos, numa criatura de vida própria e atuante. (Borba Filho. S/d. Pág.7).

Apesar de ser uma prática milenar (Borba Filho, s/d), visto que as culturas desde tempos imemoriais realizavam bonecos dos mais diversos materiais e para os mais variados fins, o mamulengo nordestino, até hoje, padece de falta de reconhecimentos e incentivos. Afirmando isto, por ter na minha prática profissional como diretor do Museu do Mamulengo¹¹⁶, esta realidade de desprestígio, muito próxima. E o resultado disso não poderia ser mais desastroso. Atualmente, em Pernambuco, atuam cerca de seis mestres mamulengueiros, sendo inclusive, uma manifestação da cultura popular, com altos riscos de desaparecimento.

A motivação principal para um possível desaparecimento reside, em sua grande parte, na falta de interesse dos familiares e das pessoas mais jovens das localidades onde os mamulengueiros vivem. Dar continuidade ao brinquedo é um desafio, não restam dúvidas. À falta de desejo não podemos imputar nenhuma culpa. Ser mamulengueiro e conseguir viver desta arte é para pouquíssimos. Praticamente não existem apresentações ao longo do ano e, quando existem, possuem remunerações baixas e com condições de trabalho pouco favoráveis. Outro fator imponderável, (Malinowski, 1976) é assegurar que os familiares dos mamulengueiros desenvolvam as competências e desenvolturas necessárias para tornar-se um mestre titeriteiro.

O investimento político nesta área artística é crucial no intuito de minimizar os desdobramentos negativos da falta de atualização do capital humano disposto a dedicar a vida ao mamulengo. Pois é preciso sim, como alerta Sennet (2012), um

¹¹⁶ Fundado em 1994, o Museu do Mamulengo é um espaço cultural do município de Olinda. Desde janeiro de 2017, eu atuo como diretor do referido local.

profundo engajamento por parte do indivíduo que decida se dedicar a este ofício ou o mais previsto: herdar e continuar o trabalho de algum antecessor. Infelizmente, prática pouco recorrente.

A título de exemplo, cito a família de Mestre Solon de Carpina, da zona da mata norte do estado pernambucano. Falecido em 1987, o referido mestre mamulengueiro, não conseguiu preparar nenhum herdeiro da sua maestria, apesar de um dos filhos acompanharem, eventualmente, o pai nos espetáculos, mesmo assim, não houve a continuidade. Passados, cerca de trinta anos do falecimento de Solon, tive a oportunidade, até por ser o diretor do Museu do Mamulengo, de visitar a família do mesmo.

A intenção era, justamente, conhecer a família e diagnosticar a situação do acervo de mamulengos deixados. Ciente de já ter mencionado, considero sempre relevante citar a gentileza como sempre, até hoje, sou tratado pelos atores da cultura popular. Ajustado o horário da visita, ação feita por telefone, sigo numa manhã de sábado do mês de julho para a residência de Marly Sarandão, filha de Solon e, à época, guardiã do acervo do pai. Chego e me apresento. Explico a importância de assegurar a perenidade do acervo e, simultaneamente, mostro a relevância de realizar uma doação do mesmo, pois, estando no museu, as peças de



Fotografia 30 - Acervo de Solon. 2017. Foto do autor

Solon estariam protegidas e, de fato, cumprindo o seu papel: chegar ao público visitante do museu, incluindo aí, a enorme quantidade de alunos de escolas públicas recebidas diariamente. Marly, a grande guardiã, fica reticente, num evidente sentimento de apego, apego este, no meu entender, compreensível.

Desfazer-se dos objetos de um ente querido é equivalente a despedir-se novamente. É enterrá-lo duas vezes.



Fotografia 31 - Peça inacabada. Muito possivelmente, uma Quitéria, personagem clássica do mamulengo. Foto do autor.

Quase de uma segunda despedida do pai. Percebi no sentimento de Marly a ideia de passagem de uma missão, a guarda agora, não ficava mais a seu cargo.



Fotografia 32 - Residência de Marly Sarandão, no dia da visita em julho de 2017. Foto do autor.

O cenário descrito acima é preocupante. Hoje, o acervo deste grande mestre está assegurado e se perpetuará. Contudo, se a família se recusasse a doar o acervo e sem uma lei que amparasse a continuidade do mesmo, o desfecho poderia ser desastroso com uma perda irreparável para a memória pernambucana e mundial. A Lei do Patrimônio Vivo existindo à época de Solon poderia ser uma alternativa, para que o referido mestre, ainda vivo, pudesse ter um auxílio financeiro que viabilizasse uma estrutura mais apropriada para a realização do seu ofício.

Como a LPV trabalha na perspectiva de louvar a memória viva, sobretudo, por entender que o repasse dessa memória precisa ser eficaz, a LPV, no caso de Solon, por ora, não tem efeito algum.

Talvez fosse o caso de pensar na ampliação do espectro de ação desta lei. Pensar numa forma de auxiliar as famílias herdeiras de um patrimônio e um legado precioso, como o de Solon, tornaria possível uma homenagem póstuma, tão louvável quanto às prestadas atualmente aos eleitos. Apesar da antiguidade e importância do mamulengo para a cultura brasileira, apenas muito recentemente a LPV elegeu um mestre desta manifestação artística. Trata-se do Mestre Zé Lopes.

Tive a honra de encontrá-lo no mesmo mês e ano do encontro da família de Solon. Ao contrário das outras vivências etnográficas, no caso de Zé Lopes, houve uma diferença: eu não tinha nenhum contato telefônico do mesmo e não sabia, ao certo, o seu endereço. Só sabia que a casa do mestre ficava em Glória do Goitá, distante cerca de 65 km da minha residência, em Olinda.

Ao sair de casa, tracei no pensamento um itinerário possível e segui em busca do meu personagem. Passado o tempo, chego ao centro de Glória e pergunto aos passantes, se os mesmos conhecem Zé Lopes. Seguindo a regra esperada, sou brindado com os informantes mais gentis e solícitos possíveis. Povo simples, mas portador de uma alma generosa, abundante de empatia, coisa raríssima hoje em dia. Entre esquerdas, direitas, perto de tal casa, de tal beco ou viela, entro numa rua, onde em seu final, vislumbro um campo de futebol. Campo de terra batida, palco onde meninos exercem a sua paixão e, talvez, o sonho de um dia virem a serem jogadores.

Observo a cena e, oportunamente, pergunto de forma aleatória, se algum deles conhece o mamulengueiro Zé Lopes. Não tenho uma resposta exata, o que para mim é preocupante por dispor de pouco tempo e por se tratar de um lugar relativamente longe da minha casa. No entanto, cristalizando a empatia característica do povo do interior, apontada por mim antes, uma senhora se aproxima e pergunta por quem eu procuro.

Ao repetir o mesmo texto dito aos pequenos jogadores, sou presenteado com a resposta esperada: “venha comigo, sou a esposa de Zé Lopes”, disse uma mulher de sorriso largo e acolhedor. Chegando a casa, sento, sou servido com água e café. A água mais fresca e o café mais delicioso, poucas vezes tomado. Passados uns cinco minutos, Zé Lopes chega ao terraço, que serve também, de ateliê.

Apresento-me, sobretudo, por ser além de pesquisador, diretor da instituição responsável por zelar pelos mamulengos e por sua tradição e manutenção. Ele me parabeniza e deseja sorte na gestão. Prontamente, agradeço. Explico-lhe o motivo da minha visita, e assim como os demais entrevistados, deixo-o livre para narrar a sua trajetória:

Eu nasci aqui mesmo em Glória do Goitá... E desde muito pequeno, acho que tinha uns dez anos de idade, eu comecei a ter contato com os mamulengos. Trabalhava com a minha mãe na feira e, ao mesmo tempo, olhava as apresentações dos mestres. Mestre Luiz da Serra sempre foi importante na minha vida. Minha família queria para mim, uma carreira de faculdade.



Fotografia 33 - Mestre Zé Lopes em seu ateliê. Ao fundo, vê-se minha mãe, Ana Borges. Julho de 2017.

Eu nunca quis! Desde criança eu já sonhava em ganhar o mundo com o mamulengo. E ganhei, não é? Já andei pelo Brasil e já fui para a Europa, levando a minha arte.

Participei, com minha alegria, da série *A pedra do reino*, onde fiz a grande parte dos animais articulados. Ou seja, sou feliz com a minha arte! Pois a pessoa pode ser mamulengueiro, apenas, ou ser bonequeiro, apenas.



Fotografia 34 - Zé Lopes manipulando a Chibana, personagem fantástico do espetáculo. Julho,

Eu sou, desde o começo, por volta dos meus doze anos, os dois. Sou bonequeiro, pois confecciono as minhas peças e sou mamulengueiro, pois enceno, em teatros ou em praças públicas, os personagens que cada boneco representa.



Fotografia 35 - Quitéria e Simão, personagens clássicos do mamulengo. Julho, 2017.

E lhe digo, foi muita dificuldade aprender tudo, sozinho. Entender de pintura, da madeira específica, das cores usadas, foi um desafio enorme. É preciso dar corpo e alma ao boneco. Precisa ter vida. Cada boneco tem um cheio diferente. Hoje, sei tanto que desejo repassar para outras pessoas. É uma alegria danada. Porém, esta alegria é hoje, pois já trabalhei em São Paulo, como metalúrgico e exerci outras funções, morando longe da minha terra. Voltando para o meu lugar de nascimento, encontrei o mamulengo esquecido. Zé De Vina, grande mestre¹¹⁷, descontente com a falta de apoio e querendo acabar com tudo, desistir.

¹¹⁷ Mantive o adjetivo em respeito e consideração ao conhecimento acumulado por Zé Lopes. Penso que o mesmo sabe reconhecer a pessoa que encarna um mestre mamulengueiro.



Fotografia 36 - Mestre Zé de Vina¹¹⁸.

Por volta de 1980, com inúmeras dificuldades, eu consegui, junto aos meus amigos, retomar o mamulengo. Batizei o mesmo de Mamulengo Teatro Riso. Neste período, a renda era pouca, não dava para pagar aos músicos e componentes da brincadeira. Tanto é que a maioria dos participantes era, e ainda são, agricultores. Fazemos mamulengo por amor!

Após ouvir esta narrativa, quase simultaneamente, me veio a imagem do artífice (Sennet, 2012), no que toca ao ponto do engajamento. Sem engajamento não se faz arte popular no Brasil. Ao longo de mais de dez anos de pesquisas, notadamente, junto ao Maracatu Leão Coroado¹¹⁹, testemunho a recorrência deste discurso. Diria um lamento justificável. É urgente uma política pública¹²⁰ que equalize as relações entre os fabricantes da cultura, caso dos atores das manifestações aqui apontadas, e as forças políticas propiciadoras de cenários adequados para que estes *aedos* modernos pernambucanos cumpram a sua tarefa.

¹¹⁸

Visitei Zé de Vina, no mesmo mês da visita a Zé Lopes. De forma geral, os discursos confluem, portanto, entendo não haver necessidade de transcrever literalmente a fala do primeiro.

¹¹⁹ Trabalhei por cerca de dois anos na Casa do Carnaval da Prefeitura do Recife. Tive contato com vários brincantes, das mais diversas manifestações. Todos relatavam as mesmas dificuldades apontadas por Mestre Afonso, do Leão Coroado e por Zé de Vina e Zé Lopes, mamulengueiros.

¹²⁰

Entendo que a LPV se configura numa tentativa louvável. Contudo, sempre há mais por fazer.

A ideia do trabalho por amor deve ser a tônica imanente a qualquer serviço, e por tabela, a qualquer trabalhador. Muito embora, este sentimento, de maneira geral, seja solicitado apenas aos brincantes populares¹²¹. Passado um tempo, a conversa já fluía como se fôssemos amigos antigos, onde não existem grandes reservas. Pergunto qual o sentimento e os impactos, ou possíveis impactos, ocasionados a partir da sua escolha como patrimônio vivo de Pernambuco. Zé Lopes¹²² respira e começa a falar:

No Brasil, as pessoas só homenageia quem morre. E depois que morre, não tem tanta importância, não é mesmo? Eu sempre tive de trabalhar muito para ter esta casa e sustentar a minha família. As apresentações não são constantes e nem há grande reconhecimento das pessoas, muitas vezes, o próprio público nem aplaude muito. E se o público não participa a apresentação não fica tão boa. Então ser escolhido como patrimônio vivo é uma alegria enorme.

Além do reconhecimento em vida, receber uma ajuda financeira é muito importante, pois assim, tenho mais tranquilidade para fazer as minhas peças e repassar o meu saber. Este é o meu maior objetivo: repassar o que eu sei! Isto não pode morrer comigo e nem o mamulengo pode acabar. Nunca! Então, posso dizer que os impactos são positivos, apesar de ter que continuar a trabalhar em espetáculos e na venda de peças, por encomenda ou então, aqui mesmo na lojinha.

Quase uniforme, os discursos dos personagens, hoje patrimônios vivos, ficam no pêndulo, onde de um lado repousa a satisfação e honra pela escolha e do outro, a necessidade de ressaltar que o valor pago proveniente da bolsa vitalícia recebida não é suficiente para manter os custos da vida daria. Contudo, resalto que o objetivo da lei não é propiciar uma assistência totalizante, que inclusive, prive o eleito como patrimônio vivo de continuar a trabalhar.

Parece-me que há uma confusão no entendimento dos eleitos a respeito deste ponto. Inclusive, é um critério fundamental, ter o eleito, condições físicas e mentais para assegurar um dos elementos fundamentais LPV, ou seja, o repasse do saber. Por meio da etnografia realizada, constatei ainda, uma tristeza dos mestres em não perceber nos mais jovens, um desejo de aprender certos ofícios.

121

Quando trabalhei na Casa do Carnaval, ouvi diversas vezes a reclamação de brincantes, com relação ao atraso no pagamento de apresentações. Situação impensável, quando se trata de artistas de renome nacional, por exemplo. Estarrece a ideia de que o artista popular deve se submeter a todo tipo de espera.

122

Zé Lopes foi eleito no décimo primeiro concurso da LPV. A titulação ocorreu em dezembro de 2016.

Panorama confirmador dos imponderáveis da vida e da regra e, notadamente, a certeza pálida de que nem todo o esforço da execução de uma lei é garantia de manutenção e perenidade de nenhuma manifestação, seja popular ou erudita. Igualmente identificável é o discurso dos mestres no tocante ao desejo de que outros pares sejam, também, eleitos. Dos encontros realizados, o nome de Zé de Vina ressoa várias vezes. Fico esperançoso que muito em breve o mesmo seja eleito e consiga ter assegurada uma condição melhor de trabalho e, sobretudo, tenha êxito em forjar novos mamulengueiros.

5 DO CASO PARTICULAR DO GUARDIÃO DO MARACATU LEÃO COROADO: CAMINHOS PERCORRIDOS DO FAZER TÉCNICO SECRETO AO FAZER PÚBLICO INSTITUCIONAL

Na mesma esteira da sessão anterior, prosseguiremos analisando as reacomodações constatadas no saber/fazer do atual guardião do Maracatu Leão, Mestre Afonso Aguiar. Para realizar tal tarefa, prioritariamente, trabalho etnográfico, - método clássico da antropologia - e no meu entendimento, o mais apropriado para realizar esta pesquisa.

As mudanças e permanências refletidas se referem, especificamente, ao período de quando o Leão é agraciado com o título de patrimônio vivo em 2002. Mesmo tendo esta data como recorte principal, não abriremos mão de fazer uso da história para situar no tempo e espaço a própria trajetória desta nação e apoiados em Durkheim e Ecléa Bosi principalmente, e nas leituras realizadas durante a disciplina Profissões e Sociedade¹²³ buscaremos expor o que caracteriza de fato uma profissão e se após a escolha do Leão Coroado como patrimônio vivo, os desdobramentos advindos da mesma, reconfiguraram o fazer de Mestre Afonso, atual guardião da Nação, ao ponto do mesmo ser chamado de um profissional da cultura popular pernambucana. A isto se presta este capítulo, basicamente.

A escolha do Maracatu Leão Coroado, como objeto empírico não foi de forma alguma uma opção gratuita, muito pelo contrário. O meu encontro com o atual guardião se deu em 2006, à época o objetivo do encontro era realizar uma única entrevista para conclusão de um PIBIC. No entanto ao encontrar com Afonso Aguiar, desde as primeiras palavras trocadas, percebi, mesmo de forma incipiente, que diante de mim estava uma pessoa detentora de um saber único, diferenciado. Eu não sabia que saber era este, mas ao mesmo tempo, depositava confiança e energia em tentar compreender a vida e os caminhos que levaram Afonso ao posto de guardião do Leão.

Tanto é verdade que a partir do primeiro encontro foi deflagrado em mim o desejo de permanecer junto ao Leão e ao seu líder. Venho ao longo de cerca de dez

¹²³ Participei de algumas sessões desta disciplina regida em 2014 por Silke Weber, no PPGS da UFPE.

anos, estudando, registrando e, sobretudo, aprofundando laços de amizade e confiança, elementos estes imprevisíveis e sem nenhuma garantia certa de estabelecimento. Nenhum encontro etnográfico garante laços profundos e duradouros de amizade e confiança. O meu encontro, por permissão dos Orixás¹²⁴ propiciou esta conquista. Porém, antes de me ater às práticas de Mestre Afonso, se faz importante situar historicamente o grupo liderado por ele, entender a sua trajetória ao longo do tempo.

O maracatu nação, parte da cultura pernambucana, tem a sua origem nas coroações de reis negros realizadas no período colonial brasileiro. Aos poucos, - em virtude de todos os grupos humanos serem processados constantemente na esteira da história -, o mesmo vai deixando de se apresentar exclusivamente nas festas religiosas e participando, mesmo de forma acanhada, dos festejos de Momo. Essa participação se intensifica a partir de 1888, quando com a abolição da escravidão, a figura do Rei do Congo, que até antes do período citado tinha a função de disciplinar os seus subordinados e de auxiliar a coroa portuguesa na tarefa de tornar menos tensa a convivência do negro africano na cidade.

A abolição da escravidão esvazia o poder da figura do Rei do Congo, visto que este carregava a lembrança da opressão e disciplina vinculadas ao sistema escravocrata. Deste modo, não existia a menor razão de continuar a exaltar este personagem. Acerca da passagem da figura do Rei do Congo para o que hoje denominamos de maracatu, Leonardo Dantas Silva assegura:

No início da segunda metade do século XIX, começa a ser registrada na imprensa do Recife, de forma esparsa, a presença do Rei do Congo nos festejos carnavalescos, conforme alusão do noticiário do Jornal do Recife de 12 de março de 1859 –“também não faltou o célebre bumba-meu-boi, o apreciável fandango e a cena do Rei do Congo”-; no ano seguinte, em sua edição de 25 de fevereiro, o mesmo jornal dá notícia do “batuque do Rei do Congo e do clássico bumba-meu-boi”.

Com a abolição da escravidão negra, em 1888, e a proclamação da República em 1889, a figura do Rei do Congo- Muchino Ria Congo- perdeu a sua razão de ser. Os cortejos dos reis negros já presentes no carnaval, por sua vez, passaram a ter como chefe temporal e espiritual os babalorixás dos terreiros do culto nagô e vieram a se fazer presentes no carnaval do Recife. Em sua nova forma, o antigo cortejo do Rei do Congo veio a ser chamado, pela imprensa de então, de maracatu. (Silva, 2000, p. 55, 56).

¹²⁴ Nunca me esquecerei do primeiro encontro com Mestre Afonso. Quando eu estava-me despedindo, o Guardião olhou para mim e disse: “um trabalho desse só vai pra frente se os Orixás permitirem!”. Faz mais de dez anos e esta frase ainda ecoa em minha mente.

A relação maracatu-nação / candomblé, apontada por Silva, é percebida até hoje, sendo inclusive, um dos critérios para um maracatu ser considerado tradicional, “não existe maracatu sem religião, o que fazem por aí é balela!”¹²⁵. Digo manutenção, ao invés de preservação, por entender, concordando com Durkheim (2010), que nada permanece inalterado no mundo, por estarmos em constantes transformações mediante o campo de forças que nos pressiona constantemente, pois como salienta Edgar Morin, o encontro com o outro gera tensão, e no caso do campo de inserção deste trabalho, a tensão é constante.

Desde o início, desde a sua constituição, o maracatu-nação sofre todo tipo de pressão, seja por via da sociedade que em determinados momentos foi extremamente preconceituosa¹²⁶, seja pelo confronto e disputa entre as próprias nações de maracatus em concursos, por exemplo, ou na relação entre os maracatus e o poder público institucional. Este último poder se configuraria num campo de forças político, sobretudo, como alerta Marilena Chauí, para quem cultura, é acima de tudo, um direito, sendo previsto, o direito de fruir das iniciativas políticas públicas federais, estaduais e municipais, constituindo com isso um direito inalienável do todo cidadão. (Chauí, 1999). Ressalto que “cultura” pode ser o resultado da soma de um campo de forças, viés mais antropológico da mesma e um viés mais do espaço do direito, caso da esfera mais política da cultura.

O Leão ao longo do tempo sempre lutou pela manutenção destes direitos salientados por Chauí, por ser, sobretudo, um grupo de resistência e de guarda de parte da memória de longa duração da comunidade africana, e consequentemente de todos os brasileiros. De acordo com Roberto Benjamin¹²⁷, em entrevista concedida a mim no ano de dois mil e sete, o Maracatu Leão Coroado:

Surge por volta de 1860, nas cercanias da região portuária do Recife. Não existe até hoje, um data certa e nem o local exato de uma possível sede, por exemplo. O que sabemos é que os integrantes eram todos

¹²⁵ Entrevista concedida em 14 de julho de 2015, por Mestre Afonso Aguiar, atual guardião e presidente do Maracatu Leão Coroado.

¹²⁶ Em vários encontros Mestre Afonso menciona ser vítima, eventual, de preconceito. Sobretudo, por parte dos vizinhos que ainda associam candomblé com práticas que pregam a fé no mal e defendem a matança de animais.

¹²⁷ Foi presidente da Comissão de Folclore do Recife, professor da UFRPE, servidor do Ministério Público. Falece em 2013.

escravos ou ex-escravos e utilizavam o maracatu para diversão e simultaneamente para louvar os orixás e os eguns, ou seja os ancestrais deixados em África por conta da escravização. O que nós podemos pontuar com certa exatidão é a fase do Leão já na Boa Vista, numa rua que fica por trás do Mercado da Boa Vista.



128

Fotografia 37 - Neste endereço o Leão ficou por muito tempo, sendo inclusive a época em que Luiz de França já está no comando da nação. A liderança de seu Luiz já era esperada, visto que o pai do mesmo fez parte do grupo fundador do maracatu.

Continuo a entrevista, agora, perguntando como se deu a passagem de Luiz para Afonso, e qual foi efetivamente a participação dele nessa passagem e na colaboração para aproximar Afonso do mundo do maracatu:

Bom, primeiro é preciso dizer que eu já acompanho o Leão Coroado de perto, tinha uma relação amistosa com Luiz de França, intermediei, por exemplo, o encontro dele com Katarina Real, quando esta veio ao Recife. Enfim, até pelo posto que ocupo é mais que esperado este tipo de atuação. E por desfrutar das preocupações de Mestre Luiz foi que, por meio do meu motorista particular, eu cheguei a Afonso Aguiar.

Veja como são as coisas! Meu motorista, um dia me viu preocupado e perguntou o que me inquietava. Falei a ele, muito rapidamente sobre a

¹²⁸ Dona Hercília Irineu da Silva. 92 anos. Mora desde 1972 no sobrado 105 da Rua Leão Coroado e assegura que foi nesse endereço que o Maracatu Leão Coroado teve sua sede.

Fonte: Luciano Borges. Recife, 2011.

situação do Leão, das dificuldades, incluindo aí o desejo de Luiz de França de acabar com tudo. Tocar fogo em tudo... Pois não queria que o Leão fosse para o museu, destino do seu contemporâneo, o maracatu Elefante. Eu, de fato, ficava muito preocupado, queria ajudar na continuidade do Leão Coroado. Foi quando, o meu motorista disse que conhecia um babalorixá, residente em Águas Compridas e que ele poderia ajudar na questão.

Isto era por volta de mil novecentos e noventa e seis. Seu Luiz não queria mais sair no carnaval, estava cansado, desgostoso e doente. Seguindo os conselhos do meu motorista, marquei uma conversa com Afonso e expliquei toda a situação ao mesmo. Afonso, lembro até hoje, ficou espantado com o inesperado do convite, visto que o mesmo nunca foi homem de carnaval. No entanto, quando eu apresentei Afonso a Luiz, foi incrível a afinidade estabelecida imediatamente. Parecia que ambos já se conheciam de longa data¹²⁹.

A narrativa acima espelha como se deu o encontro que ajudaria na perenidade e manutenção do Leão Coroado, único maracatu da história do Brasil que nunca teve as suas funções interrompidas. Neste ponto, a contribuição de Benjamin é inquestionável. Se o mesmo não tivesse a presença de espírito em ouvir o seu motorista, poderia ser que hoje, o Leão estivesse recolhido a um museu ou simplesmente tivesse virado poeira nas linhas da história. Mas a abnegação e indicação de Benjamin, apenas, não foram suficientes para convencer Luiz de França acerca do destino de sua nação. Ele gostou de Afonso, isto é defendido por Benjamin, porém, só o afeto e simpatia iniciais não foram garantia de que Mestre Luiz repassaria a liderança para uma pessoa que ele mesmo nem conhecia direito. Sobre este período inicial de conhecimento mútuo, eu perguntei ao próprio Mestre Afonso, como foram os encontros subsequentes à apresentação feita por Benjamin:

¹²⁹ Entrevista realizada em 2007.



Fotografia 38 - Mestre Afonso

Olhe meu rapaz, foi muito difícil o começo com seu Luiz. Até ele me chamar de Mano, levou um tempo razoável. No tempo que eu o conheci, ele já morava no Córrego do Cotó, num correr de quartos, numa situação muito difícil. Difícil em parte, acredito, pelo gênio complexo que seu Luiz tinha. Lembro de uma vez em que ele veio aqui em casa me procurar. Eu não estava no momento. Pois você acredita, mesmo minha esposa pedindo para ele entrar e esperar no terraço, o mesmo não aceitou de jeito nenhum. Ficou na calçada, no sol quente por mais de três horas, até eu chegar. Ele dizia que não se entra na casa de uma mulher casada sem a presença do marido. Seu Luiz era assim, implacável nas suas crenças e educação. E comigo não foi diferente. Os últimos meses de vida dele, ele passou aqui em casa, comigo e minha família. E isto tinha um propósito, imagino eu. Primeira coisa que fizemos quando ele se mudou foi conversar muito. Ficávamos até de madrugada falando das coisas dos orixás, do maracatu, da família. Arrependo-me até hoje, de nunca ter filmado ou gravado os encontros. Uma pena! Mas não foi só conversa! Ele participou de várias cerimônias encabeçadas por mim. Observava tudo, desde os cortes das aves para os sacrifícios, até os cantos, toadas, tudo. Fui testado até o fim. Não bastasse isso, ele ainda fazia consultas sempre aos orixás por meio dos búzios. Ele desejava saber se os orixás me aceitavam como novo sucessor.¹³⁰

Dentre estas cerimônias observadas por Luiz e citadas por mim, está uma das mais importantes que é a cerimônia em homenagem aos eguns, onde a calunga Dona Isabel recebe várias oferendas e tributos. É na posse e na passagem desse segredo, basicamente, que repousa a tarefa principal do guardião do Leão Coroado. Esta cerimônia em homenagem a Isabel é secreta, sendo interdita, obviamente, a

¹³⁰ Etnografia realizada em 2016.

qualquer pessoa que não seja de candomblé. É na louvação à calunga Isabel e na manutenção do segredo que reveste a mesma que surge a força para manter o grupo.

A preocupação de Afonso repousa exclusivamente na manutenção desta cerimônia, pois só ele sabe exatamente todos os passos, só ele detém o saber necessário para a realização desta homenagem à Dona Isabel. As outras atividades como apresentações em espaços públicos, escolas no Brasil e exterior são decorrentes do respeito, reverência e cuidado ao segredo passado por Mestre Luiz.

O lado festivo do maracatu ocupa espaço importante, não há dúvida. Mas para Mestre Afonso, o fundamental é cuidar da parte religiosa.



Fotografia 39 - Leão Coroado no pátio do Museu Regional de Olinda. Ao fundo, veem-se Mestre Afonso e o autor deste trabalho, ambos de branco. Novembro, 2013.

Acervo do autor.

A lealdade ao segredo passado por Luiz é total. Vidas como a de Afonso Aguiar reiteram o pensamento de Durkheim, quando este afirma:

“(...) o que faz a força da tradição é, sobretudo o caráter das pessoas que a transmitem e a inculcam, quero dizer, os anciãos. Eles são sua expressão viva; só eles foram testemunha do que os ancestrais faziam. É o único intermediário entre o presente e o passado. Por outro lado, eles desfrutam, junto às gerações que foram criadas diante dos seus olhos e sob sua direção, de um prestígio que nada pode substituir”. (Durkheim, 2010, p. 295).

Comungando com Durkheim no tocante à importância dispensada aos mais velhos dentro dos grupos da tradição, não há maracatu-nação sem guardião, sem um ancião, pois a experiência só é obtida com o tempo. Cinzelar a realidade não é tarefa realizada do dia para a noite.

Porém, lembramos que a tradição e seus atores, aqui não são entendidos em um sistema fechado, imóvel, um mundo à parte; muito pelo contrário, tanto os grupos como seus membros são constructos de uma sociabilidade como sistema aberto, dinâmico, ou seja, uma sociabilidade forjada numa ideia de identidade não cristalizada, com fronteiras borradas, marcas da contemporaneidade. A partir disso, a própria ideia de tradição simultaneamente se ressignifica:

A tradição é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de associação e articulação dos elementos. Esses arranjos em uma cultura nacional-popular não possuem uma posição fixa ou determinada, e certamente nenhum significado que possa ser arrastado, por assim dizer, no fluxo da tradição histórica, de forma inalterável. (Hall, 2008 p.243).

De forma condensada, sem, contudo, perder a profundidade de análise, o véu que é descortinado por meio da citação acima é vigoroso para entender que a identidade dos guardiões da tradição de hoje não é a mesma de antes, e não será a mesma de amanhã. Há efetivamente um fluxo contínuo no âmbito das políticas públicas que pressionam a mudança, e por consequência, as configurações da cadeia produtiva da cultura e do universo do trabalho do guardião do Leão Coroado, foco primacial desta análise.

Assim, elementos tradicionais e o próprio universo de trabalho do atual guardião do Leão são pensados aqui a partir das possíveis mudanças das suas relações de trabalho com o universo da cultura popular tradicional. Porém, o cenário de observação, alerta, são os ajustes promovidos pelo poder público estadual e a interferência desse poder na dinâmica interna do grupo quando da efetivação da Lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco. Entendemos que ao se submeter às pressões e compromissos firmados através do contrato assinado pelo grupo com o poder público,

o maracatu-nação em questão reconfigura as suas sociabilidades tidas como tradicionais e, portanto, mais resistentes às mudanças.

Assim, consideramos as políticas públicas como agentes catalisadores das novas relações no mundo do trabalho, visto que seguem uma tendência mundial de globalização e mercantilização do que se convencionou chamar de cultura popular ou como postula Marilena Chauí (2006), cultura do povo.

A globalização e o próprio desenrolar do processo histórico trouxeram mudanças em todas as esferas da vida em sociedade, (Domingues, 2005) e reconfiguraram, por assim dizer, as relações humanas nos mais diferentes aspectos, sendo o mundo do trabalho, um dos mais interessantes a serem pensados. O tempo onde demarcações profissionais absolutas existiam, nos parece anacrônico:

...the principal difference between the situation in ancient and medieval times was that in the latter the teachers, administrators, lawyers and physicians had received prolonged formal training and constituted a class apart; and it is this characteristic, the possession of an intellectual technique acquired by special training, which can be applied to some sphere of everyday life, that forms the distinguishing mark of a profession¹³¹. (Shills, 1972, pág. 476)

A passagem acima nos leva a entender a demarcação apontada por mim. Além de demarcação de posição e lugar, a formação profissional, notadamente desde a instauração das universidades dividiu a forma de produção e de ensino do conhecimento. Por exemplo, a formação acadêmica tem como marca a divisão em disciplinas do conhecimento total, algo que no conhecimento tradicional não existe. Há também, na pedagogia acadêmica o controle institucional, parâmetros de averiguação de resultados, provas, a ideia de reprovação e de domínio de uma competência específica. Porém, ainda existindo nos moldes acima apresentados, a ideia de conhecimento forjado na academia tem se relativizado ao longo do tempo, sendo o próprio advento da EAD uma realidade impensada para os educadores mais tradicionais.

¹³¹a principal diferença entre a situação nos tempos antigos e medievais foi que, nos últimos, os professores, administradores, advogados e médicos receberam treinamento formal prolongado e constituíram uma classe à parte; e é essa característica, a posse de uma técnica intelectual adquirida por treinamento especial, que pode ser aplicado a alguma esfera da vida cotidiana, que constitui a marca distintiva de uma profissão. (tradução feita pelo autor).

A sala de aula não existe mais única e exclusivamente em função de um espaço físico, semelhante à ideia de patrimônio, que como vimos se flexibilizou, sobremaneira, a ideia de sala de aula e de formação educacional, também. Hoje a EAD está presente em todo o Brasil e no mundo, num caminho fértil e dificilmente sem volta.

O acesso às informações quase que simultaneamente ao seu acontecimento, sobretudo através do advento da *internet*, a substituição do trabalho manufaturado pelo mecanizado, os avanços nas diversas áreas da medicina, isso apenas para citar alguns exemplos, reconfigurou o universo do trabalho e das relações na contemporaneidade. “Morfologia que deve ser compreendida a partir do novo caráter multifacetado do trabalho” (Antunes, 2003).

Profissões vivem em riscos de extinção outras são urdidas para atender as demandas sociais. Sendo assim, a reconfiguração é imanente ao mundo do trabalho, há uma mobilidade interna, - sobretudo resultado das pressões do sistema capitalista atual-, na tentativa de manter-se útil e relevante.

O filósofo Edgar Morin afirma:

No começo do século XX, o poder industrial estendeu-se por todo o globo terrestre. A segunda industrialização, que passa a ser a industrialização do espírito, e a segunda colonização que passa dizer respeito à alma progridem no decorrer do século XX. Através delas, opera-se esse progresso ininterrupto da técnica, não mais unicamente votado à organização exterior, mas penetrando no domínio interior do homem e aí derramando mercadorias culturais.

É no amanhã da Segunda Guerra Mundial que a sociologia detecta e reconhece a terceira cultura e a denomina: cultura de massa, isto é produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial; propaganda pelas técnicas de difusão maciça, destinando-se a uma massa social, isto é, um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classe, família, etc.). As invenções técnicas foram necessárias para a cultura industrial se tornasse possível. (Morin, 2009, p. 13, 14, 22).

Dessa forma, o mundo do trabalho do líder do maracatus-nação aqui é pautado na *práxis* da cultura explicitada pela citação acima, ou seja, a tradição em cultura popular corre efetivo risco de tornar-se cultura de massa, o que, aliás, não é raro de presenciar, ou seja, pensar cultura popular como sinônimo de cultura de massa. Entendemos que a Lei de Registro do Patrimônio Vivo pode inclusive tentar frear essa

possível massificação da cultura tradicional, pois no bojo da lei é previsto a manutenção da tradição, sendo inclusive esse um critério para o grupo ser escolhido como patrimônio imaterial.

Ressalto que mesmo tradicional, as mudanças ocorridas no mundo globalizado chegaram ao Leão Coroado. Chegaram àquele grupo surgido numa vila de escravos, e que depois de várias mudanças de endereços e lideranças, hoje, sob o comando de Afonso Aguiar, seu atual guardião, corroborando a máxima de Durkheim:

“(...) Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas. Estamos longe do tempo em que a filosofia era ciência única; ela fragmentou-se numa multidão de disciplinas especiais. (Durkheim, 2010, p. 02).”

De forma similar à filosofia, que segundo Durkheim fragmentou-se se desdobrando nos vários campos de conhecimentos verificados hoje, o fazer dos atores da cultura popular tradicional pernambucana também teve de se reconfigurar para atender as demandas do mundo atual. Até onde se muda, até onde se resiste, no caso do Leão, cabe a Mestre Afonso a tarefa de decidir.

Saliento que as bibliografias consultadas para a construção de todos os textos acerca do Leão Coroado, a exemplo de Katarina Real (1990), Leonardo Dantas Silva (2000) e César Guerra-Peixe (1980), apesar de tratarem especificamente do maracatu-nação, em nenhum momento mencionam a figura do guardião. A impressão que se tem ao ler as referidas obras e constatar essa lacuna é que o maracatu-nação chegou aos nossos dias por obra do acaso e não pelo trabalho incessante dos escolhidos¹³², que na maioria das vezes não desfrutam de um mínimo reconhecimento da sua trajetória, apesar da inteira dedicação dispensada ao brinquedo¹³³. Como se apenas o coletivo empurrasse os indivíduos, quando se sabe, que um retroalimenta o outro incessantemente:

¹³² Refiro-me ao guardião como escolhido, pois de fato, são os orixás do candomblé que escolhem as lideranças dos maracatus – nação. A consulta aos orixás é realizada por meio do jogo de búzios, um dos mais importantes componentes do saber/fazer de todo babalorixá (sacerdote) e yalorixá (sacerdotisa) do candomblé.

¹³³

Denominação dada pelos integrantes das inúmeras manifestações da tradição da cultura popular de Pernambuco. Saliento que a brincadeira aqui é levada muito a sério, pois a ligação com a religião africana impõe severas restrições ao brincar, geralmente entendido como terreno livre de regras.

“(...) a sociedade vive para o indivíduo, o qual vive para a sociedade; a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie, que vive para o indivíduo e a sociedade. Cada um desses termos é ao mesmo tempo meio e fim; é a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre os indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade”. (Morin, 2002, p. 54)

Por isso, a relevância de refletir sobre um estudo que tenha a figura do guardião como enfoque, a identidade do indivíduo que lidera a agremiação. No caso deste trabalho, Mestre Afonso, do Leão Coroado, que na atualidade é o porta-voz de tradições centenárias, e que ultrapassam com sua vida e saberes/fazeres, o maracatu-nação, além das questões puramente lúdicas e ligadas ao espetáculo. A reflexão ora feita defende que o guardião tem um papel fundamental na manutenção do segredo, pois, “todas as relações das pessoas repousam sobre a pré-condição de que elas saibam alguma coisa uma sobre a outra” (Simmel, 1999, p.01), nesse caso, o guardião aqui elencado, sabe muito acerca da manifestação da tradição que integra, por isso é o guardião, por isso é a liderança.

Desde que me depararei com o repertório individual do guardião do Leão Coroado, foco de estudos anteriores, fui vislumbrando a chance de entender o repertório de caráter mais amplo acumulado por Mestre Afonso e simultaneamente buscando entender como o imbricamento do saber íntimo e particular dialoga com a prática mais propalada do trabalho.

As profissões surgem, sobretudo da necessidade de mercado, das dinâmicas dos processos de complexificação da sociedade, como alerta Durkheim, muito provavelmente as dinâmicas dos fluxos políticos culturais afetam o trabalho exercido pelo guardião ou guardiã da tradição da cultura popular. Especialmente a partir da entrada efetiva do poder público por meio da Lei do Patrimônio Vivo, que possibilitou mudanças nas estruturas que lastreiam os saberes/fazeres centenários da liderança aqui apontada.

Podemos vislumbrar, nos interstícios que a lei citada cria no contexto desse indivíduo, a chance de um novo profissional ser forjado. Se por meio da formalização da lei e da sua aplicabilidade, notadamente no que concerne ao recebimento de uma bolsa, uma remuneração financeira para realizar todas as atividades dentro do maracatu-nação, ou seja, com a criação dessa obrigação de trabalhar de forma mais sistemática, com horários mais rígidos, inclusive, uma possível nova identidade

profissional é criada, ressignificada. Poderíamos dizer que na contemporaneidade, **há uma profissionalização da tradição em cultura popular**. Visto que,

A construção de uma identidade de ofício pressupõe uma forma de transação subjetiva que permita a autoconfirmação regular de sua evolução, concebida como domínio progressivo de uma especialidade sempre mais ou menos vivida como arte. Mas também supõe confirmações subjetivas por uma comunidade profissional dotada de seus próprios instrumentos de legitimidade. (Dubar, 2005, p. 279,280).

A citação acima reflete de forma contundente os dados empíricos obtidos até o presente momento. Todo o repertório de conhecimento e técnicas guardados pela liderança do maracatu selecionado vive a sua trajetória nesse percurso: possui um domínio de uma competência altamente específica, apreendidas sobretudo por meio da oralidade, quase como uma arte, como salienta Dubar, mas que na atualidade é referendado e legitimado pelo poder público de Pernambuco, por meio da lei do Patrimônio Vivo.

Henry Maine, em seu *Ancient Law*, (Lei Antiga), sustentava a ideia de que a sociedade antiga se baseava nas relações de *status*, em direitos e posições adquiridas exclusivamente de forma herdada. Ainda de acordo com Maine, a sociedade moderna teria as relações pautadas no contrato, reflexo das complexidades do mundo moderno. Para Maine, o diferencial *status*/contrato, indicava uma sociedade como simples, ancorada na primeira definição e uma sociedade complexa, ancorada na segunda definição. (Kuper, 2008).

No entanto, constato no Leão Coroado, deslocamentos e modificações nas estruturas internas do grupo, percurso realizado pelo mesmo para adaptar-se às demandas da contemporaneidade, contudo, algo do *status*, do que é herdado permanece, o aspecto tradicional da manifestação é vivenciado simultaneamente com as novas agendas que são apresentadas por conta das obrigações geradas pela lei do Patrimônio Vivo. Entendemos que para estabelecer as fronteiras e discernir onde começa o que é *status* e o que é contrato, é necessário o delineamento de um guardião que se adapte às mudanças impostas pelo cenário atual da produção cultural pernambucana.

Assim, por meio da compreensão das práticas do líder do Leão Coroado, pretendemos descortinar, ao menos em parte, as relações do trabalho contratual das

atuais políticas públicas de cultura do governo de Pernambuco, sobretudo, procurando compreender de que forma essas relações são formadas e reafirmadas, focando ainda o entendimento das mudanças sociais ocorridas no grupo após receber o título de patrimônio vivo pernambucano.

Mesmo não tendo como referencial empírico o Leão Coroado, a obra *Memória e Sociedade - lembrança de velhos*, de Ecléa Bosi, hoje se configura em instrumento para a reflexão conceitual, pois enfatiza o chamamento para o *status* que a memória dos mais velhos tem: a função de trabalho. Esse é um grande ponto de virada, ao perceber nas pessoas velhas, um legítimo cadinho de lembranças significativas, que em alguns casos, podem reconstruir fatos históricos:

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de visita, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista.

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. Recolhi aquela evocação em disciplina, que chamei de memória-trabalho. (Bosi, 1994, p.37).

Bosi realiza a sua narrativa, sem preocupar-se com as críticas excessivas de alguns historiadores que acusam a história oral, a sociologia hermenêutica, etc., e seus métodos baseados no testemunho dos atores da pesquisa de serem pouco confiáveis, por serem variáveis dificilmente quantificáveis e portanto, frágeis e suscetíveis a manipulação do pesquisador. No entanto, as versões históricas, sobretudo a oficial e celebrativa são também uma variante, uma face da moeda (Bosi, 1994). Bosi não nega a importância dos dados documentais, mas chama a atenção para a necessidade de não sacralizá-los como únicas fontes de pesquisa científica, pensamento que encontra apoio em Thompson (1992), Lévi-Strauss (1989), Geertz (2000), por exemplo.

A tese de Bosi (1990), de que os mais velhos realizam o seu ofício por meio das lembranças, possibilitou que vários repertórios de vida chegassem ao conhecimento do mundo acadêmico, ou seja, por meio do apoio criado com a obra de Bosi, argumentando que a história de vida dos mais velhos é preciosa, e constitui

notável recurso para a reflexão. Nessa perspectiva, o trabalho ora feito ganha fôlego novo, se reatualiza.

A partir do exposto, salientamos que os mais velhos são grandes depositários de sabedoria, dignos de estudos e reflexões científicas, afinal, todo assunto é digno de ser objeto da ciência, como já afirmava Franz Boas (2007), cabendo ao pesquisador, trazer à tona novas problematizações para assuntos antigos.

Coadunando com Boas, destaco que o objeto empírico desta tese já foi bastante trabalhado pela antropologia, muito embora o foco dado por mim ao estudar as relações sociais imbricadas entre o maracatu-nação e as políticas públicas de cultura desenvolvidas em Pernambuco na contemporaneidade, seja ainda pouco analisado, notadamente a LPV. No bojo da LPV são previstos os fomentos, editais e os incentivos, possíveis deflagradores de um provável panorama para que uma indústria cultural se estabeleça e dê vazão a um cenário de desalento defendido por Adorno e Horkheimer (1985) onde a *performance* e o detalhe técnico tenham predomínio sobre a obra. Contudo, mesmo a LPV, em alguma medida, enfatizando a importância do espetáculo e dos possíveis rendimentos advindos deste, a mesma lei simultaneamente propicia a existência de um freio na reprodução em massa, característica da indústria cultural.

Na perspectiva da indústria cultural, a forma, o espetáculo em si é o mais importante, por configurar-se em material de consumo imediato. Talvez aí resida a importância majoritária do trabalho de Afonso e da lei do patrimônio vivo: travar na medida do possível, a massificação da cultura da tradição, possibilitando com isso que o cenário descrito por Adorno e Horkheimer não se estabeleça de forma definitiva na agremiação aqui citada.

Executado, notadamente pela memória, quase à exaustão, o trabalho de Mestre Afonso é guardado e atualizado na feitura do mesmo, no cotidiano, a cada fala dita, em cada encontro que realiza com as mais diversas pessoas que o procuram, em cada ensinamento lentamente dividido entre os membros mais jovens do maracatu que lidera. Uma das grandes especificidades do trabalho de um guardião ou guardiã repousa em sua capacidade de narrar. Narrar não apenas o trajeto do maracatu-nação que integra, mas a de si próprio, a vida dos guardiões e dos

maracatus-nação nesse sentido são uma amálgama. Trajetos antropológicos como os de Afonso corroboram a visão de Walter Benjamin:

A natureza da verdadeira narrativa tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade seja numa dimensão moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. (Benjamin, 1996, p.200).

Talvez isso explique um crescimento constante de contadores de histórias, de fábulas, de épicos.¹³⁴ Até por que: “A narrativa é uma das artes mais complexas que o homem concebeu, se o homem no futuro expulsar a narrativa, ele expulsa a sua própria vida de um centro vital”. (Piñon, 1997,)¹³⁵. Narrar e transmitir (função agregada a partir da assinatura do contrato com o poder público) são fundamentais na composição do trabalho das lideranças dos grupos. A afirmação acima encontra eco num trecho da Lei do Patrimônio Vivo, pois de acordo com o capítulo IV da Lei do Patrimônio Vivo, intitulado Dos deveres decorrentes da inscrição no RPV-PE e do cancelamento da inscrição no Art. 5:

serão deveres dos inscritos no RPV-PE, observando o disposto no art. 2 desta lei: I – participar de programas de ensino e de aprendizagem dos seus conhecimentos e técnicas organizados pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, cujas despesas serão custeadas pelo Estado e nos quais serão transmitidos aos alunos ou aos aprendizes os conhecimentos e as técnicas das quais forem detentores os inscritos no RPV-PE. (*Continente Documento*, 2006, p.69).

Evidencia-se assim, com a exposição do trecho da lei, a obrigação de transmitir o repertório de saberes/fazeres que os contemplados pela iniciativa governamental estadual detenham. Para (Bourdieu, 2007), o título profissional é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito, inalienável.

O reconhecimento oficial, sobretudo no que tange ao recebimento de uma bolsa vitalícia, amplia as obrigações de cunho mais religioso, ou para corroborar o pensamento de Maine, mais ligadas ao *Status* e simultaneamente legitima o título

¹³⁴ Na Bienal do livro, realizada em Pernambuco em setembro de 2011, por exemplo, constatamos a presença de vários contadores de histórias, a maioria muito jovens, inclusive.

¹³⁵ Programa Roda Viva, 1997.

profissional de patrimônios vivos, ou seja, a cultura legítima impõe-se sem ser praticamente questionada, como salienta Bourdieu em sua definição de cultura legítima e cultura marginal. Claude Dubar (1995) defende que as profissões assumem particular relevância nas lógicas de reconhecimento.

Relevante ainda é notar a importância do trabalho e da divisão do mesmo, reflexo da luta pela vida (Durkheim, 2010) e do ofício do guardião da tradição e do segredo do Leão circunscritas ao universo do reconhecimento da lei do Patrimônio Vivo. As reconfigurações e modificações foram evidenciadas na etnografia realizada com Mestre Afonso em novembro de dois mil e dezesseis. Sobre este momento específico da trajetória do maracatu, ou seja, o momento da escolha do Leão Coroado como patrimônio vivo de Pernambuco, realizei uma etnografia¹³⁶ específica sobre o assunto, ocasião em que Mestre Afonso afirma:

¹³⁶ Gostaria de destacar que mesmo tendo realizado outros encontros na casa do atual guardião do Leão, nunca deixo de me emocionar com a gentileza com que sou tratado, sempre. Não só pelo próprio Mestre Afonso, mas por todos da nação, especialmente por Dona Janete, esposa de Afonso. Sou tratado como membro da família, tanto que quando demoro a visitar a sede, sou cobrado por todos. Nunca tive nenhum tipo de entrave, por parte de ninguém do Leão para levar adiante a pesquisa.



Fotografia 40 - Mestre Afonso, hoje para mim, um grande amigo. Olinda, novembro de 2016. Foto: Tiago Fernandes.

Veja bem, nós não precisamos nos inscrever em concurso algum. Em 2002, quando a lei foi publicada, fomos agraciados. Mas só recebemos a primeira bolsa, mesmo retroativamente, em 2005. Eu não sei se você entrevistou outros patrimônios vivos¹³⁷, mas no caso do Leão, a bolsa em si, sozinha, ajuda muito pouco. Você mesmo é testemunha do gasto que é fazer tudo aqui... até meu carro eu já tive de vender para pagar as contas do maracatu. Outra coisa, como você mesmo já ouviu outras vezes, eu não permito cobrar nada de nenhum participante. Tudo é gratuito. Sem contar o gasto com figurinos. Já comprei tecidos numa feira africana em Paris! Tecido de rei e rainha, mesmo!

¹³⁷ Neste momento falo dos mamulengueiros e oleiros.



Fotografia 41 - Tecido utilizado na confecção da indumentária da realeza do Leão.

Acervo pessoal. Olinda, 2013. Noite dos Tambores Silenciosos.

A bolsa não paga nem este tecido, imagina as outras despesas com transporte, alimentação, costura, manutenção permanente de instrumentos musicais, enfim, a missão é árdua. Pesada. Então, perceba que a bolsa não cobre as despesas do grupo, nem muito menos as minhas pessoais. Ajuda, eu não posso negar, mas tem um limite grande.

A minha maior alegria mesmo é ser o líder de um grupo que é patrimônio vivo, de ter tido a felicidade de ver isso ainda em vida. Como eu gostaria que seu Luiz tivesse tido esta mesma alegria. Enfim, para mim o mais importante é o reconhecimento em vida. Depois de morto é fundamental homenagens, mas em vida é muito mais emocionante. Você me pergunta ainda sobre as modificações aqui no grupo depois de sermos patrimônios vivos, não é isso? Pois bem, o que mudou, ou melhor, estreitou, foi a proximidade com o poder público, sobretudo com a Fundarpe. Hoje temos mais contatos que antes, inclusive com a morte de Roberto Benjamin, precisei do apoio da Fundarpe e do Conselho de Cultura para continuar na luta de levar o Leão. O que eu gostaria mesmo não é de ter mais dinheiro, de receber mais do governo. Gostaria que fosse feito o que é previsto na lei do Patrimônio Vivo, ou seja, que o governo assumisse o seu papel em possibilitar espaço de atuação para a gente. Proporcionar ambientes para oficinas, nos levar para escolas, como você mesmo fez nos levando ao Museu Regional.

Outra coisa que não muda é a questão do pagamento. Mesmo sendo patrimônios vivos, não recebemos igual, aliás, nem de perto o valor de um cachê nosso se aproxima de uma atração nacional. E a atração nacional só vem para cá com o pagamento já feito antes. Nós não!

Primeiro nos apresentamos e depois, por vezes, meses depois, recebemos. É muito desrespeito. Nessas horas penso se o título de patrimônio vivo, de fato, tem importância. Mas sei que tem! É um desabafo. Você me conhece!

Mas ainda respondendo diretamente a sua pergunta, diria ainda que as modificações são mais de adaptações ao que se pede para um espetáculo, por exemplo, e o que a religião permite fazer, gravar, documentar pela televisão, etc. Neste caso, a mudança foi grande e impactou muito a minha rotina diária. Mas ainda não vejo como um profissional da cultura, eu seria um zelador do que seu Luiz deixou. Só isso, um zelador.

Finalizo a entrevista agradecendo toda a atenção dispensada a mim e dou por cessada a etnografia. Neste momento, recebo café, água, bolo e abraços da família e me despeço de todos sem deixar de ouvir um volte logo, não suma! Solto um sorriso sinalizando que jamais sumirei.

Para além da gentileza recorrente, pontuo que o relato de Afonso carrega certo tom de decepção no tocante ao atual estado em que o Leão se encontra. Pois, o esperado por parte do guardião era que ao tornar-se patrimônio vivo, o maracatu tivesse uma atenção maior, sobretudo, no tocante à estrutura e a manutenção da própria manifestação. As modificações constatadas por mim ao acompanhar a rotina de Mestre Afonso sinalizam que as mesmas sofreram alterações significativas, especialmente em se tratando da sua agenda pública.

Percebo que hoje há uma procura maior de estudantes, por exemplo, objetivando realizar pesquisa sobre as origens do Leão, sobre a calunga, sobre a música e uma infinidade de assuntos. E Afonso não se nega a atender ninguém que o procure, chegando a trabalhar, por vezes, dez horas seguidas. Este tipo de demanda era menor antes da eleição como patrimônio vivo. E como a lei preconiza que o repasse do conhecimento exista, recusar um atendimento seria voltar-se contra a própria LPV.

Outra demanda refere-se à relação do Leão com o poder público estadual, este o responsável pelo pagamento da bolsa¹³⁸ vitalícia. Mestre Afonso não menciona de forma explícita, mas por diversas vezes, eu consegui ler nas entrelinhas que a negativa a um convite do governo de Pernambuco, por exemplo, é algo a ser evitado.

¹³⁸ Atualmente o valor da bolsa é de R\$ 3.600,00.

No artigo cinco do Capítulo IV da LPV consta esta obrigação a ser realizada pelos eleitos:

II – ceder ao Estado, para fins não lucrativos de natureza educacional e cultural, em especial para suas documentação e divulgação e sem exclusividade em relação a outros eventuais cessionários que o inscrito houver por bem constituir, os direitos patrimoniais de autor sobre os conhecimentos e as técnicas que detiver¹³⁹.

Ou seja, ao ceder os direitos, mesmo sem fins lucrativos, cria-se um vínculo com o poder público, muito mais delicado do que uma relação formal de trabalho, por exemplo. Os patrimônios vivos não são empregados do governo estadual pernambucano, isto nunca foi mencionado a mim. Muito embora o fato de exercer um trabalho, um ofício, em parte financiado pelo governo pernambucano, possa gerar esta ideia de uma relação trabalhista formalizada. Inclusive, alguns eleitos consideram a bolsa como uma espécie de pensão, realidade constatada por Maria Acserald (2009) em seu *Patrimônio Vivo- o impacto de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais*.

Ainda tendo a fala de Mestre Afonso como fio condutor, penso que a mesma guarda uma série de provocações. Ótimas para revolver o espírito. Apesar de o meu foco principal repousar sobre as possíveis modificações ocorridas no Leão após a nomeação como patrimônio vivo, o guardião, ou zelador, como ele mesmo gosta de se intitular, não se exime de abordar outros assuntos, muitas vezes não dirigidos exatamente ao que foi indagado, mesmo que essa atitude não comprometa em nada a importância da sua fala.

Como já mencionei, uma das maiores influências para pensar o trabalho do guardião foi a obra de Ecléa Bosi (2006), quando esta nomeia o ato de recordar, de ativar as lembranças, de memória-trabalho. Porém no contexto específico do guardião do Leão, ele vai além de lembrar e narrar, foco principal da análise de Bosi.

As lembranças ativadas, por exemplo, quando Afonso recorda os ensinamentos de Luiz, possuem um tom mais intimista, pois de fato, notadamente o segredo guardado, só diz respeito aos dois e aos enredos místicos do grupo. Mas

¹³⁹<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Kfcyky1wVZ8J:www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/LEI-N.-12.196-DE-02-DE-MAIO-DE-2002-Lei-do-Patrimonio-Vivo.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

quando o trabalho de Mestre Afonso extrapola os limites mais caseiros do saber acumulado, a definição de Bosi, defendo eu, não consegue acompanhar. Nada mais esperado, visto que os conceitos são retroalimentados no tempo e em seus contextos. Destaco aqui a total falta de intenção de criticar, longe disso.

A ideia de destacar a aparente limitação é justamente para exaltar a escolha e os caminhos da referida pensadora. Bosi, ao realizar o seu trabalho falou a partir de um tempo histórico, empírico e geográfico diferente dos meus. A este respeito, sobre a possibilidade de se configurar um novo profissional da cultura tradição, por meio da patrimonialização de grupos e pessoas, caso do Leão, entrevistei em dois mil e quinze, por telefone, o membro do Conselho Estadual de Cultura, Leonardo Dantas Silva¹⁴⁰:

Olá Luciano, boa tarde. Eu confesso nunca ter pensado sobre o assunto, visto que o nosso papel aqui no Conselho de Cultura é escolher os eleitos, cabendo à Fundarpe os acompanhamentos dos eleitos, seus desdobramentos, adaptações e possíveis modificações internas. Deste modo, por fugir ao meu papel, eu nunca me ative a este tipo de reflexão. Apesar de saber que existem modificações nos grupos.



Fotografia 42 - Leonardo Dantas, atualmente ocupa uma cadeira no Conselho de Cultura.

¹⁴⁰ Menciono mais uma vez que tentei diversas vezes um encontro presencial. Nunca tive êxito. A conversa foi frutífera, mesmo tendo a frieza do telefone como elemento presente. Ao ligar, me apresentei e falei sem rodeios o que desejava, ou seja, se ele, Leonardo Dantas, pensava que haveria uma alteração profissional por conta das práticas exigidas pela LPV.

Mesmo não afirmando diretamente ao que eu perguntei, na fala de Dantas evidencia-se uma certeza, a certeza de que há modificações internas no grupo que é escolhido como patrimônio vivo. E no caso do Leão Coroado, maracatu que etnografo há mais de dez anos, e, portanto, me vejo como detentor “de um vínculo de amizade e confiança com o meu recordador” (Bosi, 2006, pág. 37). A confiança gerada ao longo dos anos forjou essa teia de amizade e cumplicidade. Em razão disso, apoiado nos relatos colhidos, no cenário observado e etnografado, eu diria que Mestre Afonso hoje se revela como um mantenedor da cultura popular tradicional. Ele não pode ser intitulado de profissional, ainda, pois não existe universidade para foram guardiões da tradição, a pedagogia de Afonso é a pedagogia da vida, do cotidiano. Ele, no meu entendimento, não é apenas um zelador.

O zelar passa uma ideia de imobilidade, como se ao zelar pelo segredo deixado por Luiz, o próprio Afonso, hoje o atual guardião, não pudesse atualizar-se para conseguir a perenidade de si do grupo que encabeça. A ideia de mantenedor estaria mais atrelada a uma percepção de pessoa que é tradicional, portanto vigilante com as mudanças, no entanto, sem ser refratário às mesmas. Neste sentido, mantenedor seria no meu entendimento:

O indivíduo que mesmo sendo líder de um grupo da cultura popular tradicional, não se priva de dialogar com as mais novas tecnologias do mundo globalizado atual e nem fecha o diálogo para as transformações da vida cotidiana em sociedade. Contudo, este mesmo indivíduo, ao ocupar o posto de mantenedor, é o responsável direto e solitário de decidir até onde pode ou não atender aos clamores de mudanças, adaptações, reorganizações internas do grupo, em consonância direta com a herança recebida do antecessor e, ao mesmo tempo, sendo capaz de impingir a sua própria marca de trabalho ao grupo por ora liderado. Ser mantenedor é viver numa constante reflexão e tomada de decisões na tentativa de conseguir que o maracatu nação avance sem a perda do fio primordial que liga o presente ao passado¹⁴¹.

Assim, entendo que chego próximo de definir, por ora, a atual função exercida pelo guardião do Leão que aliando a práxis diária a uma agenda nova, vem conseguindo segurar o fio da memória tecida ao longo dos mais de cem anos de existência do Maracatu Nação Leão Coroado.

¹⁴¹ Definição inicial da categoria mantenedor da cultura popular tradicional. Categoria antropológica ainda inédita.

6 CONCLUSÕES

Pensando em perspectiva e levando-se em consideração os fatos mencionados e tendo como foco de análise as práticas do guardião da tradição do Maracatu Leão Coroado, constatei por meio do trabalho etnográfico que Mestre Afonso se configura, hoje, não apenas como um guardião do segredo, conclusão tida no processo de trabalho do mestrado. Como salienta Bosi (2006), recordar não é só lembrar, ao recordar se trabalha. Afonso realiza o seu trabalho, prioritariamente, por meio do conhecimento acumulado ao longo da vida escrita nos fios da memória e nutrido pela oralidade.

Porém, ao se pensar o trabalho do guardião numa seara mais ampla e remetendo o seu saber/fazer ao mundo contemporâneo e, portanto, um mundo político, de disputas de espaços de poder, de lugares de busca de legitimidade discursos, somos obrigados a situar este guardião tradicional não encastelado num mundo idílico e folclórico imóvel, abordagem muito recorrente no passado. Ao conviver com Afonso percebi no mesmo um cidadão do mundo, com inteligência para atuar nas esferas mais amplas da vida em sociedade. Capaz de discutir sobre várias demandas, desde as espirituais até sobre as eleições para presidente da república, economia, crise moral e ética, enfim, Mestre Afonso é um homem especial, pois, indiscutivelmente é detentor de uma sabedoria singular e de uma missão especial, muito embora, tudo isto não tire dele nenhuma parcela da vida e do exercício da sua cidadania.

Assim como a vida de Afonso hoje é atualizada diariamente, como qualquer outra, a vivência obtida junto aos mamulengueiros e oleiros, muito menor em tempo que a vivência tida junto ao guardião do Leão, não inviabilizou um encontro etnográfico denso e simultaneamente interessante antropologicamente. Pois, por meio do encontro com os atores destas manifestações da cultura popular pernambucana, constatei semelhanças e diferenças nos fazeres destes com o fazer de Mestre Afonso. Por exemplo, há um sincronismo no discurso de todos os patrimônios vivos escutados, sem exceção, todos se sentem honrados com a homenagem recebida em vida. Isto é um ponto pacífico nas oitivas. Outro ponto, igualmente recorrente, repousa na ajuda que a bolsa proporciona no tocante à

manutenção da ordem financeira diária, muito embora todos, também, acusem de o valor percebido ser insuficiente para dar conta de todas as obrigações referentes a remédios, alimentação e, notadamente, na compra de matérias e insumos para a realização do trabalho.

Ouvi de forma recorrente que o trabalho realizado diariamente não é apenas para repassar saberes, como preconiza a LPV, mas igualmente servem de sustento, de uma complementação real da renda. O ponto dissonante entre os mamulengueiros e oleiros e Afonso Aguiar repousa basicamente no tocante ao espaço ocupado pela religião. A entrada da LPV no universo dos oleiros e no universo dos mamulengueiros não demonstrou a mim nenhum tipo de inquietação ou preocupação com as coisas da religião, do espírito. Ou se há alguma interferência, não me foi mencionada. Cenário completamente oposto ao do Maracatu Leão Coroado, onde a religião, o candomblé é o ponto alto, o mais importante. Não há maracatu nação sem religião, sem louvor aos orixás. Por isso, por envolver o sagrado e agendas seculares concomitantemente é que o trabalho de Afonso Aguiar se configura muito mais difícil e ao mesmo tempo complexo em ser compreendido.

Dessa forma, reitero que o guardião hoje do Leão Coroado é diferente do de ontem, que não será o mesmo de amanhã. Porém, há essa marca, essa ligação entre a missão de liderar um maracatu nação centenário e a parcela religiosa, que torna o Leão Coroado tradicional. O tradicional, nesse caso, não é refratário às mudanças, no entanto, mantém práticas que são veladas o mais próximo possível do ideal, que para o Maracatu Leão Coroado, é manter cuidado o segredo da cerimônia em homenagem às calungas Isabel e Clara. Tirando essa cerimônia, o Leão Coroado e o seu guardião, permitem uma gama enorme de negociações, de possibilidades e de mudanças, mudanças e negociações ampliadas desde a escolha do Leão como patrimônio vivo.

Tendo ainda as linhas urdidas até agora, constatamos com poucas incertezas que o advento de uma lei com os moldes da Lei do Patrimônio Vivo de Pernambuco foi viabilizado pelos esforços empreendidos anteriormente por Aloísio de Magalhães e os demais que o sucederam no entendimento de uma ideia mais aberta acerca do que seria efetivamente um patrimônio, o patrimônio do povo brasileiro. Identificamos ao percorrer as linhas do primeiro capítulo uma ideia inicial muito ligada, ainda, aos

parâmetros europeus de patrimônio cultural, notadamente é reconhecido o valor dado ao patrimônio construído, o patrimônio de pedra e cal.

Pressionados pelo tempo histórico e clamores sociais, a ideia de patrimônio vai se dilatando, ao ponto, de hoje, o poder governamental tornar patrimônio uma pessoa, um saber, ou seja, o que consignou de chamar patrimônio imaterial, que sempre presente desde tempos imemoriais, só muito recentemente teve a importância do seu papel o merecido reconhecimento.

Do mesmo que a ideia de patrimônio se amplia, esta tese buscou ampliar a ideia defendida por Ecléa Bosi em seu doutoramento no ano de mil novecentos e setenta e nove. A referida pensadora após um longo trabalho de campo, entrevistou várias pessoas velhas da cidade de São Paulo. A tentativa desta empreitada foi reconstruir a cidade por meio da memória das pessoas que acompanharam o nascimento e a destruição da mesma, visto que assim como Recife, São Paulo vivenciou uma série de extermínios de monumentos na intenção de modernizar o espaço e alargar vias e estradas. Ao esforço de lembrar, ao exercício de recordar a cidade antes das demolições, a este empenho, Bosi categorizou de memória-trabalho.

A autora defende que não é só de recordar que vivem os velhos, mas como existe mais vida acumulada que os mais jovens, esta memória ao ser reconstituída ganha o status de trabalho. No meu mestrado, defini apoiado prioritariamente nas ideias de Bosi, Mestre Afonso Aguiar de Guardiã do Segredo. Pois de fato, o mesmo guarda a chave que torna perene o Leão, sendo o seu papel vital para a continuidade de todo o grupo, até porque, Afonso é guardião do próprio segredo e de toda a memória coletiva abarcada ao longo da história do maracatu. Mas, já pontuamos que ideias existem para serem, também, ampliadas ao longo do tempo. No mestrado, eu pensei ter encontrado uma definição, a mais próxima possível, do atual papel desempenhado por Aguiar dentro do Leão, contudo, ao continuar a realizar os encontros, tendo em vista projetos futuros, percebi que seria redutor definir Afonso como um guardião da tradição, apenas.

O trabalho dele extrapola este campo de atuação. Por isso, terminada etnografia para o doutorado e as leituras realizadas para a escrita desta tese, pude concluir, mesmo sabendo que as conclusões são transitórias, que Mestre Afonso não é um profissional nos termos de um produtor de cultura, de um iluminador, de um

cenógrafo, de um figurinista, profissionais estes presentes na cadeia produtiva de qualquer círculo cultural.

Em entrevista, próprio Mestre Afonso se percebe como um zelador. Zelador do segredo deixado por Luiz de França, seu antecessor. Mesmo ouvindo esta definição do próprio guardião, não considerei a mesma suficiente para contemplar o saber/fazer contemporâneos de Afonso. Zelar passa a ideia de preservar, de garantir imobilidades, remete a uma função detentora de características afeitas a pouca ou nenhuma mudança, se é isto mesmo possível. Ao avançar na etnografia, lendo sobre as características de uma profissão, tentei incluir Mestre Afonso como um profissional da tradição. Mas ao contrário de um produtor cultural e um iluminador, por exemplo, não existe curso formador de guardiões da tradição. Quem produz os guardiões não são as academias clássicas, são as pedagogias da vida, da memória e da tradição.

A faculdade de Afonso Aguiar foi feita no terreiro de seu pai, nas práticas diárias para louvar os seus orixás, nos atendimentos realizados aos aflitos que o procuram em busca de solucionar problemas das mais variadas ordens. Por tudo isso, ampliei a minha própria definição de guardião e, hoje, percebo Mestre Afonso Aguiar como um mantenedor. Manter, no meu olhar, amplifica a imagem de zelar e simultaneamente nos remete a uma ideia de pessoa vigilante acerca de todos os assuntos referentes à manutenção do maracatu e não um profissional, simplesmente.

Todos os envolvidos numa produção cultural têm importância, não há dúvidas acerca disso. Muito embora seja delegada ao guardião e mantenedor uma tarefa muito especial: cultivar a tradição num diálogo permanente com as demandas e agendas contemporâneas sem perder de vista o segredo repassado, as tradições nutridas sendo fiel ao grupo e a si mesmo. Poucas vidas resultam num trajeto antropológico tão valioso como a de Afonso Aguiar.

REFERÊNCIAS

- ABREU e CHAGAS. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPEA editora, 2003.
- ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- AMORIM, Maria Alice e BENJAMIN, Roberto. **Carnaval. Cortejos e Improvisos**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 2002.
- _____. **Patrimônios Vivos de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 2010.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada, e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1996.
- ASSUNÇÃO, LUÍZ. **O reino dos mestres. A tradição da jurema na umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- BALANDIER, Georges. **A desordem; elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 1987.
- BASTIDE, Roger. **Candomblé da Bahia- Rito Nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENJAMIN, Walter. "o narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, HENRI. **Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade; Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____ **O tempo Vivo da Memória.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia: A idade da fábula. História de deuses e heróis.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. **O terreiro e a cidade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Enigmas da Cultura.** São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Ernesto I. **Diálogo de negros, monólogos de brancos: Transformações e apropriações musicais no maracatu de baque virado –** Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UFPE em 19 de março de 2003.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas.** São Paulo: Editora Cortêz, 2007.

CAVIGNAC, Julie, CARVALHO, Maria Rosário de, REESINK, Edwin. **Negros no mundo dos índios. Imagens, reflexos, alteridades.** Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2011.

CONDURU, Roberto. **Arte Afro-Brasileira.** Belo Horizonte: Ed. Arte, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosacnaify, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e Modernidade. Para entender a sociologia contemporânea.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FILHO, Hermilo Borba. **Fisionomia e Espírito do Mamulengo**. Rio de Janeiro: minC, 1987.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1989.
- GUERRA-PEIXE, César. **Maracatus do Recife**. Recife: Fundação de cultura do Recife, 1980.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.e. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- GUSMÃO, Luís. **O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSBAWN, E. & RANGER, T. (Org.), **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IANI Octavio. **Sociologia da Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1989.
- KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- _____. **A reinvenção da sociedade primitiva**. Transforamação de um mito. Recife: UFPE, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

_____. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 2010.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África. História dos maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular** – Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em maio de 2010.

LOPES, Amélia. **Identidades profissionais: As fontes do nosso descontentamento**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MONTENEGRO, Antônio T. **História Oral e Memória – a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Lisboa: Europa-América, s/d.

_____. **O método 5. Humanidade da humanidade, a identidade humana**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Cultura de massas no século XX – Neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MOTTA, Roberto. (Org.), **Roger Bastide hoje: raça, religião, saudade e literatura**. Recife: Bagaço, 2005.

MOTTA, Roberto. Sacrifício, mesa, festa e transe na religião afro-brasileira. **Horizontes Antropológicos**, nº 3, pp. 31-38.

MOTTA, Antônio. **À flor da pedra. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: FUNDAJ, 2008.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. **Almanaque: Toda a oficina da vida**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 2008.

OLIVEIRA, Márcia Mansur de. **Vidas Dedicadas. A lei do registro do patrimônio vivo: transmissão, reconhecimento e tradição.** Recife, 2010. Dissertação de Mestrado. PPGA.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEIRANO, Mariza. **A favor da Etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REAL, Katarina. Eudes, **O rei do maracatu.** Recife: Massangana, 2001.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife.** Recife: Massangana, 1990.

RIBEIRO, René. **Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1952.

SALLES, Sandro G., e SANDRONI, Carlos. **Patrimônio cultural em discussão: novos desafios teórico-metodológicos.** Recife: UFPE, 2013

SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo. **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2003.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____ **O artífice.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Leonardo Dantas. **Carnaval do Recife.** Recife: Fundação de Cultura do Recife, 2000.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: Caminhos da devoção brasileira.** São Paulo: Vozes, 1994.

SILVA, Vagner Gonçalves da. (org.) **Memória afro - brasileira: artes do corpo.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

_____ **O antropólogo e sua magia.** São Paulo: Edusp, 2006.

SIMMEL, Georg. O Segredo. In: **Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais**. Tradução Simone Maldonado. Paraíba: PPGA/UFPB, n. 15, setembro 1999. Disponível

em:<http://www.google.com.br/cassandra_veras.tripod.com/sociologia/simmel/georg.htm> Acesso em 17 out. 2007.

SOUZA, Luciano Borges de. **Maracatu Leão Coroado: Origem e História** – Projeto de Iniciação Científica defendido na FUNESO em 2006.

THOMPSON, E.P. **A voz do Passado. História Oral**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

_____ **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás**. Salvador: Corrupio, 2005.

ZUNTHOR, Paul. **Tradição e esquecimento**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ANEXO A - LEI Nº 12.196, DE 02 DE MAIO DE 2002.

Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco – RPV-PE, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I**Da Instituição do Registro de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco – RPV-PE e da Definição de Patrimônio Vivo**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco – RPV-PE a ser feito em livro próprio a cargo da Secretaria de Cultura do Estado, assistida neste mister, na forma prevista nesta Lei, pelo Conselho Estadual de Cultura, criado pela Lei nº 6.003, de 27 de setembro de 1967.

Parágrafo único. Será considerado, para os fins desta Lei, como Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito no RPV-PE, a pessoa natural ou grupo de pessoas naturais, dotado ou não de personalidade jurídica, que detenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e para a preservação de aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade estabelecida no Estado de Pernambuco.

Capítulo II**Dos Requisitos para habilitação à inscrição no RPV-PE**

Art. 2º Considerar-se-á habilitado para pedido de inscrição no RPV-PE, na forma desta Lei, os que, abrangidos na definição de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, atenderem ainda os seguintes requisitos:

I – no caso de pessoa natural:

- a) estar viva;
- b) ser brasileira residente no Estado de Pernambuco há mais de 20 (vinte) anos, contados da data do pedido de inscrição;
- c) ter comprovada participação em atividades culturais há mais de 20 (vinte) anos, contados da data do pedido de inscrição;
- d) estar capacitada a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou a aprendizes;

II – no caso dos grupos:

- a) estar em atividade;
- b) estar constituído sob qualquer forma associativa, sem fins lucrativos, dotado ou não de personalidade jurídica na forma da lei civil, comprovadamente há mais de 20 (vinte) anos contados da data do pedido de inscrição;
- c) ter comprovada participação em atividades culturais há mais de 20 (vinte) anos, contados da data do pedido de inscrição;
- d) estar capacitado a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou a aprendizes.

§ 1º O requisito da alínea "d" do inciso I do *caput* deste artigo poderá ser dispensado na hipótese de verificação de condição de incapacidade física causada por doença grave cuja ocorrência for comprovada mediante exame médico-pericial com base em laudo conclusivo da medicina especializada, elaborado ou ratificado por junta médica do Departamento de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho da Secretaria de Administração e Reforma do Estado.

§ 2º No caso dos grupos não dotados de personalidade jurídica, a concessão da inscrição no RPV-PE fica condicionada à aquisição, pelo grupo, da personalidade jurídica na forma da lei civil, mantidos a denominação tradicional do grupo, o objeto cultural e a finalidade não lucrativa.

Capítulo III

Dos Direitos Decorrentes da Inscrição no RPV-PE

Art. 3º A inscrição no RPV-PE acarretará para a pessoa natural ou para o grupo inscrito exclusivamente os seguintes direitos:

- I – uso do título de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco;
- II – percepção de bolsa de incentivo a ser-lhes paga pelo Estado de Pernambuco na forma prevista nesta Lei;
- III – prioridade na análise de projetos por eles apresentados ao Sistema de Incentivo à Cultura de que trata a Lei nº 11.914, de 28 de dezembro de 2000.

Art. 4º A bolsa de incentivo de que trata o inciso II do art. 3º desta Lei consistirá no pagamento mensal, pelo Estado de Pernambuco:

- I – à pessoa natural inscrita no RPV-PE , da quantia de R\$ 750,00 (setecentos reais);
- II – ao grupo inscrito no RPV-PE, da quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a ser distribuída entre os seus membros na forma prevista nos seus atos constitutivos;.

§ 1º Os valores previstos no *caput* deste artigo serão atualizados na forma prevista na Lei nº 11.922, de 29 de dezembro de 2000.

§ 2º Os direitos atribuídos aos inscritos no RPV-PE na forma prevista nesta Lei terão natureza personalíssima e serão inalienáveis e impenhoráveis, não podendo ser cedidos ou transmitidos, sob qualquer título, a cessionários, herdeiros ou legatários, todavia, não geram qualquer vínculo de natureza administrativa para com o Estado.

§ 3º Os direitos atribuídos aos inscritos no RPV-PE, extinguir-se-ão:

I – pelo cancelamento da inscrição na forma prevista nesta Lei;

II – pelo falecimento do inscrito se pessoa natural; ou,

III – pela sua dissolução, de fato ou de direito, no caso de grupo.

§ 4º O quantitativo máximo de novas inscrições no RPV-PE não excederá anualmente a 03 (três) e o número total de inscrições ativas em qualquer tempo não ultrapassará a 60 (sessenta).

Capítulo IV

Dos Deveres Decorrentes da Inscrição no RPV-PE e do Cancelamento da Inscrição

Art. 5º Serão deveres dos inscritos no RPV-PE, observado o disposto no art. 2º desta Lei:

I – participar de programas de ensino e de aprendizagem dos seus conhecimentos e técnicas organizados pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, cujas despesas serão custeadas pelo Estado e no qual serão transmitidos aos alunos ou aos aprendizes os conhecimentos e as técnicas das quais forem detentores os inscritos no RPV-PE;

II – ceder ao Estado, para fins não lucrativos de natureza educacional e cultural, em especial para suas documentação e divulgação e sem exclusividade em relação a outros eventuais cessionários que o inscrito houver por bem constituir, os direitos patrimoniais de autor sobre os conhecimentos e as técnicas que detiver.

Art. 6º Caberá a Fundação de Arte do Estado de Pernambuco - FUNDARPE acompanhar o cumprimento, pelos inscritos no RPV-PE, dos deveres a eles atribuídos na forma prevista nesta Lei, bem como lhes prestar a assistência técnica e administrativa necessária ao bom desempenho de suas atividades.

§ 1º A cada 02 (dois) anos até o final do exercício financeiro subsequente ao biênio objeto de análise, a FUNDARPE elaborará relatório a ser apresentado ao Secretário de Cultura do Estado relativo ao cumprimento ou não pelos inscritos no RPV-PE dos deveres a eles atribuídos na forma prevista nesta Lei.

§ 2º Na elaboração do relatório de que trata o parágrafo anterior, a FUNDARPE assegurará aos inscritos no RPV-PE o direito de ampla defesa para esclarecimento, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer exigência ou impugnação relativa ao cumprimento dos deveres a ele atribuídos na forma prevista nesta Lei.

§ 3º Não será considerado descumprimento dos deveres a ele atribuídos por esta Lei a impossibilidade, para o inscrito ou para número relevante dos membros de grupo inscrito, de participar dos programas de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei, desde que tal impossibilidade tenha sido motivada por incapacidade física causada por doença grave cuja ocorrência for comprovada mediante exame médico-pericial com base em laudo conclusivo da medicina especializada, elaborado ou ratificado por junta médica do Departamento de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho da Secretaria de Administração e Reforma do Estado.

§ 4º A aprovação pelo Secretário de Cultura por 02 (dois) biênios consecutivos ou por 03 (três) biênios não consecutivos de relatório de que trata o § 1º deste artigo em que tiver ficado constatado o descumprimento por inscritos no RPV-PE de quaisquer dos deveres a ele atribuídos na forma prevista nesta Lei implicará o cancelamento do registro do inscrito inadimplente junto ao RPV-PE.

§ 5º De decisão do Secretário de Cultura que implicar o cancelamento de sua inscrição no RPV-PE caberá recurso do interessado, com mero efeito devolutivo, ao Conselho Estadual de Cultura que, apreciando-o, manterá ou reformará a decisão recorrida.

Capítulo V

Do Processo de Registro no RPV-PE

Art. 7º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro no RPV-PE:

I – o Secretário de Cultura do Estado;

II – o Conselho Estadual de Cultura;

III – a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco;

IV – os Municípios do Estado de Pernambuco;

V – as entidades sem fins lucrativos, sediadas no Estado de Pernambuco, que estejam constituídas há pelo menos 02 (dois) anos nos termos da lei civil e que incluam entre as suas finalidades a proteção ao patrimônio cultural ou artístico estaduais.

Art. 8º Formulado o requerimento de inscrição por parte legítima e instruído com a anuência expressa do candidato ao registro no RPV-PE com os deveres previstos nesta Lei para os inscritos no RVP, bem como com outros documentos que comprovem o atendimento, pelo candidato, dos requisitos previstos nesta Lei para a sua inscrição no RPV-PE, o Secretário de Cultura do Estado, considerando habilitado à inscrição o candidato, mandará publicar edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de ampla circulação na capital do Estado, para conhecimento público das candidaturas e eventual impugnação por qualquer do povo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação.

§ 1º De decisão do Secretário de Cultura que considerar candidato inabilitado para inscrição no RPV-PE, por não atender qualquer dos requisitos para tanto previstos nesta Lei, caberá recurso do interessado, com mero efeito devolutivo, ao Conselho Estadual de Cultura que, apreciando-o, manterá ou reformará a decisão recorrida.

§ 2º Ultrapassado o prazo para conhecimento e impugnação de que trata o *caput* deste artigo, uma Comissão Especial de 05 (cinco) membros, designados pelo Secretário de Cultura do Estado entre pessoas de notório saber e reputação ilibada

na área cultural específica, elaborará relatório acerca da idoneidade da candidatura apresentada.

§ 3º Na elaboração do relatório de que trata o parágrafo anterior, a Comissão Especial, também tratada no mesmo parágrafo assegurará aos candidatos à inscrição no RPV-PE o direito de ampla defesa para esclarecimento, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer exigência ou impugnação relativa ao atendimento pelo candidato dos requisitos previstos nesta Lei.

§ 4º Caso o número de candidatos apresentados considerados habilitados pela Comissão Especial, de que trata o § 2º deste artigo, exceda o número máximo anual permitido de novas inscrições no RPV-PE, a comissão, no seu relatório estabelecerá recomendações de preferência na inscrição com base:

- I – na relevância do trabalho desenvolvido pelo candidato em prol da cultura pernambucana;
- II – na idade do candidato, se pessoa natural, ou na antiguidade do grupo; e,
- III – na avaliação da situação de carência social do candidato.

§ 5º O relatório, de que trata o § 2º deste artigo, contendo, se for o caso, recomendações quanto à preferência na inscrição no RPV-PE na forma prevista no § 4º deste artigo, será apresentado pela Comissão Especial que o elaborou em audiência pública a ser realizada no Conselho Estadual de Cultura que emitirá resolução sobre a idoneidade dos candidatos a registro no RPV-PE apresentados naquele ano e sobre quais deles devem ter concedida sua inscrição no RPV-PE naquele ano.

§ 6º Tendo sido considerado o candidato ou candidatos aptos a registro no RPV-PE, conforme disposto na Resolução do Conselho Estadual de Cultura, de que trata o parágrafo anterior, o Secretário de Cultura do Estado, mediante ato próprio a ser publicado no Diário Oficial do Estado, determinará a inscrição do candidato ou candidatos no RPV-PE.

§ 7º A inscrição no RPV-PE produzirá efeitos financeiros a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à publicação do ato concessivo da inscrição.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 9º Todas as disposições relativas aos candidatos à inscrição no RPV-PE ou aos nele inscritos, salvo disposição expressa em contrário, aplicam-se igualmente, no que couber, aos grupos candidatos à inscrição no RPV ou nele inscritos.

Art. 10 Todas as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos créditos orçamentários da Secretaria de Cultura do Estado.

Art. 11 O Poder Executivo, mediante decreto, expedirá instruções para a fiel execução desta Lei, bem como delegará ao Secretário de Cultura do Estado, competência para expedir atos normativos complementares.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 02 de maio 2002.

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS

Governador do Estado

ANEXO B - LEI Nº 15.430, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Cria o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito do Estado de Pernambuco.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado de Pernambuco, vinculado à Secretaria de Cultura, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, com a finalidade de proporcionar a participação democrática da sociedade no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações conjuntas no campo da cultura e do patrimônio cultural, por meio da gestão compartilhada entre o Governo e a sociedade civil, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

(Vide o § 2º do art. 25 da Lei nº 16.113, de 5 de julho de 2017 - Indicação de representante para compor a Comissão de Análise de Projetos-CAP do Sistema de Incentivo à Cultura-SIC.)

Art. 2º O Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, de caráter permanente, será composto, de forma paritária, por 14 (quatorze) representantes do Poder Público e da sociedade civil, designados por ato do Governador do Estado, na forma estabelecida em decreto.

Art. 3º Os representantes da sociedade civil, membros do Conselho referidos nos arts. 1º e 2º, serão eleitos pelas entidades representativas do segmento cultural dos quais participem, em fórum específico para esse fim, na forma definida em decreto.

Parágrafo único. A representação da sociedade civil no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural em sua composição deve contemplar os diversos

segmentos da área do Patrimônio, considerando as dimensões histórica, natural, imaterial e material do Estado de Pernambuco.

Art. 4º Nenhum representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança no Poder Executivo Estadual.

Art. 5º Os membros serão designados para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período.

Art. 6º A participação no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural será remunerada pelo valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por sessão de que o membro participe, observando-se o limite máximo de 6 (seis) sessões por mês, conforme fixado em decreto.

Art. 7º Caso haja necessidade de deslocamentos, em razão do serviço, correspondentes a viagens para fora do Estado, os membros do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural podem receber passagens para atender a tal necessidade, devidamente justificada, após autorização do Secretário de Cultura.

Art. 8º Ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, órgão colegiado, de caráter propositivo, consultivo, técnico e deliberativo, compete:

I - propor diretrizes e outras medidas de tutela patrimonial, com vistas a orientar a formulação de políticas públicas do patrimônio cultural do Estado;

II - aprovar os planos de proteção, restauração, conservação, revitalização e intervenção de bens culturais protegidos, de propriedade pública ou privada;

III - decidir sobre o tombamento e o registro de bens, materiais e imateriais, determinando a sua inscrição no Livro de Tombo e no Livro de Registro, respectivamente, nos termos da Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979;

IV - decidir sobre a extinção do tombamento, instruindo os processos para homologação pelo Secretário de Cultura, no caso de se tratar de bens particulares, e pelo Governador, no caso de bens públicos;

V - deliberar sobre a concessão do Registro do Patrimônio Vivo, nos termos da Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002; e

VI - fomentar a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural.

Parágrafo único. As competências do Conselho Estadual de Cultura do Estado de Pernambuco, criado pela Lei nº 6.003, de 27 de setembro de 1967, serão absorvidas pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, a partir de sua instalação, no que for pertinente com as competências previstas nesta Lei.

Art. 9º O Conselho será instalado em 120 (cento e vinte) dias da data de publicação desta Lei.

Art. 10. O Regimento Interno do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural será elaborado por seus membros e aprovado por decreto do Governador do Estado, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 22 de dezembro do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 193º da Independência do Brasil.

JOÃO SOARES LYRA NETO

Governador do Estado

MARCELO CANUTO MENDES

LUCIANO VASQUEZ MENDEZ

JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO

BIANCA TEIXEIRA AVALLONE

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado.